



Universidade Federal  
de São João del-Rei



**MATEUS SILVEIRA BELLO**

**ENTRE O “FOGO” E A “ELETRICIDADE”: O NÓS  
EM PRONUNCIAMENTOS DE LUIZ INÁCIO  
LULA DA SILVA (1979 - 2018)**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:  
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA

**São João del-Rei**

**Agosto/2020**



Universidade Federal  
de São João del-Rei



**MATEUS SILVEIRA BELLO**

**ENTRE O “FOGO” E A “ELETRICIDADE”:** O NÓS  
**EM PRONUNCIAMENTOS DE LUIZ INÁCIO**  
**LULA DA SILVA (1979 - 2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Letras.

**Área de concentração:** Discurso e Representação Social

**Orientador:** Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Morais

**Agosto de 2020**

MATEUS SILVEIRA BELLO

**ENTRE O “FOGO” E A “ELETRICIDADE”:** O NÓS  
**EM PRONUNCIAMENTOS DE LUIZ INÁCIO**  
**LULA DA SILVA (1979 - 2018)**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Argus Romero Abreu de Morais (UFSJ) – Orientador

---

Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini (UFSJ) – Titular Interno

---

Prof. Dra. Mónica Graciela Zoppi Fontana (Unicamp) – Titular Externo

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:  
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA

2020

## AGRADECIMENTOS

Obrigado(a) é a palavra da Língua Portuguesa mais utilizada no Brasil para agradecer. Todavia, etimologicamente, na história do significante, podemos dizer que obrigado(a) é um antiagradecimento. Do latim *obligare* (ligar por todos os lados, ligar moralmente) expressa o reconhecimento de uma dívida, que prende pessoas por um laço moral. Na linguagem jurídica, obrigado(a) é um substantivo que designa um sujeito passivo de uma obrigação, ou seja, uma dívida contratual.

A palavra grato(a), ou o verbo agradecer que também derivados do latim contém a raiz “gratus” que designa ser acolhido ou acolher com favor, de forma agradável. A evolução dessa raiz, deu a Língua Portuguesa a palavra graça com muitos sentidos distintos, mas muito semelhantes: como benção, “recebi uma graça”; como humor, “achei graça”; como delicadeza, “ela é graciosa”; como franqueamento, “o produto é de graça”; e como agradecimento, “graças à você”.

Em todas as derivações o significante vibra a ideia de favor sem retribuição. Fazer algo de/ com “graça” é fazer algo de forma desinteressada, sem necessariamente esperar um retorno, pelo prazer e compromisso de fazê-lo pelo simples fato de agradar, agradecer àquele que lhe presta um favor. Agradar: prestar graça de graça. Receber e pedir graças é dar e acolher sem exigir nada em troca.

Na realidade a graça é isso: a subversão do utilitarismo capitalista generalizado que nos obriga a ter metas, dobrar as metas, produzir sempre. Graça é não fazer as coisas em nome de uma meta, mas em nome da própria coisa. Quem diz obrigado está dizendo que o favor recebido foi colocado em estado de contrato. Quando se constrói a obrigação de retribuir, o favor se transforma em comércio, em moeda de troca. Quem favorece, pode assim cobrar. Uma ideia oposta a expressada pela palavra “gracias” em espanhol.

Nesses sentidos então, gostaria de demarcar minhas “gracias” a todos e todas que por diversas relações que estabelecem com meu Eu contribuíram muito para a constituição do Nós que há neste trabalho. Se constituir enquanto autor é muito doloroso, se constituir como autor reconhecendo e mediando as diversas vozes que compõe o meu “Nós-autor” complexifica um pouco mais as coisas, mas faz com que os laços que construí ao longo da vida se constituam em nós que compõe o tecido deste texto.

Gracias ao meu orientador, Argus Romero Abreu de Moraes, sem ele este trabalho não seria possível. Foi uma bússola que me deu direção no caminho de me constituir enquanto pesquisador. Gracias aos meus pais, Elisabeth Silveira Bello e Ney Maurício Bello, por sempre acreditarem e me apoiarem nas minhas apostas e caminhos. Gracias à todes amigues cujos os caminhos singulares se agregam com o meu em uma grande marcha por um novo mundo possível. Gracias ao povo brasileiro que criou as condições e possibilidades para a existência da universidade pública e para que eu tenha conseguido estudar de graça e com enorme qualidade.

*Gracias a la vida, que me há dado tanto.*

*Me ha dado el sonido del abecedario.*

*Con él las palabras que pienso y declaro.*

Violeta Parra

## **Para os que virão**

(...)

*Sou simplesmente um homem  
para quem já a primeira  
e desolada pessoa  
do singular – foi deixando,  
devagar, sofredamente  
de ser, para transformar-se  
– muito mais sofredamente –  
na primeira e profunda pessoa  
do plural.*

(...)

*Os que virão, serão povo,  
e saber serão, lutando.*

Thiago de Mello

## RESUMO

O presente trabalho de dissertação objetiva analisar a polarização argumentativa em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva (doravante, Lula) no período de 1979 a 2018, no que se refere à dicotomização que opõe o Nós, o qual representa o seu grupo, ao Eles, aqueles considerados adversários. Interessa-nos, assim, avaliar como a presença estruturante de tais marcas argumentativas, bem como suas associações semânticas via itens lexicais, revelam suas estratégias discursivas na construção do discurso político ao longo das últimas 4 (quatro) décadas. De forma mais específica, verificaremos como ocorre a articulação entre as marcas de conciliação política lulista (SINGER, 2012), a fala pública (COURTINE, 2006; 2009; 2015; PIOVEZANI, 2015) e a modalidade argumentativa polêmica (AMOSSY, 2017) através das nóscaptações (DAHLET, 2016) na oposição argumentativa Nós x Eles em 6 (seis) pronunciamentos de Lula ao longo da sua trajetória como sindicalista e político. Tais pronunciamentos contemplam 4 (quatro) enunciadores distintos, a saber: o Sindicalista, o Candidato à Presidência, o Presidente e o Ex-Presidente. Almejamos, com isso, perceber as permanências e transformações no seu exercício da fala pública no Brasil. Para tal, organizamos o presente texto em três capítulos, quais sejam: Capítulo 1, intitulado “Eu não sou uma pessoa, sou uma ideia: o lulismo e a fala pública na política brasileira”; Capítulo 2, intitulado “Nós x eles: a polarização no discurso político”; Capítulo 3, intitulado “Entre o fogo e a eletricidade: os Nós em pronunciamento de Luiz Inácio Lula da Silva (1979 – 2018)”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso político. Argumentação. Polarização. Fala pública.

## ABSTRACT

The present dissertation work aims to analyze the argumentative polarization in statements by Luiz Inácio Lula da Silva (henceforth, Lula) in the period from 1979 to 2018, regarding the dichotomization that opposes We, which represents his group, to Them, those considered opponents. We are interested, therefore, in evaluating how the structuring presence of such argumentative marks, as well as their semantic associations via lexical items, reveal their discursive strategies in the construction of political discourse over the last 4 (four) decades. In a more specific way, we will verify how the articulation between Lulista political conciliation marks occurs (SINGER, 2012), public speech (COURTINE, 2006; 2009; 2015; PIOVEZANI, 2015) and the controversial argumentative modality (AMOSSY, 2017) through of the captivations (DAHLET, 2016) in the argumentative opposition We x Them in 6 (six) Lula's pronouncements throughout his trajectory as a unionist and politician. Such pronouncements include 4 (four) distinct enunciators, namely: the Unionist, the Presidential Candidate, the President and the Former President. With this, we aim to understand the permanences and transformations in the exercise of public speech in Brazil. To this end, we have organized this text into three chapters, namely: Chapter 1, entitled "I am not a person, I am an idea: Lulism and public speech in Brazilian politics"; Chapter 2, entitled "We x them: polarization in political discourse"; Chapter 3, entitled "Between fire and electricity: the We in a speech by Luiz Inácio Lula da Silva (1979 - 2018)".

**KEYWORDS:** Political speech. Argumentation. Polarization. Public speaking.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – “EU NÃO SOU UMA PESSOA, SOU UMA IDEIA”: O LULISMO E A FALA PÚBLICA NA POLÍTICA BRASILEIRA	
1.1 A voz do povo: o líder e a política de massa .....	18
1.2 O lulismo enquanto movimento político: raízes sociais e ideológicas .....	26
1.3 Falar em público na política brasileira .....	37
CAPÍTULO 2 – NÓS X ELES: A POLARIZAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO	
2.1 Teorias Argumentativas e Análise do Discurso .....	51
2.2 Os limites da polêmica: entre a retórica do dissenso e o discurso intolerante .....	69
2.3 O Nós político e a figura do porta-voz do povo: evidências da construção discursiva do sujeito coletivo .....	84
CAPÍTULO 3 – ENTRE O “FOGO” E A “ELETRICIDADE”: O NÓS EM PRONUNCIAMENTOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (1979 - 2018)	
3.1 Sobre a constituição do <i>corpus</i> .....	99
3.2 O Eu sindicalista (1979) .....	111
3.3 O Eu candidato à Presidência em 2002 .....	118
3.4 O Eu presidente: o primeiro mandato (2003-2006) .....	125
3.4.1 O Eu presidente: o segundo mandato (2007-2010) .....	129
3.5 O Eu após o fim dos governos PT na Presidência: candidato e réu em 2018 .....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Os sentidos do lulismo ampliado .....	146
REFERÊNCIAS .....	149
ANEXO 1: Transcrição da cena extraída do filme "ABC da Greve" (1990), de Leon Hirszman .....	155
ANEXO 2: Transcrição da cena extraída do filme "Trabalhadores: presente!" (1979), de João Batista de Andrade .....	156
ANEXO 3: Carta ao povo brasileiro (2002) .....	157
ANEXO 4: Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília – DF, 1º de janeiro de 2003.	162
ANEXO 5: Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse no Palácio do Planalto, 1º de janeiro de 2007 .....	172
ANEXO 6: Transcrição do pronunciamento do ex-presidente Lula antes de se entregar à prisão, 7 de abril de 2019, São Bernardo do Campo, SP .....	178

## INTRODUÇÃO

No presente trabalho de dissertação, temos por intuito analisar a polarização argumentativa em pronunciamentos de Luiz Inácio Lula da Silva (doravante, Lula) no período de 1979 a 2018, notadamente no que se refere à dicotomização que opõe o “Nós”, o qual representa o seu grupo, ao “Eles”, aqueles que considera adversários. Interessamos, assim, avaliar o modo pelo qual a presença estruturante de tais marcas argumentativas, bem como suas associações semânticas via itens lexicais, revela suas estratégias discursivas na construção do discurso político brasileiro ao longo das últimas 4 (quatro) décadas.

De forma mais específica, verificaremos como ocorre a articulação entre as marcas de *conciliação política* lulista (SINGER, 2012), a *fala pública* (COURTINE, 2006; 2009; 2015; PIOVEZANI, 2015), a modalidade argumentativa *polêmica* (AMOSSY, 2017), os *tipos de discurso* (ORLANDI, 1987) e as *nóscaptações* (DAHLET, 2016) na oposição argumentativa Nós x Eles em 6 (seis) pronunciamentos de Lula ao longo da sua trajetória como sindicalista e político. Tais pronunciamentos, de acordo com a nossa investigação, contemplam 4 (quatro) enunciadores distintos, a saber: o Sindicalista, o Candidato à Presidência, o Presidente e o Ex-Presidente. Almejamos, com isso, avaliar aspectos relacionados às suas características como orador político, além de examinar as permanências e transformações no seu exercício da fala pública no Brasil.

Segundo a biografia<sup>1</sup> do ex-presidente, ele é nascido em Garanhuns, interior de Pernambuco, de origem humilde, e ainda era criança quando sua família migrou para o estado de São Paulo. Durante a Ditadura Militar (1964 a 1985), organizou grandes greves de operários no ABC Paulista. Em 1986, elegeu-se Deputado Federal pelo estado de São Paulo. Em 1989, concorreu à Presidência da República, tendo sido derrotado no segundo turno. Também foi candidato a presidente em outras duas oportunidades, em 1994 e 1998, tendo perdido em ambas as eleições no primeiro turno. Fundador e atual presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT), elegeu-se presidente da República na eleição de 2002, tendo sido reeleito em 2006.

Em 12 de julho de 2017, o ex-presidente foi condenado em primeira instância a uma pena de nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e

---

<sup>1</sup> Esses dados biográficos constam nos arquivos do acervo do Instituto Lula. Para mais detalhes, acessar o endereço virtual da fundação (<https://www.institutolula.org/biografia>). As informações de que nos utilizamos foram recolhidas em 8 de junho de 2020.

lavagem de dinheiro através da Operação Lava Jato. De acordo com os sites oficiais do Ministério Público Federal (MPF)<sup>2</sup> e da Polícia Federal (PF)<sup>3</sup>, essa operação englobou um conjunto de investigações que se iniciaram em 2014, em parceria com o Poder Judiciário brasileiro, tendo por fito apurar um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo a petrolífera estatal brasileira, Petrobrás, e sua relação com empreiteiras, agentes públicos e políticos.

De acordo com a sentença condenatória assinada pelo então Juiz Federal de primeira instância Sérgio Moro, Lula teria recebido vantagem indevida do Grupo OAS em decorrência do contrato do Consórcio CONEST/RNEST com a Petrobrás, envolvendo a ocultação e dissimulação da titularidade de um apartamento triplex, em Guarujá, no litoral paulista, e teria sido o beneficiário das reformas realizadas no imóvel. O réu, por sua vez, recorreu da sentença e foi julgado em segunda instância em janeiro de 2018 pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), sediado em Porto Alegre, tendo sido confirmada a sua condenação por unanimidade e, além disso, tendo sido aumentada sua pena para doze anos e um mês de prisão. Em 4 de abril de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF), por 6 votos a 5, rejeitou a concessão de *habeas corpus* a Lula, o qual lhe permitiria aguardar em liberdade o julgamento dos recursos impetrados na justiça por seus advogados após a condenação em segunda instância<sup>4</sup>.

No dia seguinte, em 5 de abril de 2018, foi decretada a prisão de Lula, em regime fechado. De acordo com a Agência Brasil (2018), ele foi o sexto ex-presidente condenado à prisão no país, embora tenha sido o primeiro por crime comum. Não obstante, apesar do desgaste político-jurídico enfrentado ao longo dos últimos anos, chama a atenção de analistas políticos e pesquisadores acadêmicos a capacidade de Lula em se manter como uma das principais figuras públicas do país, podendo ainda ser considerado um dos mais importantes, senão o mais, articuladores políticos nacionais, mantendo-se como uma voz representativa de parcela expressiva da população brasileira.

É importante ressaltar que nesse período a prisão havia sido decretada não apenas contra um ex-presidente, mas também contra o principal candidato das Eleições

---

<sup>2</sup> Para mais detalhes, acessar o endereço virtual do Ministério Público Federal (<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>). As informações de que nos utilizamos foram recolhidas em 8 de junho de 2020.

<sup>3</sup> Para mais detalhes, acessar o endereço virtual da Polícia Federal (<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>). As informações de que nos utilizamos foram recolhidas em 8 de junho de 2020.

<sup>4</sup> Para mais detalhes a respeito dos processos de prisão e soltura do ex-presidente Lula, amplamente noticiados pela mídia corporativa e independente, consultar Luisa e Rossini (2019) e Redação Revista Veja (2019).

Presidenciais de 2018. Na ocasião, Lula liderava os índices de intenção de voto, com 31% da preferência do eleitorado, sendo seguido pelo atual presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro (à época, filiado ao Partido Social Liberal; atualmente, sem partido), com 15% das intenções, de acordo com a pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em 15 de abril de 2018, pelo jornal Folha de São Paulo (DATAFOLHA, 2018).

A relevância nacional e internacional de Lula como ator político, a forma como ocorreram os trâmites jurídicos, a cobertura da grande mídia e da mídia independente, o ano eleitoral e as estratégias jurídicas da sua defesa fizeram com que todo o processo judicial que levou à sua prisão se tornasse a grande polêmica pública do ano de 2018. Os debates em torno da sua prisão continuaram a ser decisivos para a organização da vida política nacional até a sua soltura, em 08 de novembro de 2019, após 580 (quinhentos e oitenta) dias de encarceramento na sede da Polícia Federal em Curitiba.

Lula foi o primeiro ex-operário a se tornar presidente do Brasil, o que, por si só, acaba por ser um feito singular. Seus governos marcaram um período da história política brasileira definido como “lulismo”, o qual, de acordo com Singer (2012), estava alicerçado em uma conciliação contraditória de classes, combinando a manutenção da política econômica do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), de característica neoliberal, com fortes políticas distributivistas de renda e de democratização do acesso a políticas públicas, como é o caso da educação.

Singer (2012) sugere, desse modo, que o lulismo é um modelo de mudança social conduzido sob a égide da conciliação através do apaziguamento dos conflitos sociais, os quais os grupos dominantes tentam continuamente controlar, arrefecer e dissolver, sobretudo em um país de tamanha desigualdade social, como é o caso do Brasil. Almejando contornar tais oposições de interesses, o projeto político lulista teria vislumbrado uma agenda de redução da pobreza e das desigualdades, sem, contudo, entrar em conflito com setores conservadores das elites rurais e urbanas ligados aos interesses financeiros. O cientista político nomeou esse fenômeno de *reformismo fraco* e o relacionou ao conceito de *revolução passiva*, cunhado pelo marxista italiano Antônio Gramsci (1891 a 1937)<sup>5</sup>, a qual foi definida como a crença de que a mudança dependia

---

<sup>5</sup> Por questão de foco, nesta pesquisa não nos aprofundaremos nas contribuições epistemológicas do filósofo, absorvendo-as através da abordagem de Singer (2012). Para uma visão panorâmica sobre os conceitos de ideologia e hegemonia em Gramsci, remetemos a Barret (1996). Para uma retomada do autor no âmbito dos Estudos Culturais, consultar Hall (2003).

da neutralização do conflito ideológico, de modo que a questão social se resolveria como benevolência do Estado.

Ainda para o estudioso, esse modelo político realiza-se como uma variante conservadora de modernização, em que o Estado tem um papel proeminente no combate à pobreza, ao mesmo tempo em que garante que as desigualdades estruturais sociais brasileiras sejam mantidas. Nesse arranjo, a seu ver, a figura da grande personalidade encarnada por Lula mostrou-se central, dada a sua capacidade de canalizar para a institucionalidade um conjunto de vozes que demandavam serem consideradas no debate político no país.

De acordo com Courtine (2015), não há confrontos na humanidade que não se estabeleçam direta ou indiretamente pela fala pública. Em sentido amplo, a política não se encerra na fala, mas começa por ela, sendo a fala pública uma marca característica do discurso político, cujo objetivo consiste, essencialmente, em manter ou adquirir a adesão ideológica dos grupos sociais. O investigador francês sustenta, ainda, que as formas de se dirigir à *polis* se modificam no tempo e no espaço, alterando-se conforme os regimes de governo e os sistemas de produção, os padrões sociais e as tendências culturais, os aparatos tecnológicos e os fatores subjetivos. Os dispositivos de fala pública da tradição retórica – como são os casos da *cátedra*, do *palanque* e do *tribunal* – ainda estão presentes na contemporaneidade, embora a esses tenham sido acrescentados discursos, oradores, lugares e auditórios inéditos (COURTINE, 2015).

Consoante Courtine (2015), a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento de diversas ordens de democracia, impõe-se a necessidade do deslocamento da centralidade enunciativa da fala pública para as massas, visando a atingir uma maioria. Inicia-se, assim, a *era das multidões*; e, conseqüentemente, a *era dos líderes*, as quais têm no prestígio um dispositivo de governamentalidade. Na democracia representativa contemporânea, o “povo” é que sagra o político e concede-lhe o poder de delegação, e para tal este necessita ser eleito por uma quantidade expressiva de votos, por uma maioria. Dessa forma, o sujeito político, na função de representante, visa a construir uma imagem de detentor de um dado saber cujo atributo outorga-lhe credibilidade. A legitimidade, por seu turno, concerne, dentre outros aspectos, à construção de efeitos de verdade sobre si: “não podemos deixar de vislumbrar uma estreita relação entre a busca constante da política pela legitimidade e poder e as incessantes tentativas do discurso político de produzir efeitos de verdade sobre si”, assevera Piovezani (2009, p. 352).

Essa autolegitimação implica o apagamento de falhas e o realce de acertos. Em contrapartida, em relação a sujeitos que ocupam posições antagônicas, evidenciar-se-á os erros e debilidades, bem como o apagar dos acertos, conquistas ou vitórias desses adversários. O político, portanto, precisa ser um influenciador para que consiga interpelar os eleitores e deles conquistar os votos ou adesão às suas propostas. Se, por um lado, o sujeito busca afirmar sua própria capacidade, por outro, tentará retirá-la de seus oponentes. Logo, o sujeito político busca legitimar-se ao taxar seus opositores de incapazes, desqualificados e submetidos a desconfianças e acusações.

Tendo isso por pressuposto, se conectarmos as contribuições de Singer (2012) para o entendimento do lulismo, as de Courtine (2015) e Piovezani (2009) no que toca à relação entre voz política e exercício da fala pública nas atuais democracias representativas e aquelas trazidas por Amossy (2017) a respeito do conflito público entre teses antagônicas, pode-se afirmar que, para manter a conciliação em seus governos, Lula buscou evitar a construção de uma imagem polêmica enquanto presidente.

Segundo Amossy (2017), a tradição retórica fundamenta-se em processos argumentativos de busca pelo consenso, o qual permitiria, por vias racionais, a adesão de um determinado auditório a uma tese particular. Nesse viés, o dissenso representaria a derrota da razão e o triunfo das emoções, o que, por sua vez, ameaçaria a ordem democrática. Porém, reconhecendo a importância da divergência para a construção de uma sociedade plural, Amossy (2017) ressalta a necessidade de valorizar o discurso polêmico a partir do que denomina *retórica dos dissensos*. Propõe, com isso, fazer da *apologia da polêmica* um elemento essencial das sociedades democráticas, nas quais as divergências ideológicas são – e devem ser – inevitáveis, recorrentes e constitutivas dos processos sociopolíticos.

Destarte, ao contribuir para a expressão e discutibilidade de temas controversos, a polêmica pública proporciona a coexistência no dissenso, bem como permite gerir o processo enunciativo de opiniões divergentes em um mesmo espaço e tempo; organizando o debate de modo a garantir, de um lado, maior consistência aos argumentos do(s) proponente(s), e, de outro, ressaltar as fragilidades argumentativas do(s) oponente(s). Em suma, segundo Amossy (2018), a tensão entre perspectivas diferentes cumpre funções sociais específicas, permitindo convocar para o espaço público a problematização do controverso e mobilizar – racional e emocionalmente – os cidadãos para uma participação em que os antagonismos são verbalmente manifestados.

O confronto polêmico pode ser compreendido como o poderoso motor de gestão dos conflitos, pois ele proporciona tanto um meio de lutar por uma causa quanto de protestar contra o que é percebido como intolerável. Assim, o dissenso seria inerente à democracia e o estímulo à polêmica evitaria que conflitos argumentativos que não possam ser resolvidos através da razão se transformem em violência física. Como enfatiza Amossy (2017), há riscos de não se problematizar os discursos polêmicos que abusam da violência verbal e incitem à violência física. O elemento comum de todos os discursos polêmicos não é necessariamente a violência verbal, mas o conflito. Dessa forma, a autora define polêmica como um choque de opiniões antagônicas que tem como caráter constitutivo o conflito, que não está apenas dentro da polêmica, ele se situa fora dela e constitui sua fonte.

Outra forma de compreender os limites da polêmica é através da definição tipológica de discurso proposta por Orlandi (1987). Para a autora, a tipologia do discurso pode ser útil para análise, pois ela colabora para a interpretação do funcionamento discursivo, visto que engendra uma cristalização presente no extralinguístico. A tipologia de Orlandi (1987) possibilita operar uma distinção epistêmica mais precisa dos aspectos relacionados aos limites da polêmica, alçando o referente à disputa entre os locutores, assim como abrindo-o tanto à paráfrase quanto à polissemia.

Sendo a política um domínio da prática social em que se enfrentam distintas forças simbólicas e imaginárias, visando a conquista e gestão das relações de poder, ela só pode se realizar a partir de uma legitimidade construída. Dessa forma, almejando a credibilidade perante uma coletividade, a encenação de um sujeito coletivo torna-se condição *sine qua non* do funcionamento do discurso político. Consoante Dahlet (2016), a organização enunciativa do Nós é uma forma de representação grupal consensual e estável que cria efeitos de evidência do sujeito político coletivo em favor da credibilidade de um porta-voz; o qual constitui-se em um dispositivo de enunciação que projeta no imaginário coletivo uma relação simétrica de interlocução.

No discurso político, o sujeito coletivo demonstra sua possibilidade de existência através de sua realização no fio do discurso, materializada enunciativamente pelo pronome Nós, afirma Dahlet (2016), que seria o responsável por permitir a captação de um público através de agregações efêmeras e provisórias, pois limitadas às próprias condições enunciativas. Dessa forma, o Nós funciona como *nóscaptações*, ou seja, como “formas discursivas de captura circunstancial e ilusória da singularidade a favor da creditação do discurso político em que elas aparecem” (DAHLET, 2016, p. 215). Além

disso, o funcionamento do Nós decorre de um comportamento radicalmente flutuante, uma vez que, “ao impor o sentimento de identidades coletivas estabilizadas, ele oculta os tipos de desconhecimentos e de exclusões gerados pela aparente transparência de autossuficiência e da completude relacional do nós” (DAHLET, 2016, p. 215).

A organização discursiva política em torno desse dêitico implica, por pressuposto, a demarcação simbólica e imaginária de um Eles, pois, ao criar a ilusão de uma coletividade homogênea da qual faz parte, opõe-se, necessariamente, a uma outra comunidade homogênea distinta. Tal processo é, comumente, requerido no discurso político situado dentro das democracias representativas modernas, nas quais faz-se necessário sobrepor o consenso ao dissenso para se ter governabilidade. Assim, a relevância do Nós simboliza a oscilação entre exclusão e inclusão na construção de um sujeito coletivo no discurso político. Em vista disso, a análise discursiva desse pronome tem se mostrado bastante profícua para a compreensão do conjunto de tensões que envolve a condição enunciativa de líderes populares carismáticos, como é o caso de Lula.

Para finalizar, como esperamos ter deixado claro, nossa pesquisa alicerça-se na aproximação teórica entre (i) a análise sociológica das características do lulismo, naquilo que ficara conhecido como discurso lulopetista (SINGER, 2012); (ii) as mutações na relação entre discursividade, política e fala pública na contemporaneidade, consoante contribuições de Courtine (2006; 2009; 2015) e Piovezani (2015); (iii) os estudos da argumentação em Amossy (2011; 2017; 2018), em especial, no que tange à sua perspectiva discursiva da polêmica; (iv) os estudos sobre tipologia discursiva, principalmente, os discursos de tipo autoritário e polêmico consoante Orlandi (1987) e, por fim, (v) a avaliação do funcionamento discursivo das estruturas dêiticas pronominais Nós x Eles no discurso político lulista, em consonância com as contribuições de Dahlet (2016).

Tendo isso em vista, organizamos o presente trabalho em três capítulos, quais sejam: *capítulo 1*, intitulado “Eu não sou uma pessoa, eu sou uma ideia: o lulismo e a fala pública na política brasileira”, no qual sintetizamos as raízes sociais e ideológicas do lulismo enquanto movimento político e algumas características das fala pública na política brasileira; *capítulo 2*, intitulado “Nós x Eles: a polarização no discurso político”, no qual sintetizamos algumas relações entre teorias argumentativas e análise do discurso, os limites da polêmica e a construção discursiva do sujeito coletivo na política; *capítulo 3*, intitulado “Entre o ‘fogo’ e a ‘eletricidade’: o Nós em pronunciamentos de Luiz Inácio



Lula da Silva (1979 - 2018)”, no qual realizamos a análise do nosso *corpus* em acordo com o quadro teórico-metodológico adotado.

Durante nossa análise, sustentaremos que, ao longo de sua história como figura política, Lula oscilou entre as imagens metafóricas do fogo e da eletricidade, o discurso polêmico e o discurso autoritário, produzindo-se como sujeito pela articulação contraditória entre a imagem do profeta da revolta e do *expert* em combater a pobreza/fazer greve. Nesse sentido, sugerimos que a retórica lulista pode ser interpretada a partir da imagem de um *fogo conduzido*, de modo que, se pode inflamar seu público, ele o faz de forma a conduzi-lo dentro do jogo democrático. Realiza, assim, uma *política da despolitização* que articula contraditoriamente modalidades discursivas políticas tanto *polêmicas* quanto *despolêmicas*. Esta articulação se materializa na imagem de Lula tanto como ativista de uma causa quanto como representante de um povo.

## **CAPÍTULO 1 – “EU NÃO SOU UMA PESSOA, EU SOU UMA IDEIA”: O LULISMO E A FALA PÚBLICA NA POLÍTICA BRASILEIRA**

### **1.1 A voz do povo: o líder e a política de massas**

Segundo Courtine (2015), em decorrência do surgimento das sociedades de massa, a fala pública sofreu grandes e profundas mudanças no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Ainda reconhecido por sua vibrante eloquência, os pilares da tradição retórica – a *cátedra*, o *palanque* e o *tribunal* – se modificaram a partir da constituição de dispositivos, discursos, oradores, lugares e públicos inéditos. Com o desenvolvimento das diversas ordens de democracia republicana burguesa, impõe-se à necessidade de se falar em público um deslocamento da centralidade discursiva para as massas, visando atingir a maioria.

Com a Revolução Francesa (1789 a 1799), as antigas formas de autoridade foram brutalmente derrubadas ou lentamente corroídas. Aqueles que historicamente não dispunham do direito de falar publicamente – salvo exceções históricas, nas quais os excluídos expressaram suas reivindicações através de gritos e atos de revolta – o fazem a partir de novas maneiras de falar em público, alicerces das práticas modernas de propaganda política, permitindo a emergência de uma eloquência política e ao mesmo tempo popular, com seus oradores, seus lugares e seus modelos específicos.

Eis o surgimento de uma fala pública que se abriga naquele momento sob o manto da velha retórica, ou busca, por vezes, desfazer-se das pompas da eloquência aristocrática ou burguesa, no intuito de tentar fundar uma oratória inaugural, que poderia anunciar o advento de um novo mundo (COURTINE, 2015, p. 262).

Esse momento histórico consistiu em uma espécie de laboratório político, social e retórico da fala pública contemporânea. Essas formas de eloquência atravessam o século XX e passam a se relacionar com as mudanças tecnológicas mais recentes no campo da comunicação. Após o processo revolucionário francês de 1789, os grupos dominantes passaram a ter medo dos movimentos de massa. Com efeito, surge o conceito de multidão e cria-se a *psicologia das multidões*, seja como campo de saber, seja como objeto do conhecimento. A partir dessa perspectiva, a multidão passa a ser compreendida como um estado da natureza, bem como associada ao caos, à desordem e à anarquia. Ainda segundo

Courtine (2015), essas ideias atravessaram todo o século XX e forneceram explicações para o comportamento dos indivíduos no interior das massas.

Tal concepção, derivada da obra de Gustave Le Bon, à luz do darwinismo social, é criticada por Courtine (2015) como anti-histórica, pois compreende a multidão como um estado inconsciente, violento e bárbaro, de caráter eterno. Nesse sentido, a multidão permanece em todo o tempo e lugar sempre igual a si mesma, sempre perdida e sempre perigosa. Sem espaço para as multidões reais, ora estáticas e pacíficas, ora fervorosas e instáveis; portanto, sem considerar seu caráter histórico. Essa perspectiva é associada à ideia de que as multidões têm uma histeria patológica. Assim, a natureza psicológica da multidão seria feminina, e, nessa condição, ela buscaria um mestre para dominá-la. De acordo com Courtine (2015, p. 267): “A relação do líder com a multidão inscreve-se no quadro do modelo arcaico dominante, (...) o modelo da dominação masculina”.

Ainda para Courtine (2015), a releitura freudiana dessa compreensão da multidão, na obra *Psicologia das massas e análise do eu*, concebe o estar na multidão como um estado de sujeição e fascinação amorosa. Freud enfatiza que os impulsos da libido são um fator essencial para a constituição de uma “alma das multidões”. Nesse estado, o indivíduo abandona sua singularidade em prol do amor pelos demais, pois desejaria pertencer a um grupo de semelhantes, no qual o líder da massa ocupa o lugar de ideal do eu. A partir desse entendimento, os debates contemporâneos da relação entre líderes sociais e sociedade civil relacionam-se com a representação das emoções coletivas.

Segundo esse ponto de vista, as multidões são a agitação orgânica de um grande corpo coletivo, anônimo, barulhento e convulsivo. O povo sob a forma de multidão não possuiria um registro nítido intermediário entre o silêncio e o clamor. A multidão vocífera, protesta, geme, ou delira, mas não fala. Através da demanda de organizar uma forma de as multidões conseguirem dizer, foram constituídos os dispositivos clássicos de fala pública, como o palanque, que configuram os lugares de seus interlocutores: o líder com a posse do verbo; as multidões, do silêncio. É justamente esta a condição para que os indivíduos se transformem em massa, ou seja, o apagamento das diferenciações individuais em prol do encurtamento das distâncias que os separam. Nesse sentido, as massas nascem e permanecem instáveis; por isso, historicamente, uma das preocupações centrais da psicologia das multidões é a de construção de mecanismos para seu controle (COURTINE, 2015).

Não obstante, a análise da instabilidade das massas populares e dos perigos de contágio das paixões e dos pensamentos entre seus integrantes não nascem durante a

formação das sociedades de massa no fim do século XIX. Ela remonta, ainda, ao nascimento das grandes cidades no curso do século XVIII. Antes de se tornar uma preocupação política, foi concebida como um problema de circulação urbana. A multidão surge com a cidade, sendo um dos seus elementos centrais. Logo, tanto os poderes que lhe são atribuídos quanto os temores que ela suscita crescem de acordo com o desenvolvimento urbano. A cidade tem na multidão um de seus elementos constitutivos e, na desordem, uma de suas consequências inevitáveis (COURTINE, 2015).

Podemos remontar à origem de uma vasta gama de representações das multidões como um elemento líquido, por meio de diversas imagens que associam os fluxos humanos ao incontrolável, a um estado natural feroz, grande, destrutivo e instável. Uma massa móvel que nada pode segurar, como uma onda, um *tsunami*, uma maré. Por consequência, o medo de a multidão transbordar de suas margens tomou centralidade política para as classes dominantes do período, pressionando-as a criar dispositivos de governamentalidade da ordem urbana pela gestão das populações, a fim de conter seus excessos e bloquear suas formas de aglomeração. É como se, uma vez que as massas são líquidas, elas necessitassem de um piso e de um teto, demandando estarem contidas em um recipiente com um constante e rigoroso controle para que não transbordem (COURTINE, 2015).

As primeiras formas modernas de governamentalidade das massas urbanas são o controle de seu divertimento e distração, de tudo que pode provocar sua aglomeração. Nas cidades europeias do século XIX, as polícias de rua centralizaram sua vigilância e controle sobre os artistas e toda formação espontânea de agrupamento de pessoas que possam afrontar aquilo que se considera como ordem pública (COURTINE, 2015).

O ruído é a propriedade sonora e a condição vocal por excelência do povo das cidades. Uma espécie de burburinho orgânico que compõe os espaços urbanos provocado pela ocupação do povo nesses territórios, o qual historicamente causa incômodo à aristocracia e à burguesia. Há uma associação direta entre ruído, periculosidade e criminalidade popular, de modo que o primeiro se torna um indicador do nível de periculosidade das massas e define, através de uma escala crescente, o grau das desordens populares. Contudo, há sonoridades que podem ser aceitáveis no espaço público, como, por exemplo, os aplausos, embora estes não possam ser acompanhados de risos ou serem demasiadamente afetados. Em síntese, o controle dos ruídos no espaço urbano marca a preocupação e o temor das elites dos tumultos (COURTINE, 2015).

Isso no leva a entender que, dos tumultos aos estrondos, há a construção de um limiar sonoro que é permitido no espaço público, pois se compreende que o controle do som que as massas emitem é também o controle de seus movimentos. Segundo Courtine (2015, p. 278): “Para tanto, basta apenas que os ruídos do povo sejam substituídos pela fala de um único indivíduo; este último empresta-lhe sua voz e vem falar em seu nome. A era das multidões é também o tempo dos líderes”.

Durante o século XX, sob o medo dessas mesmas multidões, aprofunda-se o desenvolvimento de políticas de controle das massas através de dispositivos coercitivos e de construção do consenso, pautadas, principalmente, nos imaginários e na violência. Nesse processo, constrói-se a figura carismática do líder como um dispositivo de governamentalidade, associada à ideia, mais uma vez, de que as massas necessitam de um guia. Segundo Courtine (2015), os dispositivos de governamentalidade, conceito cunhado pelo filósofo francês Michel Foucault, podem ser compreendidos como um conjunto de instituições, procedimentos e conhecimentos que permitem exercer, de forma específica, o poder sobre a população.

O desenvolvimento da democracia política moderna traz consigo o prestígio do líder, considerado, pelo exposto, um dos principais dispositivos de garantia da docilidade das multidões. Almejando “domesticá-las”, acrescenta-se a essa figura popular, as técnicas de propaganda política, como práticas discursivas capazes de construir mecanismos de conversão das massas “abertas” em massas “fechadas”. Dessa forma, é possível compreender que a psicologia das multidões, a partir da perspectiva foucaultiana da governamentalidade como gestão das populações, é um dos projetos políticos centrais que atravessou as sociedades ocidentais durante todo o século XX (COURTINE, 2015).

O processo histórico de fechamento das massas, através da presença inicial de um líder carismático, inclui também o desenvolvimento de dispositivos discursivos cerimoniais responsáveis por organizar o campo dos rituais e dos pronunciamentos. Tais dispositivos são derivados de modelos de “domesticação” religiosa, configurando-se como uma espécie de missa política, pela regularidade e frequência, pela repetição familiar e precisa de certos ritos, como uma espécie de experiência em que as massas se domesticam por elas mesmas (COURTINE, 2015).

Assim sendo, o discurso político na era de massas articula simultaneamente a construção de um líder carismático, a criação de uma nova forma de fala pública e uma perspectiva de controle dessas massas. Ademais, com o advento da fala operária, inaugura-se um tipo de eloquência que articula sob a forma de palavras o clamor confuso,

ruidoso dos protestos populares. A voz do líder inflama-se denunciando as injustiças e os sofrimentos, de maneira que sua eloquência repercute as vozes dos ecos dos injustiçados e sofredores através de uma tonalidade religiosa. Esse discurso visaria a “levar a palavra socialista” aos explorados do capitalismo, numa perspectiva análoga à da evangelização. Dessa forma, a eloquência operária constitui enunciativamente o líder em uma posição sujeito também de *profeta da revolta*.

Como veremos no capítulo 3 da presente investigação, a relação entre o líder carismático e o campo enunciativo religioso apresenta-se em nosso *corpus*, manifesta pela ritualidade decorrente da repetição enfática de termos e pelo uso de vocativos específicos para a interlocução direta com o público. O que pode ser compreendido, por sua vez, como estratégias discursivas de interpelar a massa como auditório. O discurso religioso cumpre a função, nesse caso, de ritualização do evento com finalidade de mobilização das massas e sua participação política na sociedade como um corpo único, através da fala de um líder.

Tal eloquência rompe em muitos aspectos com a tradição retórica, cuja arquitetura discursiva dos pronunciamentos políticos decorre da emergência de uma posição sujeito na condição de *expert*, com uma voz em um tom frio e racional, colocando seu pronunciamento em conformidade com uma eloquência quase científica, tanto no que dizia respeito à constituição verbal quanto aos usos do corpo.

O discurso da ciência retorna então no discurso da revolta: o líder metamorfoseia-se, para, na sequência, tornar-se um profeta; a eloquência proletária modifica-se, para, finalmente, tornar-se uma utopia religiosa (COURTINE, 2015, p. 280).

“O advento da fala popular seria apenas uma repetição mascarada do seu apagamento”, acrescenta Courtine (2015, p. 280), pois há um duplo mal-entendido na formação do discurso operário. O primeiro consiste no fato de que este demorou muito tempo para encontrar sua própria voz e acabou por se relacionar com um discurso imemorial, das antigas profecias religiosas. Já o segundo consiste no fato de que o discurso da liberdade, feito pelos “profetas da revolta” – militantes – no seio do operariado foi sufocado pelo discurso da especialidade, sendo este nutrido no meio sindical nas/pelas falas dirigidas aos operários. O autor afirma que isto revela um desencontro entre a voz do povo e a história, o que marca profundamente a genealogia discursiva do último século. Todavia, o século XX parece ter sido aquele em que se deu o declínio dos profetas e a irresistível ascensão dos *experts*. Os discursos cinzentos da

burocracia conseguiram atingir, praticamente em todos os pontos do Ocidente, os fogos discursivos da revolta (COURTINE, 2015).

De acordo com Courtine (2015, p. 281): “A voz do povo emerge do corpo do povo”. Assim, os líderes são produzidos pelas multidões à sua imagem e semelhança. Com o advento do discurso operário, os gestos e os hábitos corporais do trabalhador manual foram incorporados, instaurando uma ruptura com a tradição de moderação frequentemente recomendada pela *Rhetórica Clássica*. O discurso e o corpo eloquente da fala pública operária se relacionam com a brutalidade dos gestos do trabalho manual cotidiano do operário.

A eloquência populista, no fundo, não possui uma outra história que não seja a da genealogia imaginária de uma voz máscula que ressoa em nome do povo e efetivamente não conhece nenhuma fronteira geográfica ou política (COURTINE, 2015, p. 285).

Essa brutalidade da fala operária também pode ser explicada por uma razão histórica. Aqueles que durante um longo período foram privados do exercício da fala pública, quando finalmente o fazem, tomam-na à força e utilizam toda sua eloquência para tal. A percepção burguesa da ascensão do discurso de revolta e sua eloquência, tanto na fala operária quanto na fala feminista, no início do século XX, classificou-o como histórico e, por isso, demandou as técnicas de manipulação e controle de massas das quais falamos anteriormente.

A *psicologia das multidões* marca uma transformação, na qual os usos antigos da retórica, que dominaram durante muito tempo o campo da enunciação política, vão em breve conhecer uma modificação em sua natureza, uma vez que serão confrontados com os conflitos econômicos, sociais e políticos da sociedade urbana e industrial de massa (COURTINE, 2015, p. 285).

A história do século XX mostrou igualmente como as sociedades de massa simultaneamente produziam potencialidades de igualdade e de servidão. A herança da psicologia das multidões é relevante para se pensar a história da fala pública no século XX por dois elementos. O primeiro, a indiferença em relação ao uso das palavras que fez com que não se investisse em técnicas de argumentação, rompendo assim com a retórica clássica. Em contrapartida, há ênfase na mecânica da persuasão, baseada em uma repetição nos usos da voz, nos gestos, no corpo e na imagem. O segundo elemento é a centralidade do dispositivo “emoção coletiva”, capaz de simplificar a complexidade, a

irregularidade, a instabilidade e a efemeridade dos regimes emocionais de uma sociedade em um determinado momento histórico (COURTINE, 2015).

Em suma, é importante ressaltar que o surgimento da era das massas cria novas formas de fala pública popular. O povo, que por séculos estava limitado a se manifestar politicamente através de gritos, ruídos e fúria, a partir do final do século XIX, passa a constituir uma fala política por intermédio do movimento operário e a partir da constituição da figura do líder enquanto porta-voz. No entanto, é importante ressaltar como o mesmo mecanismo que constitui uma nova forma popular de discurso político pode, no sentido inverso, recobrir e apagar essa voz do povo. A *psicologia das massas* deve ser compreendida como uma ficção política que desempenha uma função central na governamentalidade das populações europeias na primeira metade do século XX. O grande exemplo é a ascensão dos regimes totalitários, os quais fizeram proveito desse arcabouço teórico para a “domesticação” das massas pela via da propaganda e da publicidade política.

Na longa história da fala pública, o século passado, que acabou tão recentemente, permanecerá em nossas memórias e nas lembranças daqueles que nos sucederão como a cena de uma sucessão de episódios trágicos, que ocorreram a cada vez que a voz do povo foi abafada pela de seu mestre (COURTINE, 2015, p. 289).

Dito isso, este trabalho objetiva expor certos traços da prática de falar em público no discurso político brasileiro contemporâneo pela análise das transformações nos pronunciamentos de Lula em diferentes momentos históricos. Esses pronunciamentos permitem compreender as transformações no discurso político brasileiro nas últimas décadas século XX e nas primeiras do século XXI. Nesse sentido, interessa-nos analisar quais as relações que os diferentes pronunciamentos do ex-presidente estabelecem com o discurso científico e religioso, a fim de analisar os deslocamentos de sua imagem ao longo de sua história política.

A construção da imagem de Lula como homem comum, por consequência, dos efeitos de proximidade, ocorre concomitantemente à construção da sua imagem de homem excepcional, tendo sobrevivido à pobreza, à Ditadura Militar (1964 – 1985), ao trabalho desgastante de metalúrgico e conseguido tornar-se o primeiro presidente de origem pobre do Brasil. Portanto, por ter saído da pobreza, seria aquele que melhor saberia combater o próprio fenômeno da pobreza no Brasil, dialogando com o “discurso do *expert*”, discutido por Courtine (2015).



A caracterização feita por Singer (2019), como veremos na seção a seguir, sugere que o lulismo é um modelo de mudança social em que o Estado tem papel protagonista no combate à pobreza, sem que isso rompa nem com os interesses dos setores conservadores do agronegócio, nem com os interesses financeiros internacionais. O autor nomeou esse fenômeno como reformismo fraco e o relacionou ao conceito de revolução passiva do marxista italiano Antônio Gramsci, definida como a crença de que a mudança dependia da neutralização do conflito ideológico, de modo que a questão social se resolveria com a benevolência do Estado. Nesse arranjo, a figura da grande personalidade encarnada por Lula seria central. Para manter a conciliação, ele não poderia ter uma imagem polêmica.

Algo que se quebra depois do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 2016, denominado pelo próprio Lula como golpe de Estado; com isso, ele inicia um processo de deslocamento da sua imagem para a polêmica, dado que focada no dissenso, e não mais no consensual, como durante o seu período de governo, quando terminou seu segundo mandato de presidente, em 2010, com mais de 80% de aprovação. Nesse sentido, para a compreensão das mudanças na construção da imagem de Lula através de seus pronunciamentos, faz-se necessário o aprofundamento da discussão pelas teorias argumentativas, a fim de compreender o papel da polêmica e sua relação com o discurso político contemporâneo.

Nesse intuito, avaliaremos o deslocamento da imagem do Lula em três momentos de sua história, quais sejam: (i) a imagem vinculada ao Lula sindicalista na década de 1980, a qual parece estar bem caracterizada pelo estereótipo *profeta da revolta*, conforme definido por Courtine (2015) ao falar da eloquência do discurso operário; (ii) a imagem de presidente, melhor caracterizada pela figura do “*expert*”, do excepcional, do que sabe fazer, daquele que possui experiência, enfim, a imagem encarnada do bom gestor; (iii) a imagem após a crise do lulismo, a qual articula as duas primeiras, tornando-o, simultaneamente, o profeta da revolta e o *expert*; o homem comum e o homem excepcional. Esse é o momento no qual Lula tenta se condensar – metaforicamente – como ideia e conceito, procurando definir a si mesmo, a um só tempo, como o corpo do seu auditório, pelo qual andaria e se movimentaria em um processo radical de alteridade e identidade com o seu interlocutor, e como pensamento, pelo qual a política passaria a fazer sentido para o próprio grupo que representa, quase como um guia suprassensível de um projeto político.

## **1.2 O lulismo enquanto movimento político: raízes sociais e ideológicas**

Segundo Singer (2012), o lulismo pode ser definido como um modelo político-econômico brasileiro que ocorreu ao longo de 13 anos – de 2003 a 2016 – e que se constituiu como um projeto de Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar os interesses capitalistas. Para o estudioso, em um país com um número muito expressivo de pessoas em situação de miséria, cujo mercado interno tem um grande potencial, foram realizadas políticas de ampliação da distribuição de renda e de diminuição da pobreza – via programas de combate à fome e instrumentos de incentivo ao consumo – mantendo a ordem política e econômica vigente. As mudanças estruturais introduzidas, embora pequenas e lentas devido ao tamanho e historicidade das desigualdades sociais no Brasil, tiveram um efeito poderoso na perspectiva do subproletariado, principal grupo beneficiado por elas. Tal fenômeno político existiu sob o signo da contradição, correlacionando conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança em um mesmo movimento.

Em vista disso, para o autor, a partir de 2003, inicia-se uma fase prolongada da história do Brasil, com a formação de uma nova maioria política: o subproletariado. Esse grupo social será determinante, desde 2006, ano de início do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, para produzir o realinhamento eleitoral que possibilitou o surgimento do lulismo enquanto movimento político, uma vez que tornou possível o aparecimento de uma base social responsável por proporcionar ao governo maior margem de manobra. O conceito de realinhamento eleitoral permite avaliar as conversões de blocos de eleitores capazes de determinar uma agenda política de longo prazo. Seguindo esse raciocínio, o estudioso considera que a eleição de 2006 foi decisiva do ponto de vista do comportamento das classes sociais nacionais, na qual o subproletariado adere em bloco à figura política de Lula, e a classe média, ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) (SINGER, 2012).

Essas alterações de comportamento eleitoral materializaram um processo de repolarização da política brasileira, com o qual essa fração de classe aderiu a um programa político cujos pontos principais eram, mais uma vez, o combate à pobreza, com foco na diminuição das desigualdades tanto sociais quanto regionais e a ativação do mercado interno. Possibilitando, assim, uma melhoria no padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade brasileira, principalmente, aquelas concentradas nas regiões Norte e Nordeste do país (SINGER, 2012).

Concomitantemente a esse processo, ocorre o realinhamento do fenômeno social que ficaria conhecido como anti-lulismo, o qual passa a se concentrar na representação política do PSDB, sendo o mesmo responsável por afastar setores expressivos da classe média de Lula e do PT e por desencadear, com isso, uma tensão social que desmente a hipótese muito divulgada de que houve uma despolarização da política brasileira durante os governos Lula. O pivô central da política lulista foi a tentativa de aproximação com as parcelas mais pobres da sociedade brasileira, através de um conjunto de políticas públicas, notadamente, as de transferência de renda, voltadas para a melhoria de suas vidas. Em paralelo, houve o afastamento da classe média desse projeto político, em especial, após a eclosão do escândalo político-midiático que ficara conhecido como “mensalão” (SINGER, 2012).

Curiosamente, o lulismo caracterizou-se pela inversão do comportamento eleitoral de 1989, no qual o PT perdeu as eleições presidenciais pelo voto do eleitorado mais pobre em Fernando Collor de Mello, na época afiliado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Por sua vez, com a chegada do partido ao poder executivo nacional, esse movimento político alterou a própria base social do PT, migrando da classe média com formação universitária ao subproletariado. No plano ideológico, isso acabou por provocar um retorno a discursos muito comuns durante a Era Vargas (1930 a 1945), fortemente caracterizados pela oposição do “povo” ao “antipovo” (SINGER, 2012).

Singer (1981 *apud* SINGER, 2012) denomina subproletariado a fração majoritária da classe trabalhadora brasileira, isto é, a *sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente*. A singularidade da configuração das classes sociais no Brasil consiste no peso do subproletariado, cuja origem deve-se aos séculos de escravidão no país. A abolição da escravatura no final do século XIX não fez com que a massa de ex-escravos fosse incorporada à condição proletária, reproduzindo uma massa miserável permanente e regionalmente concentrada<sup>6</sup>. Em vista disso, o Norte e o Nordeste brasileiros possuem índices de pobreza muito mais elevados do que aqueles das regiões Sul e Sudeste.

---

<sup>6</sup> Souza (2019) retoma a categoria de subproletariado pela de “ralé”, denominada desse modo no intuito de denunciar a situação de abandono que esses grupos sociais vivem historicamente no Brasil, alocando-se como estrato social mais baixo na hierarquia social no país. No seu dizer, a ralé é “composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas outra forma de degradação. A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então” (SOUZA, 2019, p. 82).

O populoso Nordeste, em particular, é o principal irradiador de imigrantes para as regiões mais prósperas. Por isso, entendo que, ao tocar na questão da miséria, dinamizando, sobretudo, a economia nordestina, o lulismo mexe com a nossa “questão setentrional”: o estranho arranjo político em que os excluídos sustentavam a exclusão (SINGER, 2012, p. 21).

De acordo com Singer (2012), do ponto de vista do comportamento eleitoral, os votantes mais pobres do Brasil, desde as eleições de 1989, queriam um Estado fortalecido para promover ações de combate à pobreza, mas rejeitam o caminho da ruptura proposto tradicionalmente pela esquerda. O sentido ideológico do realinhamento lulista, nas eleições de 2005, parece confirmar essa afirmação. Nesse sentido, o autor defende que o realinhamento provocou uma repolarização e uma repolitização da disputa eleitoral.

Inicia desde 2005-6 uma polarização entre ricos e pobres que escapa ao terreno comum de um possível liberal-desenvolvimentismo, pois ela opõe de maneira consistente os que desejam maior intervenção estatal aos que preferem soluções de mercado (SINGER, 2012, p. 30).

Os dados eleitorais de 2006 e 2010 analisados por Singer (2012) parecem confirmar que, de fato, o lulismo fincou raízes no subproletariado brasileiro. Dado seu tamanho populacional, essa fração de classe tornou-se o centro da equação eleitoral brasileira. Além disso, demonstra-se uma tendência à regionalização desse eleitorado, concentrando-se fortemente no Nordeste, segunda região mais populosa do país, composta por 9 (nove) estados, bem como responsável por exportar parte expressiva dos subproletários que buscam melhores oportunidades de emprego na região Sudeste, a mais desenvolvida economicamente do país.

Lula conta com elementos biográficos que o permitem tornar-se um legítimo representante do subproletariado, alçando sua imagem à de principal “porta-voz” da articulação e manutenção das alianças orquestradas por esse movimento político. A esse respeito, Ab’Saber (2014) faz uma análise da importância do carisma de Lula para a consolidação do seu projeto político. O psicanalista compreende que esse líder político foi impulsionado a realizar uma renovação da sua imagem, antes associada à tradição da esquerda sindicalista, para se adequar às mudanças sociais, políticas e econômicas que vigoravam no país durante o seu governo.

Nesse viés, o pesquisador trabalha com a definição de carisma do sociólogo alemão Max Weber, para quem tal característica seria uma qualidade da exceção. Ele argumenta que, enquanto o patriarcado e a burocracia estão alicerçados na estabilidade, o carisma, no sentido inverso, inspiraria o diferente, ou melhor, o singular. O líder

carismático, nesta perspectiva, seria um indivíduo ungido que foi guiado pelo destino para executar um objetivo determinado. Dessa forma, a missão da pessoa que dispõe de tal atributo é convencer a população de que ele é o eleito para cumprir tal tarefa; em função disso, as pessoas devem-lhe admiração (AB’SABER, 2014).

Ainda consoante Ab’Saber (2014), Lula já apresentava, desde a sua atuação como representante sindical na década de 1970, o desejo de se tornar uma liderança universal do Brasil. Desse modo, ele reorienta seu carisma e força política a fim de convencer suas bases admiradoras/de apoio/eleitoras a respeito dos seus planos de governo. Ademais, o PT passou a agregar, por meio da imagem de Lula, a ideia de que a grande massa de excluídos brasileiros seria incluída via mercado, como um pacto de aceitação da classe trabalhadora da gestão capitalista da sua própria existência.

Tornou-se necessária, então, uma espécie de integração simbólica, através da qual as pessoas precisavam acreditar que estavam ganhando algo, mesmo que pouco. É oriundo deste processo que se constitui a ideia de carisma, como um efeito de credibilidade que faz com que as pessoas acreditem estar sendo beneficiadas por uma política de inclusão devido ao amor do líder por eles. Consequentemente, há nesta constituição do líder carismático o estímulo a uma perspectiva de cultura anticrítica, segundo Ab’Saber (2014), uma vez que ela se caracteriza por não estimular os conflitos, mascarando certas desigualdades estruturais a partir da inclusão via consumo, no caso de Lula, colocando para segundo plano uma perspectiva de luta antissistêmica.

Partindo desses pressupostos teóricos, pode-se afirmar que o lulismo enseja uma rearticulação ideológica que transforma a centralidade do conflito na política brasileira. Antes, a partir do conflito entre “direita” e “esquerda”; depois, a partir do conflito entre ricos e pobres. Há, com isso, uma alteração do sentido da disputa eleitoral entre PT e PSDB, de maneira que o PT tornou-se o representante na arena política do subproletariado, operando um deslocamento de classe – portanto, ideológico – e tornando-se menos “dos trabalhadores” e mais “dos pobres”. Assim, a polarização tradicional entre esquerda e direita esmaeceu, sendo substituída por uma polarização entre ricos e pobres, parecida com a de outros períodos da história do Brasil, como o varguismo da década de 1950.

Como dissemos, a divisão lulista é acompanhada também pela materialização territorial, acarretando uma poderosa repercussão regional, na qual o Nordeste, economicamente mais pobre, passa a concentrar, significativamente, o voto no PT. Podemos, de forma esquemática, dividir de São Paulo para o Sul uma maioria de eleitores

conservadores – no caso analisado, eleitores do PSDB – e de Minas para o Norte, uma maioria de eleitores lulistas ou do campo progressista. De acordo com Singer (2012), a diluição da polarização tradicional entre esquerda e direita reconfigura-se pela tentativa do lulismo de equilibrar as classes fundamentais, esvaziando as posições que pretendem representá-las na esfera política. A disputa partidária entre PT e PSDB, marcadamente no período entre 1994 e 2014, é uma expressão da crescente polarização social entre os eleitores de baixa renda e os das camadas médias urbanas, assemelhando-se à polarização entre PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e UDN (União Democrática Nacional) nos anos 1950.

Singer (2012) avança em suas análises ao incorporar a abordagem de Karl Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, para explicar os sentidos da representatividade para o subproletariado como grupo social, qual seja: a de que essas frações de classe demonstram dificuldades para se organizar e tomar consciência de si, processo necessário à organização de uma voz na cena pública. Por isso, acabam por apresentar-se na política como massa, dado que são destituídas da possibilidade de agir por meios próprios, identificando-se com quem se utiliza do Estado para beneficiá-las.

Singer (1981 *apud* SINGER, 2012) concluiu, com dados de 1976, que 48% da população economicamente ativa (PEA) do Brasil era composta por subproletários, sendo 28% de proletários. Tais números sugerem que o processo político brasileiro não pode ser pensado sem considerar o peso do subproletariado, visto que este se apresenta na *polis* como “massa” e, por seu tamanho, tem influência decisiva na luta de classes e nas disputas eleitorais. Para explicar a questão desse arranjo político, no qual os excluídos sustentam a exclusão, Singer (2012) retoma dois autores canônicos do pensamento social brasileiro, quais sejam: Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Para ambos, os empecilhos para romper com o ciclo vicioso do subdesenvolvimento brasileiro estão vinculados à existência de um enorme contingente de miseráveis no país.

Os baixos padrões e nível de vida da grande massa da população brasileira não dão margem para atividades produtivas em proporções suficientes para absorverem a força de trabalho disponível e assegurarem com isso ocupação e recursos adequados àquela população (PRADO JR, 1966 *apud* SINGER, 2012, p. 17).

Essa grande massa empobrecida abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país, pois a miséria anulava a possibilidade de estruturação de um setor industrial voltado ao mercado interno. A grande exploração reflete em uma menor renda do subproletariado, centralizando a riqueza produzida na

mão de uma minoria de ricos, não permitindo o aumento do mercado interno e, conseqüentemente, a maior industrialização e proletarização da sociedade brasileira

O lulismo, no dizer de Singer (2012), teria sido uma política que partiu de um grau elevado de miséria e desigualdade, de modo que as mudanças estruturais introduzidas, embora tênues, tiveram um efeito poderoso sobre uma grande parcela da sociedade brasileira, justamente aquela definida acima como subproletariado. Outro elemento importante a ser considerado para a caracterização desse movimento político é que a conjuntura econômica mundial, entre 2003 e 2008, foi favorável ao comércio exterior nacional, tanto por apresentar um ciclo de expansão capitalista quanto por promover o que fora definido como o “*boom das commodities*”.

O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara – um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem –, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com a redução da desigualdade no segundo mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma em 2010 e a continuidade do seu projeto ao menos até 2014 (SINGER, 2012, p. 21).

Consoante Singer (2012), a inclusão na cena política do subproletariado, maior fração da classe trabalhadora brasileira e que, por seu tamanho, possui uma influência decisiva político-eleitoralmente, é um dos possíveis sentidos do lulismo. Todavia, o cientista político também aponta para um tipo de contradição que acompanha a política lulista: ao promover um reformismo fraco incapaz de estimular o conflito, estende no tempo a redução da gigante desigualdade social no Brasil, visto que se dá de forma muito lenta. Em um compasso típico de diversos processos de mudança na história brasileira, os quais se deram de forma gradual, como, por exemplo, a abolição da escravatura no Império (1888), a política oligárquica na Primeira República (1889 a 1930) e o coronelismo na modernização pós-1930 (SINGER, 2012).

O subproletariado tem como característica, enquanto base social, ter uma atividade laboral intermitente e instável, o que dificulta a sua autoidentificação como trabalhadores, embora o sejam de fato. Nesse sentido, para Singer (2018), tal grupo constitui-se como *classe em si*, embora não *para si*. Tendo no subproletariado o suporte político, o lulismo repete esse mecanismo, alçando a figura de Lula a uma liderança que o unifica como massa a partir da realização de políticas públicas que o beneficiam e dão suporte econômico.

Voltando ao raciocínio desenvolvido anteriormente, sendo um movimento sem mobilização, o lulismo pode ser considerado como um caso de *revolução passiva*, nos

termos de Gramsci. Consoante Singer (2012), esse processo revolucionário, ao contrário de uma revolução popular realizada a partir “de baixo”, é caracterizado por dois momentos: primeiro, o da *restauração*, uma vez que impede uma transformação radical de baixo para cima, e, segundo, o da *renovação*, uma vez que são assimiladas demandas populares. No Brasil, as massas agrárias empobrecidas estão tradicionalmente sob o domínio dos grandes proprietários rurais, tendo no coronelismo uma expressão política deste processo. Essas massas rurais, que habitualmente votavam nos “coronéis” representados pelo PFL (Partido da Frente Liberal) /DEM (Democratas), passam a aderir ao lulismo a partir dos anos de 2005 e 2006. Esse realinhamento eleitoral significa uma mudança no padrão histórico de comportamento político das camadas populares no Brasil, em particular, no Nordeste.

Por momentos, o embate entre capitalistas e trabalhadores, isto é, entre esquerda e direita, ganha centralidade, como ocorreu na década da “reinvenção política” (1978-88), mas a forte presença do subproletariado tende a empurrar os atores para uma polarização entre ricos e pobres, a qual acabou se transfigurando, a partir de 2006, em lulismo e antilulismo (SINGER, 2018, p. 23).

Esse movimento político representa, portanto, a criação de um bloco de poder novo, com projeto próprio, para cuja compreensão fazem-se necessárias as noções de política de massa e de revolução passiva. Segundo Singer (2012, p. 44), “o lulismo constituiu a ruptura real da articulação anterior, ao deslocar o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades a partir dessa novidade histórica”.

A reação negativa das camadas médias às transformações realizadas pelo lulismo demonstra que, apesar de ser uma política que realizou um reformismo lento e desmobilizador, ela promoveu mudanças substanciais na realidade brasileira. A polarização que ocorre na sociedade atualmente é sintoma do movimento dessas estruturas sociais. O subproletariado adere ao lulismo na expectativa de que se realize um programa de inclusão social e econômica, enquanto a classe média, de forma geral, adere ao antipetismo, visando a restaurar um *status quo* perdido durante esse período da história política brasileira recente.

Para Souza (2009), o lulismo mexe com o conflito nuclear no Brasil que opõe incluídos e excluídos. Segundo o sociólogo, a ralé, mesmo grupo que Singer (2012) denomina subproletariado, seria explorada enquanto corpo – *ipsis litteris*, uma vez que estaria reduzida a uma espécie de “tração animal” funcionalmente relegada ao exercício



das atividades manuais consideradas indignas – pela classe média tradicional, o que lhe permitiria poupar o tempo que seria gasto com tarefas domésticas e manuais e investi-lo em trabalho produtivo e intelectual. A tese defendida pelo sociólogo é a de que as classes populares no Brasil são literalmente invisibilizadas e mal compreendidas devido ao patrimonialismo estatal que institucionaliza e caracteriza no povo brasileiro uma segunda natureza, sobre a qual não mais se reflete ou questiona. A criação dessa identidade brasileira em torno do *mito da democracia racial* estabelece uma ligação orgânica entre o Estado e o racismo, institucionalizando uma política de exclusão histórica da maioria populacional no país.

Consoante o autor, a classe média brasileira estabelece ideologicamente uma relação seletiva de que a ética está no reconhecimento da corrupção do Estado, e de que as classes populares, conseqüentemente, são antiéticas por apoiarem o Estado atuante, sustentando e naturalizando a ideia de que as elites sociais são superiores às classes sociais mais pobres. Assim, como a ralé é maioria no Brasil, ela é responsabilizada pelo atraso e pela não evolução da sociedade brasileira. Nesse sentido, o lulismo, ao buscar incluir a ralé através de políticas de Estado, deslocando-a do sentido de responsável pelo subdesenvolvimento do país para o sentido de responsável pelo seu desenvolvimento, acaba por gerar uma reação negativa das classes médias apoiada em um afeto histórico de ódio de classe-raça (SOUZA, 2009).

O lulismo, como vimos, não pretendia produzir um confronto contra as classes dominantes, mas, ao realizar políticas públicas que efetivamente diminuíram a pobreza no país, confrontava-as mesmo sem querer. No Brasil, posições reformistas fracas, baseadas em mudanças sociais lentas e graduais, possuem um conteúdo perigoso aos olhos das elites, uma vez que envolvem a diminuição paulatina da pobreza, portanto, diminuindo a reserva de mão de obra. Embora não ameacem o sistema capitalista, afetam seu modo de reprodução. Um exemplo disso teria sido a escassez de trabalhadores domésticos entre 2011 e 2013 (SOUZA, 2009).

Como consequência, através da inclusão do subproletariado como ator apolítico, o lulismo fez com que todos segmentos políticos ideológicos se reposicionassem no Brasil. Com o fortalecimento do subproletariado como base política autônoma, a esquerda teve que (re)definir seu discurso à sombra de uma liderança popular e, por consequência, se defrontar com imagens que também marcaram a Era Vargas (1930 a 1945). Para ilustrar esse fenômeno, Singer (2012) ressalta que palavras como “popular”, que tinham caído em desuso tanto pela direita, através da retórica neoliberal, quanto pela esquerda,

pelo conteúdo de classe, passam a ser amplamente utilizadas nos pronunciamentos políticos.

Já o PSDB reposicionou seu discurso no sentido de se aproximar do lulismo para angariar votos dentro do subproletariado, diante da dificuldade em ganhar eleições presidenciais apenas com a classe média. Curiosamente, o discurso de Lula em defesa da estabilidade econômica acabou por tirar a plataforma pela qual a direita mobilizava historicamente os mais pobres contra a esquerda, sobrando-lhes apenas o discurso anticorrupção, tradicionalmente ligado ao moralismo udenista de Lacerda e, na atualidade, fortemente ligado aos grupos de classe média.

A velha noção de que o conflito entre um Estado popular e elites antipovo se sobrepõe a todos os demais cai como uma luva para um período em que a polaridade esquerda/direita foi empurrada para o fundo do palco. Enunciado por um nordestino saído das entranhas do subproletariado, o discurso popular ganha uma legitimidade que talvez não tenha tido na boca de estancieiros gaúchos (SINGER, 2012, p. 83).

Como a oposição entre ricos e pobres tende, simultaneamente, a refratar e obscurecer o conflito de classes, ela também mascara o centro efetivo de disputa, a posse dos meios de produção. Segundo Singer (2018, p. 19), “É esse caráter duplo de refração e obscurecimento que torna particularmente difícil a análise de classe do lulismo.” Ao incorporar pontos de vista tanto conservadores, como o de que a igualdade não é conquistada através da luta social anticapitalista, quanto progressistas, como o de que um Estado fortalecido tem o dever de proteger os mais pobres, o lulismo achou em símbolos dos anos 1950 as imagens necessárias para a construção simbólica da *gramática* de sua ideologia. Logo, o lulismo caracteriza-se por ser regressivo e progressivo ao mesmo tempo, dificultando sua análise e interpretação pela sua tessitura profundamente contraditória.

O apoio maciço do subproletariado ao lulismo foi, portanto, fundamental para que o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguisse vencer consecutivamente quatro eleições presidenciais (2002; 2006; 2010; 2014), sendo duas delas através da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva e duas através da candidatura de Dilma Vana Rousseff. De acordo com Singer (2018), o primeiro governo Dilma deslocou o lulismo “um pouco mais perto do reformismo forte”, impulsionado pelo capital político acumulado por Lula dentro dos limites impostos da *revolução passiva*, ou seja, da transformação que se dá pelo alto, sem mobilização intensa da sociedade.

As orientações políticas deste governo deram-se, fundamentalmente, através de duas frentes: a *desenvolvimentista* e a *republicana*. A primeira, a frente desenvolvimentista, caracteriza-se por uma política econômica que defende o papel do Estado na expansão da economia pela industrialização, a qual seria vista como o caminho para a superação da pobreza. Como deixava manifesto o *slogan* do primeiro governo Dilma, *Um país rico é um país sem pobreza*. Diferentemente dos governos Lula, esse mandato ensejava uma política mais acelerada, menos gradual. Já a segunda, a frente republicana, caracteriza-se pelo fortalecimento das instituições através de políticas de combate à corrupção, entendidas inicialmente como furto do patrimônio público, e não como decadência moral. O que acabou por enfraquecer a aliança estratégica da política lulista com o PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro), o qual, atuando como partido de centro, representava justamente as práticas antirrepublicanas de utilização do aparato estatal em benefício próprio e de seus aliados (SINGER, 2018).

A dificuldade do partido de classe média, o PSDB, em ganhar eleições presidenciais, uma vez ocorrido o realinhamento eleitoral lulista, faz com que se estabeleça uma dinâmica política de oposição radicalizada de caráter golpista. A crise do lulismo inicia-se, marcadamente, a partir das manifestações que tomaram todo o Brasil em junho de 2013. De acordo com Singer (2018), os protestos teriam se iniciado como uma oposição de Esquerda ao lulismo, porém foram disputadas pela Direita no sentido de construir um capital político em torno do tema da corrupção, mobilizando, por consequência, a classe média. A partir de 2014, a pauta anticorrupção é canalizada e capitalizada através de uma operação jurídico-midiática nomeada como “Lava Jato”, que foi decisiva na propagação do discurso antilulista (SINGER, 2018)<sup>7</sup>.

O estudioso conclui que essa crise, por diversos fatores políticos e históricos sobre os quais não nos deteremos neste trabalho, acaba culminando tanto no *impeachment* de Dilma em 2016 quanto na prisão de Lula em 2018. Singer (2018) afirma que diversos autores da ciência política latino-americana têm observado que o *impeachment* constitui um novo tipo de instabilidade no continente, o qual teria substituído os golpes militares das décadas de 1960-70<sup>8</sup>. Foram listados 8 impedimentos latino-americanos de 1992 a

---

<sup>7</sup> A esse respeito, consultar também Souza (2019).

<sup>8</sup> Por não ser o foco desta dissertação, não desenvolveremos esse aspecto. Para uma visão jurídica sob o viés do conceito de Estado de Exceção, consultar Serrano (2016).

2016. No caso brasileiro, a instabilidade política presente desde o *impeachment* em 2016 colocou a democracia sob ameaça, mas não a dissolveu<sup>9</sup>.

Para finalizar, a partir das discussões propostas por Singer (2012; 2018), Souza (2009) e Ab’Saber (2014), é possível compreender o lulismo como um movimento político caracterizado, a um só tempo, como uma política de massa e uma revolução passiva. Sua base social, o subproletariado brasileiro, devido às suas características estruturais, atua na esfera política historicamente como massa, a qual tem na figura do líder carismático – o que não implica, necessariamente, autoritário, é importante que fique claro, como pode-se perceber no caso analisado – seu porta-voz, sua forma de fazer política. Sustentado por esta fração da classe trabalhadora, o lulismo hegemonizou por 13 anos a política brasileira, promovendo mudanças sociais sem mobilização popular e sem radicalização dos conflitos sociais entre as classes. Porém, mesmo sem ter essa intenção, esse movimento acabou por gerar a reação dos setores médios da sociedade, os quais sentiram-se ameaçados pela perda do *status quo* relativo.

Tal movimento provocou grandes mudanças na cultura política brasileira das últimas décadas ao repolarizar o discurso político brasileiro a partir do embate entre ricos e pobres, ou, simbolizado de outra forma, entre lulistas/petistas e antilulistas/antipetistas. Além disso, marcado discursivamente por estratégias políticas de construção de consensos e não pela estimulação do conflito, não pode ser considerado, em momento algum, como movimento radical; ao contrário, caracteriza-se, essencialmente, pela moderação e mediação. Como consequência, há o deslocamento do foco enunciativo do discurso político nacional de conceitos mais ligados historicamente ao campo de esquerda, como trabalhadores e burguesia, para os de povo e elite. Essa política do consenso, no entanto, não significou uma estratégia de apagamento das divisões sociais e econômicas da realidade brasileira. Ela se configurou, antes, como uma nova forma de gerir os conflitos, mobilizando uma polarização que obscurece as diferentes posições de classe dentro do sistema de produção capitalista. Repolarizando a política brasileira a partir da oposição entre “ricos” e “pobres”, “excluídos” e “incluídos”, o lulismo repolitiza o cenário político brasileiro.

Além do avanço das políticas de direita, através do aprofundamento de uma agenda – e demanda – neoliberal na sociedade brasileira, um dos pilares da crise do lulismo como movimento político se dá pelo fato de não terem sido construídas bases

---

<sup>9</sup> Embora, no momento em que escrevemos este texto, o país passe por um processo de desconsolidação da sua estrutura republicana e democrática. A esse respeito, remetemos a Avritzer (2020) e Nobre (2020).

efetivas para sustentar os avanços sociais que suscitou, decorrentes de uma política sem mobilização e de unificação da classe trabalhadora em torno de pautas desenvolvimentistas e republicanas (SINGER, 2018).

A partir dos pressupostos acima esboçados, os quais pretendem caracterizar as raízes sociais e ideológicas do lulismo, faz-se necessário, a nosso ver, compreender como elas se materializam no fio do discurso em pronunciamentos de seu líder, tornando possível a emergência enunciativa – consciente e/ou inconsciente – de Luiz Inácio Lula da Silva como condensação de uma ideia, de um movimento político; extrapolando, por conseguinte, a sua existência corpórea de personalidade individualizada para determinados grupos sociais.

Para tanto, analisaremos diferentes momentos de constituição do sujeito político Lula na história brasileira desde a década de 1970, a fim de verificar quais são as transformações na sua fala pública ao longo de sua trajetória política. Em uma perspectiva discursiva, focada na constituição dos saberes sociais e na subjetividade como uma posição de linguagem, pode-se afirmar que essas transformações, quaisquer que sejam, influenciam e são influenciadas pelos processos sociais, políticos e econômicos que caracterizam historicamente a fala pública na política brasileira.

### **1.3 Falar em público na política brasileira**

Falar é um fenômeno humano por excelência. Evolutivamente, a linguagem tomou nosso corpo e o transformou em uma máquina de falar, modificando nossa anatomia e fisiologia para produzir e recepcionar sons dotados de sentidos. De acordo com diversos mitos, de tempos e lugares distintos, ao abrir a boca, o homem ganha vida, pois, ao fazê-lo, respira, alimenta-se e fala. Ao versar sobre a criação do mundo, o discurso bíblico ressalta o verbo como o princípio da humanidade. Falar, portanto, é uma prática que compreende fatores biológicos, culturais, sociais e históricos (PIOVEZANI, 2015).

De forma genérica, é possível afirmar que a política não se limita à fala, mas se inicia através dela, visto que os dizeres são os responsáveis por engendrar os diferentes conflitos e consensos humanos. Uma das principais marcas do discurso político é sua condição de fala pública, cujo objetivo enunciativo consiste em manter ou adquirir a adesão ideológica de determinado(s) grupo(s). Sendo, portanto, a fala pública uma dimensão constitutiva da política, ela revela as diferentes construções sociais das identidades humanas em sociedade ao longo do tempo, podendo ser concebida como um

índice seguro, ainda que ambivalente e dinâmico, das relações sociais. Com efeito, não há um único modo de se falar em público, uma vez que as práticas mudam no tempo e no espaço de acordo com os regimes de governo, os sistemas de produção, os padrões sociais, as tendências culturais, os aparatos tecnológicos e os fatores subjetivos (PIOVEZANI, 2015).

Historicamente, o surgimento das tecnologias de comunicação e informação – como a escrita, a imprensa, o microfone, a rádio, a televisão e a internet – não alteraram de modo abrupto as práticas humanas de linguagem, mesmo que estas sejam afetadas significativamente pelo uso dessas técnicas e ferramentas. Considerando que, no tempo presente, tem se consolidado uma nova sensibilidade em relação ao discurso político, na qual o eleitorado já não tolera pronunciamentos longos, prolixos, ornamentados e formais. Com o surgimento da ideia de opinião pública e com os meios de comunicação em massa, cada vez mais, em vez de o auditório “adaptar seus ouvidos” à fala do orador, o orador tem que “adaptar a fala” aos ouvidos do seu auditório. O gesto de falar em público está sendo transformado, inclusive, em esferas sociais como a escola, por exemplo, onde a valorização de aulas constituídas por grandes monólogos dos professores vem sendo substituída pela valorização da postura de diálogo, ao privilegiar discussões em grupos e interatividade (PIOVEZANI, 2015).

Por essa razão, Piovezani (2015) afirma que as transformações da fala pública e de sua recepção não correspondem à morte da eloquência no discurso político nos tempos atuais. Há uma oratória contemporânea, cujo princípio é falar em público e ao público, de forma a simular uma conversa privada e amena com um interlocutor privilegiado. Isso é verificado em nosso material de análise, cuja eloquência do orador consiste em falar, a um só tempo, com/para todos e exclusivamente com/para cada um.

O que nos leva a um paradoxo interessante, pois há uma tensão retórica no jogo entre “todos” e “cada um”, no qual o “todos” parece ser algo homogêneo, geral e público, destinado à unificação das massas; e o “cada um” parece ser heterogêneo, individual/singular e privado, destinado à manutenção do particular. Assim, Lula parece ter uma capacidade idiossincrática de se comunicar simultaneamente com as massas e com cada cidadão. No dizer de Piovezani (2015, p. 293): “Lula domina como poucos a técnica retórica para produzir esse efeito e para consolidar seu carisma pop e popular, em ampla consonância com a oratória midiática de nossa época”.

No capítulo 12 do livro III d’*A retórica*, Aristóteles (2011) diferencia o estilo próprio da modalidade escrita daquele típico da oralidade, subdividindo esta última em

dois estilos, a saber: o das *assembleias políticas* e o dos *tribunais judiciários*, aludindo ao predomínio do *ethos* no âmbito do judiciário e ao do *pathos* no do deliberativo. Nessa perspectiva, o judiciário manifestaria uma preocupação com o tempo passado, sendo que, ao defender o justo e acusar o injusto, caracteriza-se por uma fala mais minuciosa, precisa, com rigor argumentativo. Já o deliberativo expressaria uma preocupação com o tempo futuro, e, ao aconselhar o útil e dissuadir o inútil, caracteriza-se por uma fala mais ampla, sintética e dramática. Assim, podemos pressupor que, quanto maior o público, menor a sofisticação dos argumentos e detalhes minuciosos, bem como, no sentido inverso, maior a presença de traços performáticos, produzindo intervenções orais com inclinação à interpretação dramática.

Essas considerações acerca da eloquência da fala pública desenvolvida nos palanques e tribunais, dispositivos predominantes do discurso político durante os séculos XIX e XX, convivem nos dias atuais com outros três dispositivos de mídia, quais sejam: a *rádio*, a *televisão* e a *internet* (que pode englobar os outros dois). A rádio prevaleceu na primeira metade do século XX; enquanto que a televisão foi tornando-se hegemônica a partir da segunda metade deste século. A internet, por sua vez, é uma mídia muito recente, e seu uso no discurso político inicia-se, efetivamente, apenas no final do século XX e início do XXI. É importante considerar que a discussão sobre os dispositivos da fala pública não visa apenas a uma abordagem técnica e instrumental; ao contrário, almeja concebê-los como formas distintas de estruturar o discurso político (PIOVEZANI, 2015).

Nas assembleias da Antiguidade, a amplitude dos gestos e a intensidade da voz eram necessárias para atingir o público que divide o mesmo tempo e espaço que o orador. Se fala e recepção ocorrem simultaneamente, a distância que os separa pode ser grande, tornando o bom desempenho oral imprescindível. Ao falar em público no palanque, o verbo, o corpo e a voz são transmitidos por um meio audiovisual quente, direto e vibrante. As metáforas recorrentes que relacionam este dispositivo ao fogo advêm da alusão ao calor dos corpos nas multidões e de suas ardentes trocas verbais (PIOVEZANI, 2015).

Na contemporaneidade, os avanços tecnológicos permitiram que as distâncias físicas e simbólicas entre público e orador aumentassem consideravelmente. Os palanques tendem a ser mais elevados, ocasionando a intensificação tanto da largura dos gestos quanto à amplificação do volume da voz, em um estilo predominantemente monológico. Isto é, quanto maior a multidão, mais afastado deve ser o orador de seu público, e, por conseguinte, maior a necessidade de um palanque que o destaque, permitindo-o ser visto por todos. As diferentes proximidades e distâncias acabam por

gerar um contraste entre os frequentes tumultos participativos nas assembleias clássicas ou iluministas e a passividade característica das assembleias públicas contemporâneas (PIOVEZANI, 2015).

De acordo com Courtine (2011), a partir do final do século XIX, os Estados Unidos e a Europa assistem à emergência da psicologização da esfera pública e da personalização do discurso político, que visa a tornar a fala pública mais suscetível aos sentimentos pessoais e ao carisma individual do orador. No Brasil, esse processo promoveu certo refluxo da retórica e um relativo declínio da grandiloquência.

No palanque contemporâneo, há o uso de alguns recursos técnicos e de alguns avanços tecnológicos, tais como o de microfones e carros de som, os quais são altas e imponentes tribunas. A utilização desses recursos diminui, mas não elimina, a considerável distância que separa orador e público, assim como também não extingue as dificuldades relativas à escuta. Entretanto, o contato entre orador e público pode ser considerado direto, pois eles compartilham o mesmo tempo e espaço enunciativo (PIOVEZANI, 2015).

Para interagir com as massas, os líderes utilizam gestos enérgicos e modulações de voz, cujo ritmo é lento, apesar dos consideráveis picos e alterações, das frequentes acelerações e desacelerações e do volume quase sempre alto e potente. As massas podem parecer suscetíveis ao domínio do orador, mas também podem materializar um perigo real, pois o público pode reagir hostilmente. Há, ainda, a possibilidade de cumplicidade do público e de constantes manifestações de apoio, o que acaba por redobrar a força das coisas ditas no palanque. Segundo Piovezani (2015, p. 297): “Por essas razões, *grosso modo*, a prática de fala pública nos palanques parece caracterizar-se pelo engajamento do *ethos*, pela constância do *pathos* e pela presença oscilante do *logos*”.

Para compreender a constituição dos principais dispositivos de fala pública e seu impacto na estrutura e funcionamento do discurso político brasileiro, discutiremos um pouco sobre tal através da fala no rádio e o seu uso pelas forças políticas no Brasil como meio privilegiado de veiculação de propagandas estatais e de divulgação de pronunciamentos oficiais. Nosso intuito é mais compreendê-lo como um dispositivo histórico importante do que como um dispositivo de enunciação contemporâneo, na medida em que nosso material de análise não é composto por textos com tais características.

O primeiro discurso político veiculado em rádio no Brasil foi realizado em 7 de setembro de 1922, quando o então Presidente da República Epitácio Pessoa se pronunciou



em comemoração ao centenário da Independência brasileira. Apesar disso, o apogeu do uso da rádio como meio de comunicação política deu-se durante o Estado Novo (1937 a 1945), quando o presidente Getúlio Vargas desenvolveu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), inaugurado em 1939. Com isso, a propaganda política atingiu um patamar de produção e circulação sem precedentes no Brasil (PIOVEZANI, 2015).

Vargas se pronunciava de forma simples e clara, usando *slogans*, palavras-chave, frases de efeito e repetições. O constante uso político do rádio nesse período histórico foi responsável por torná-lo conhecido, na historiografia brasileira, como a “Era do Rádio”. Durante essa época, devido à importância do rádio na sociedade brasileira, as celebridades eram as poderosas vozes, incluindo locutores, cantores e personalidades, responsáveis por encantar o público. As vozes femininas em relação à indústria cultural e as vozes masculinas, ao âmbito político (PIOVEZANI, 2015).

Se a propaganda é constitutiva do exercício do poder político independentemente do regime de governo instaurado numa sociedade, não é verdade que nos regimes totalitários sua força tende a se tornar menor. O controle dos meios de comunicação e a utilização de estratégias publicitárias de persuasão conjugam-se com o monopólio dos aparelhos repressivos, criando uma hegemonia que congrega a força física à simbólica (PIOVEZANI, 2015, p. 300).

A principal utilização política das rádios no Brasil durante o Estado Novo vinculava-se à reprodução de pronunciamentos do presidente e seus ministros, mensagens e notas oficiais. Para tanto, foram criados os programas “A voz do Brasil” (1935) e “Repórter Esso” (1941). É importante ressaltar que, nesse período histórico, as rádios estavam presentes em muitas praças de cidades do interior através da instalação de alto-falantes. Isso era justificado a partir do objetivo político de conquistar uma maior audiência e, conseqüentemente, uma maior legitimidade para o governo (PIOVEZANI, 2015).

Conseguindo chegar ao homem do interior, contribuía-se para a integração nacional. Um dos principais objetivos do governo era divulgar os novos direitos sociais e trabalhistas, ainda desconhecidos pelos próprios beneficiários, os trabalhadores. Nesse sentido, o propósito comunicativo político e os novos instrumentos tecnológicos passavam a incidir sobre as estruturas discursivas, tornando os pronunciamentos de Getúlio Vargas simples, claros, objetivos e informativos (PIOVEZANI, 2015).

Os pronunciamentos no rádio podem ser ou não simultâneos à escuta, ou seja, podem ou não compartilhar o mesmo tempo de interlocução, porém, necessariamente a

produção e recepção das mensagens radiofônicas serão feitas em diferentes espaços. Enquanto a fala pública nos palanques é realizada através de um meio audiovisual, no rádio ela é transmitida por um canal exclusivamente sonoro. É a primeira vez na história da humanidade que foi possível a veiculação de uma voz – oral – sem corpo (PIOVEZANI, 2015).

Dessas características derivam os limites e potenciais desse dispositivo de fala. A expressividade corporal do orador passa a limitar-se à voz, cujas propriedades são amplamente ressaltadas e valorizadas. Há, também, um aumento notável do público/auditório, apesar de estarem distantes do orador e dispersos uns dos outros, ampliando sua heterogeneidade de modo que a projeção de uma imagem que o unifique torna-se ainda mais complexa (PIOVEZANI, 2015).

Metaforicamente, podemos considerar que a imagem do “fogo”, empregada para caracterizar a dinâmica retórica das interlocuções face a face, passa a ser concebida como uma “água morna” quando se dá através do rádio. Assim, Piovezani (2015) considera que a emergência de um estilo conversacional e dialógico, que já existia antes do rádio, sofre com ele uma considerável aceleração. O advento de uma tecnologia não instaura por si só e imediatamente uma transformação de práticas e representações, porém, os instrumentos e técnicas interferem consideravelmente na temporalidade, prolongando e/ou intensificando os processos históricos em curso.

Eis aqui uma significativa ruptura na história da fala pública em tempos pós-revolucionários e midiáticos: o “orador, termo durante muito tempo honrado e prestigiado, perde seu crédito e passa a carregar a pecha de verborrágico e demagogo. Os discursos deveriam se tornar mais breves, mais simples e mais claros (PIOVEZANI, 2015, p. 291).

Dessa forma, com o rádio, a própria noção de fala pública se transforma, pois o pronunciamento político passa a se apresentar como uma conversa informal, pessoalizada, com intimidade, sendo recebido não mais por uma multidão em um espaço público compartilhado, mas pelas famílias ou indivíduos em suas próprias casas, em distintos espaços privados. A posição enunciativa do orador tradicional transforma-se, por conseguinte, em uma posição de falante comum (PIOVEZANI, 2015).

As próprias fronteiras entre as noções de espaço público e privado se deslocam, caracterizando novas formas de poder e construção simuladora de efeitos dialógicos, substituindo os longos monólogos calorosos por breves diálogos amenos. Nesse sentido, podemos considerar a rádio como um dispositivo de fala pública de grande importância na primeira metade do século XX, tendo sido utilizado por muitos governos de diferentes

orientações político-ideológicas, constituindo um grande laboratório de produção de propaganda política para as massas (PIOVEZANI, 2015).

Com o advento da televisão, há mais de cinco décadas, e com o seu uso político consolidado no Brasil, pode-se considerar ponto pacífico a percepção de que o pronunciamento político na tevê se materializa de forma distinta em relação ao palanque e ao rádio. Neste dispositivo, a fala pode ser mais ou menos simultânea, mas a recepção ocorre em um espaço distinto. De modo análogo ao palanque, o pronunciamento se concretiza por meio audiovisual, o que transforma-se significativamente é a distância entre os polos de produção e recepção da fala, na medida em que o falante se expressa diretamente para uma câmera e não para seus interlocutores. Os ouvintes não veem mais o corpo de quem fala, somente sua imagem (PIOVEZANI, 2015).

O espaço e o tempo que separam os interlocutores da transmissão da fala pública via televisão tendem a fazer com que os papéis de falantes e ouvintes sejam estáticos. O *monopólio da fala*, conceito cunhado por Sodré (1999, p. 25, *apud* PIOVEZANI, 2015, p. 304), consiste na impossibilidade real e efetiva de interlocu o: “Na rela o instituída pelos modernos meios de informa o, falar é um ato unilateral. Sua regra de ouro   silenciar ou manter a distância do interlocutor”.

Ao traçar um paralelo entre as práticas de fala pública no palanque e na televisão, Courtine (2003, pp. 29-30) conclui que o deslocamento destas práticas produziu a inversão de um paradoxo: passa-se de uma *distância próxima* para uma *proximidade distante*. No palanque, o orador tradicional está relativamente afastado da multidão, mas está compartilhando um mesmo tempo-espaço, de modo que o contexto enunciativo instaura uma distância que os aproxima. Já na televisão, de modo inverso, o orador materializa-se como uma presença ausente próxima ao telespectador, embora não compartilhe o mesmo espaço-tempo, estabelecendo, assim, uma rela o de proximidade que os afasta.

Consoante o estudioso francês, a questão aqui não é meramente espacial, mas de ambiência, de um tom e de um estilo de fala que controlam o pronunciamento político. Na televisão, os *close-ups*, articulados com um tom familiar, produzem efeitos de uma conversa íntima através de uma fala pública com entona o de conversa privada. Na tevê, o encontro entre os interlocutores ocorre sob a forma de ilusão, pois não se estabelece um contato com o corpo “real” da percep o; entretanto, ele proporciona efeitos de real. Considerando esses aspectos, Piovezani (2015, p. 305) sustenta:

Assim, o corpo político na tevê é uma imagem procedente de parâmetros técnicos visuais, das escolhas de composição imagética efetivadas pela instância de produção: escalas dos planos, ângulos, enquadramentos, movimentos de câmera, etc.

Destarte, o corpo político na televisão materializa-se como uma silhueta, um rosto e uma voz. Os gestos foram controlados e suavizados quando comparados com os do palanque. A predileção da linguagem televisiva pelos *close-ups* materializa o corpo político, antes de tudo, como um rosto. E como a tevê também é sonora, o discurso político também materializa-se por uma voz, que antes era apenas pulmonar e agora sofreu profundas alterações por conta dos meios tecnológicos, passando a ser amplificada, capturada, transmitida e gravada (COURTINE, 2003).

A televisão, portanto, foi uma das responsáveis por certa homogeneização do discurso político na contemporaneidade. Ao simular uma enunciação autêntica e um enunciado sincero, constrói uma ilusão de espontaneidade. Se, por um lado, a tevê expropria a palavra do público, haja vista que este não pode interagir diretamente, por outro, ela pode produzir efeitos de real ao presentificar através da tela do aparelho uma autêntica interlocução. Trata-se de criar efeitos de proximidade e de simultaneidade em relação à experiência de percepção do telespectador através de um processo baseado em uma retórica do ao vivo (COURTINE, 2003).

A partir do final da década de 1980, o *marketing* político no Brasil sofisticou-se através da considerável intensificação da tendência à psicologização da esfera pública e do discurso político. Os traços da personalidade individual e coletiva do comportamento do eleitorado foram valorizados a fim de tentar isolar um comportamento político, colaborando, assim, para a construção de imagens psicológicas do homem público. Com efeito, instaurou-se uma política da personalidade que despolitiza os agentes políticos através da construção de uma política sem contato e sem efeito, como salienta Piovezani (2015, p. 307): “a tevê proporciona uma grande aproximação do olhar do público sobre o candidato ou governante, mas constrói, ao mesmo tempo, o distanciamento de que falamos entre os polos da produção e da recepção do discurso”.

Nesse sentido, o dispositivo televisivo requer que o orador dirija-se ao auditório construindo o efeito de que está falando a cada um dos indivíduos de maneira pessoal, individualizada. Instaura, portanto, uma relação de proximidade que visa a atingir a todos e a cada um ao mesmo tempo. A conversação apresenta-se como um gênero discursivo propício para estabelecer uma relação de identidade entre o político que fala e a multidão de telespectadores isolados que a recebe separadamente, constituindo-se como público.

Consoante Piovezani (2015), o orador pode falar como as multidões, pois, na verdade, ele representa essas multidões. Promove, com isso, uma identificação entre orador e público, político e eleitorado, simulando uma espontaneidade sincera e um improviso franco, efeitos que visam a legitimar um discurso geralmente taxado de mentiroso.

Nos diferentes dispositivos de fala pública ao longo da história, parece haver uma contraposição reducionista de imagens como se na ágora helenística, nos púlpitos medievais e nas tribunas modernas os pronunciamentos políticos se dessem através do calor da sinceridade e na rádio e televisão esses pronunciamentos se tornassem frios e falsos. Com finalidade esquemática, Piovezani (2015, p. 309) sugere uma tipologia metafórica para o entendimento das complexas transformações enunciativas da fala pública política na contemporaneidade, afirmando que:

Nesse deslocamento do antigo para o contemporâneo, três alegorias dessa travessia poderiam ser entrecruzadas numa caracterização da fala pública de nossos tempos: a do fogo para a eletricidade, a da guerra para o esporte, finalmente, a do macho para o gênero feminino.

Com a passagem “do fogo para a eletricidade”, a imagem produzida sugere que a relação entre os falantes e os ouvintes passou de uma forma aquecida, agitada e sem controle para uma forma conduzida, sem contato e distante. É a passagem do espetáculo pirotécnico, no qual as palavras e gestos do orador são chamas que aquecem seus ouvintes, para um fluido gélido que se descarrega sobre o público, com a função de conduzi-lo, e não de inflamá-lo. Trata-se, então, da passagem de uma energia ardente para uma energia mais discreta, produzindo um pronunciamento menos espetacular com a função de religar à distância os polos da interlocução.

No final do século XIX e no começo do século XX, o aparecimento de uma problemática de comunicação, em sentido amplo, parece ser, ao mesmo tempo, o reflexo das mudanças tecnológicas na transmissão da voz e um dos signos da intensificação do longo processo de desencantamento do corpo do governante e da fala política nas relativas democracias ocidentais (PIOVEZANI, 2015, p. 309).

Nesse viés, a fala pública inscreve-se em um domínio da comunicação e deixa de ser apenas um domínio retórico, no qual privilegia-se apenas o orador. O desencantamento político é um fenômeno que reflete as condições de uma sociedade de massa, de modo que a mensagem política não é mais percebida como uma expressão divina. No entanto, é na imagem psicológica e na dimensão individual e dos sentimentos que se construiu uma nova legitimidade do governante. Segundo Courtine (2011, p. 126),

esse fenômeno é discutido por Richard Sennett, através do conceito *tiranias da intimidade*. Com elas, a vida pública passa a ser absorvida pelo espetáculo da vida privada, isto é, o espetáculo do eu, no qual crenças e convicções baseiam a percepção da sinceridade do homem político encenada por sua fisionomia.

Já com a passagem “da guerra para o esporte”, a imagem produzida sugere que o abrandamento dos tons enfáticos e a diminuição dos pronunciamentos longos e monológicos organizem-se em benefício da conversação, fazendo com que a fala política televisiva entrasse – ou mesmo se resignificasse – na lógica da competição esportiva. A partir de então, os dissensos políticos tendem a ser menos sangrentos do que foram em outros períodos históricos, o que justifica inclusive a expressão “corrida eleitoral”, muito utilizada por diversos veículos de imprensa para representar as disputas nesse campo da prática social (PIOVEZANI, 2015).

A lógica esportiva pressupõe que os conflitos políticos se dão entre adversários, e não entre inimigos; ou seja, há vencedores e vencidos e compreende-se uma vitória a partir da derrota do adversário em contraposição à lógica da guerra, na qual uma vitória política traduz-se pela eliminação do inimigo. Nessa analogia, a democracia seria um jogo baseado nas leis da livre concorrência do mercado, em que o melhor e mais preparado ganha, e não na lei da selva, na qual o mais forte deve vencer (PIOVEZANI, 2015).

Certo apagamento da luta de classes e dos embates ideológicos e ainda o recuo das paixões bélicas e da veemência verbal promoveram uma “democracia esportiva”, na qual a assistência se parece mais com simpatizantes de uma determinada tendência ou torcedores eventuais de um time interessante do que com militantes mobilizados por uma causa.

Ao assemelhar-se com uma competição esportiva, a política despolitiza-se e pode ser pensada sob os termos do espetáculo, dimensão presente tanto na esfera esportiva quanto na esfera política, amplificado a partir do surgimento dos meios de comunicação de massa. Dessa forma, a esfera política incorporou e foi incorporada por uma lógica espetacular, com formas e conteúdos próprios, na qual a função do discurso político deixa de ser convencer, persuadir um público e passar a ser seduzi-lo, encantá-lo (PIOVEZANI, 2015).

A “eletricidade” e o “esporte”, mas também a diferença entre os gêneros, são úteis à reflexão sobre as metamorfoses da fala pública. Com a passagem “do macho para o

gênero feminino<sup>10</sup>”, a imagem produzida sugere que o discurso político se feminizou. Desde a mitologia clássica, a sedução estabelece um laço estreito com o universo feminino, pois há um certo arquétipo que relaciona a suavidade e a delicadeza das formas de linguagem femininas à tentação, ao prazer e à queda dos homens. As sereias, Vênus e Eva são exemplos de personagens femininas que ao longo dos séculos representam a perdição masculina pelo poder de sedução feminino (PIOVEZANI, 2015).

A passagem do fogo para a eletricidade provocou uma maneira mais íntima e branda de se falar em público, e a passagem da “guerra” para o “esporte” provocou a transformação dos gestos e da potência da voz em conversas de tom ameno e pessoalizado. Isso significa que o discurso político na televisão começa a assemelhar-se ao modo de linguagem associado estereotipicamente ao feminino ao adentrar no espaço privado das casas das famílias brasileiras. Porém, a fim de não reproduzir estereótipos de gênero, mas ainda abordar o fenômeno aqui analisado, abordaremos esta tipologia metafórica proposta por Piovezani (2015) “do macho para o gênero feminino” como da “polis” (do espaço público, das ruas) para o “oikos” (do espaço privado, doméstico, os lares).

Além disso, é importante ressaltar que a televisão possibilitou a superação das imensas distâncias existentes entre os interlocutores, bem como ajudou a esfriar as disputas políticas e consolidou um estilo dialógico de falar em público. Cumpre-nos destacar ainda que o dispositivo televisivo está inserido em uma lógica do capital, instaurando uma ordem da liquidez, devido à velocidade da produção de bens e serviços de consumo e o dinamismo da circulação de informações. Por essa razão, as falas públicas contemporâneas frequentemente prescindem da memória e são ditas de forma simples e breve para serem também brevemente esquecidas (PIOVEZANI, 2015).

No discurso político transmitido pela tevê, observamos uma consonância entre a supressão de elementos característicos de sua memória ideológica durável, a heterogeneidade e brevidade de suas configurações semióticas, a rapidez dos modos e meios de sua circulação e das formas de recepção que ele projeta (PIOVEZANI, 2015, p. 312).

Apesar dos diferentes dispositivos em que se produzem as práticas de falar em público e suas transformações ao longo da história, a voz permanece como um elemento essencial nas diversas relações entre os oradores e seus ouvintes. Os usos da voz

---

<sup>10</sup> Entendendo a profundidade da relação entre virilidade e política, por não ser o nosso foco, não iremos expandir este raciocínio, mas a esse respeito, consultar Corbin (2013)

continuam a ser decisivos no exercício da vida pública, por isso verificamos diversas preocupações tanto para a construção da fala quanto para a produção da escuta. A voz de autoridade foi substituída por uma semelhante àquela do nosso vizinho. A cordialidade, a simpatia e mesmo a intimidade não consistem mais em um trunfo do homem público, tornaram-se uma exigência (PIOVEZANI, 2015).

Os usos da voz no discurso político contemporâneo soam próximos das conversas espontâneas cotidianas, pois são produzidos por entonações calmas e comedidas e com registro linguístico próximo do informal, sendo frequentemente carregados de emoção no intuito de produzir efeitos de empatia e autenticidade. Esse movimento introduz o processo de feminização dos usos públicos da voz masculina e da permissão da presença da voz feminina nos pronunciamentos políticos (PIOVEZANI, 2015).

Em nossas sociedades de massa e de consumo e em nosso mundo do espetáculo, o fácil, o efêmero e o casual impuseram-se como atributos supremos da configuração aparente da fala pública, cuja produção exige um enorme e pesado arsenal de artifícios e tecnologias (PIOVEZANI, 2015, p. 314).

Há, como podemos notar, um processo consolidado de aproximação da linguagem política à linguagem do entretenimento através de décadas de propagandas políticas na tevê brasileira, o que podemos perceber através da semelhança entre o *marketing* político e os programas convencionais de televisão. Apesar disso, no Brasil, as vozes de pobres, negros e mulheres demoraram a conquistar algum direito de fala no espaço público para além do entretenimento. Sua circulação, seu léxico, suas figuras e prosódia são constantemente estigmatizados, na tentativa de desqualificar esses sujeitos e silenciar seus porta-vozes.

O processo de adaptação de Lula à tevê e a certos aspectos da ideologia conservadora brasileira foi aparentemente um pouco mais demorado, mas seu apogeu não deixaria nenhuma dúvida de que o ex-sindicalista havia se tornado um porta-voz das camadas populares e uma figura emblemática do carisma pop tão benquisto em nossos tempos (PIOVEZANI, 2015, p. 321).

Desde sua emergência nacional no final dos anos de 1970, Luiz Inácio Lula da Silva já era considerado uma liderança política, o que se deve à inédita força que ele representou ao enfrentar a classe patronal e o comando político da Ditadura Militar brasileira. A fala deste operário rompe tanto na sua forma quanto em seu conteúdo com alguns parâmetros tradicionais da retórica. Os altos volumes, os movimentos bastante



rigorosos de articulação fonética, os alongamentos de determinadas sílabas, os gestos fortes e enfáticos são características marcantes do sindicalista, cuja voz cumpriu um papel fundamental na produção de ênfase, autoridade e de convicção em seu dizer. As falas e gestos de Lula continham a firmeza, a rigidez e a potência dos corpos que trabalham nos canteiros de obra, nos chãos de fábrica e nas plantações de todo Brasil. A força de exortação de uma luta por direitos não poderia expressar-se em um verbo, corpo e voz sem energia (PIOVEZANI, 2015).

Sob a forma do *expert*, do líder ou do profeta, o porta-voz da classe trabalhadora ainda é um “dos nossos”. É um igual, mas é também um superior e um herói para os demais. De algum modo passa a haver uma dívida e nenhuma dúvida da parte dos trabalhadores sobre aquele que de alguma maneira lhes deu voz. Lula produziria, assim, uma imagem de igual superior, aquele que ao mesmo tempo é comum e extraordinário. Através da legitimidade da fala do líder, a voz do povo é ao mesmo tempo ouvida e mais ou menos silenciada (PIOVEZANI, 2015).

Ao alto volume vocal, à tensão articulatória e à ênfase dos gestos conjugam-se e sobrepõe-se a voz adocicada e a tessitura baixa, o sorriso e a piscadela, que produzem uma “dominação” light por meio de um reconhecimento soft provenientes do possível amor por aquele que se nos apresenta como um semelhante aos milhões de brasileiros pobres e trabalhadores (PIOVEZANI, 2015, p. 327).

Em quarenta anos de trajetória política, Lula ainda mantém traços do carisma, conforme aspectos descritos por Weber, em suas intervenções públicas, tal como a energia relativamente incomum de seu corpo e da sua voz para uma pessoa de sua idade. O carisma weberiano pressupõe hierarquia e desigualdade entre o que possui o dom extraordinário e os demais que reconhecem a virtude excepcional daquele a que prestam obediência (PIOVEZANI, 2015).

Segundo Piovezani (2015), no caso de Lula, trata-se menos de um carisma que domina e mais de um que seduz. Porém, a capacidade comunicativa do ex-presidente foi extremamente criticada e deslegitimada pela imprensa ao longo do tempo, pois a oratória e eloquência ligadas às marcas sociolinguísticas das classes populares brasileiras são intensa e extensamente taxadas de incorreção, deselegância e vulgaridade, quando não de barbárie, pela elite intelectual brasileira. Com sua oratória popular materializada em uma voz grave, áspera e gutural, o sindicalista deu voz – como canalização institucional das

demandas sociais – aos trabalhadores pobres brasileiros e defrontou-se e negociou com os patrões e políticos durante a Ditadura Militar (PIOVEZANI, 2015).

A vitória de Lula nas eleições presenciais de 2002 foi sem dúvida um dos mais importantes acontecimentos da história política brasileira. E o final de sua gestão foi coroado por uma imensa aprovação popular em 2010, atingindo a impressionante marca de 87% de bom e ótimo<sup>11</sup>. Ao longo dos oito anos de governo, Lula conquistou um sucesso político praticamente hegemônico, tendo conciliado em suas palavras e ações, em seu corpo e sua voz, os ecos de sua condição de nordestino, a força e rudeza de sua condição de trabalhador pobre com certa fineza e suavidade, com uma pompa burguesa e cosmopolita, ajustando-se à lógica do capital globalizado. Consoante Piovezani (2015, p. 232): “no corpo e na voz de Lula está inscrita nossa história”.

Assim, numa mistura considerada bem brasileira, o ex-presidente conseguiu transformar significativamente a vida dos miseráveis ao mesmo tempo em que foi fundamental para a manutenção da riqueza das elites. Esses dois timbres de Lula, o dos pobres e o das elites, são aventados como um dos motivos dos sucessos retórico, eleitoral e político de sua trajetória pública. A soma dos ecos da energia trabalhadora com o “jogo de cintura” conciliador foi decisiva para que sua presença, através de seus efeitos de espontaneidade, consagrasse seu rosto e sua voz em articulação com seu projeto político. Lula articulava a paradoxal imagem de ser ao mesmo tempo regional e universal, o que possivelmente contribuiu para que ele fosse ouvido por diferentes e antagônicos segmentos sociais Brasil (PIOVEZANI, 2015).

---

<sup>11</sup> A esse respeito, consultar Bonin (2010).

## CAPÍTULO 2 – NÓS X ELES: A POLARIZAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO

*e só quando  
estamos em nós  
estamos em paz,  
mesmo que estejamos a sós*

Paulo Leminski

### 2.1 Teorias Argumentativas e Análise do Discurso

Um dos traços distintivos da antiga civilização grega na história da humanidade é a centralidade que a palavra pública passa a ter para mediar os conflitos e as decisões na *polis*, as cidades-estados. Para Amossy (2018), a retórica clássica surge neste contexto e pode ser definida como a arte de persuadir. O termo grego *retoriké* é afim aos termos *retor* (orador) e *retoreia* (discurso público, eloquência) e significa tanto a arte oratória como a disciplina que versa sobre essa arte.

A Retórica é tanto uma ciência (no sentido de um estudo estruturado e sistemático sobre um dado objeto teórico com fins de descrição e explicação) quanto uma arte (no sentido de uma prática, uma experiência, uma técnica). Sua origem e importância está ligada historicamente à política, pois ela é um instrumento que possibilita a estruturação e exposição de argumentos e, desta forma, relaciona-se, de modo direto, com a vida pública. Ela é um recurso indispensável para sociedades historicamente estruturadas por conflitos ideológicos, está presente em todos os domínios da vida social nos quais é necessário ter uma posição, tomar uma decisão, expressar uma opinião, fundamentando-se no que parece ser plausível (AMOSSY, 2018).

Em outras palavras, a Retórica é o uso da palavra com a intenção de influenciar, submetendo um auditório a posicionamentos, pelo menos, aparentemente razoáveis. É uma forma de linguagem específica que se realiza a partir da relação entre orador e auditório, que visa a construção de consensos sem haver qualquer ação coercitiva. Portanto, por pertencer à esfera pública, e não à privada, ela está necessariamente ligada à ideia de democracia (AMOSSY, 2018).

Segundo Amossy (2018, p. 17), na tradição aristotélica, somente alguns gêneros do discurso inscrevem-se em seu domínio, como, por exemplo, o *judiciário*, o *deliberativo* (o político, em um sentido genérico, que engloba tudo aquilo que envolve uma decisão pública) e o *epidíctico* (discurso cerimonial, de comemoração, elogio). A partir dessa concepção, a Retórica pode ser definida resumidamente de quatro formas:

- 1) Um discurso que não existe fora de um processo comunicativo, ou seja, que instaura um outro a quem se tem de levar em consideração. Falar e escrever é sempre para alguém;
- 2) Um discurso que objetiva agir sobre o real. Dessa forma, o dizer é um fazer;
- 3) Um discurso que tem como referência a razão, por isso, uma ênfase no *logos*, que em grego significava palavra e razão simultaneamente;
- 4) Um discurso que se utiliza de técnicas e estratégias para alcançar seu objetivo. Falar e escrever é mobilizar recursos verbais de forma organizada e orientada.

Em síntese, na retórica aristotélica, a força da palavra é compreendida como um motor da ação social, na qual a figura do locutor é determinante e a razão e a paixão estão ligadas. Ademais, é importante ressaltar que o empreendimento de persuasão retórica compreende três polos, a saber: o *ethos*, a imagem que o orador projeta de si ao tomar a palavra; o *pathos*, a emoção suscitada no auditório pela tentativa de persuasão do orador; e o *logos*, o próprio discurso, a razão. O *ethos* está ligado à legitimidade que vem da identidade do falante, a qual permite o sujeito tomar a palavra e dizer, é uma representação social em que o sujeito participa como ideia que ele faz de si mesmo e do mundo. O *pathos* está ligado à captação do público através de efeitos sobre o emocional do sujeito interpretante, relacionando-se ao conjunto de crenças e estados emocionais decorrentes de um ato de linguagem. Já o *logos* está ligado à credibilidade que vem das estratégias lógico-discursivas desenvolvidas pelo orador no intuito de fazer o outro crer em sua fala, construindo um imaginário de veracidade e autenticidade do dizer (AMOSSY, 2018).

Durante um longo tempo, a retórica clássica foi destituída de seu status lógico-racional, sendo reduzida à classificação e análise de recursos estilísticos. No entanto, no século XX, paralelamente aos estudos da filosofia da linguagem e da ética, começou a se

esboçar uma corrente filosófica e acadêmica conhecida como Nova Retórica, responsável por, através da crítica à posição positivista da retórica clássica, ampliar o conceito de retórica para técnicas de linguagem que permitem provocar ou aumentar a adesão a teses. Evidencia, desse modo, a dimensão comunicacional da argumentação a partir da reflexão sobre o poder da palavra como instrumento de mediação social (AMOSSY, 2018).

O estruturalismo era a concepção linguística que prevalecia nesta época. Ela privilegiava o estudo da língua, enquanto sistema, em detrimento da fala, que seria singular e, portanto, não caberia investigação científica. Logo, se o uso da linguagem em contexto não era visto como objeto de pesquisa, a Nova Retórica não deveria ser uma questão da Linguística, apenas a retórica das figuras, ligadas à poética, era desejável para esse fim. Outras concepções expandiram-se nas Ciências da Linguagem e passou-se também a ter relevância, além da estrutura, o enunciado em contexto.

Considerando o dizer como fazer, Austin (1990) formula o conceito de *atos de linguagem*. Ele introduziu a noção de ato ilocutório e ato perlocutório. O primeiro designa uma ação que se realiza na fala, como a promessa, e o segundo designa a produção de um efeito sobre aquele a quem o falante se dirige, como consolar ou encorajar. Essa concepção de linguagem como ato dotado de força permite às Ciências da Linguagem legitimar a Nova Retórica dentro de seus estudos.

Os princípios da investigação pragmática estabelecem uma relação com a Retórica, uma vez que ambas se interessam pelos mecanismos atinentes à eficácia do discurso em situação. A pragmática contemporânea pode ser compreendida como um conjunto de pesquisas que abordam a linguagem em uma perspectiva acional, colocando em primeiro plano a atividade dos sujeitos falantes e a dinâmica enunciativa em relação com um contexto social de uso (AMOSSY, 2018).

Podemos destacar também a teoria pragma-dialética, formulada por Franz van Eemeren e Rob Grootendorst e o grupo de Amsterdã. Ela tem um quadro teórico que articula a descrição dos processos linguísticos com a avaliação da validade dos argumentos utilizados, sendo descritiva e normativa ao mesmo tempo. Construída sobre a base da lógica informal e da pragmática linguística, a pragma-dialética busca reconciliar os enfoques dialético e retórico (AMOSSY, 2018).

Há também a teoria da argumentação na língua de Anscombe e Ducrot, que concebem a argumentação como o estudo das orientações semânticas e dos encadeamentos dos enunciados. Essa teoria se distancia da perspectiva aristotélica ao diferenciar a argumentação na língua da argumentação retórica, pois a primeira não

objetiva analisar o discurso e suas estratégias de persuasão, mas analisar as orientações argumentativas dos enunciados, os *topoi* e os conectores que asseguram seu encadeamento. Assim, examina apenas os fenômenos que ocorrem na língua, como sistema simbólico formal (AMOSSY, 2018).

Por último, há o enfoque conversacional da análise argumentativa, o qual situa a argumentação num quadro dialógico. Esse enfoque interacionista atribui ao diálogo a matriz e o paradigma da argumentação, uma vez que grande parte dos modelos de análise argumentativa é monológica. Esta abordagem permite analisar inúmeros *corpora*, tais como o debate, o confronto e o depoimento, em que o encontro direto com o outro influencia as modalidades de argumentação. Em síntese, a análise argumentativa do discurso, proposta por Amossy (2018, p. 40), baseando-se nas teorias retóricas, pragmáticas e lógicas até aqui sistematizadas, construiu as seguintes premissas a partir de alguns tipos de abordagens:

- 1) *Abordagem linguageira*: a argumentação constrói-se a partir do acionamento dos meios de linguagem e não se reduz a uma série de operações lógicas e abstratas;
- 2) *Abordagem comunicacional*: a argumentação sempre visa um auditório. Nesse sentido, sua construção lógica não pode ser dissociada da sua situação de comunicação, pois só produz efeito de sentido em uma relação de interlocução;
- 3) *Abordagem dialógica*: a argumentação é sempre um processo interativo, mesmo quando não há um diálogo efetivo, mas virtual. Ela pretende agir sobre um auditório e, por isso, deve se adaptar a ele. Além disso, esse processo interativo ocorre em um espaço discursivo no qual se reage àquilo que foi dito, ou escrito antes;
- 4) *Abordagem genérica*: a argumentação sempre se materializa em um gênero do discurso, mesmo que para subvertê-lo. Institucionalizado pela sociedade, determina finalidades, quadros de enunciação, distribuição de papéis etc.;
- 5) *Abordagem figural*: a argumentação usa como recurso os efeitos de estilo e as figuras de linguagem por meio de sua visada argumentativa;

6) *Abordagem textual*: a argumentação deve ser estudada no nível de sua textualidade. Compreendendo texto aqui com um conjunto coerente de enunciados que formam uma unidade.

A argumentatividade, assim compreendida, é consequência do dialogismo inerente ao discurso. É a utilização da linguagem em um contexto dialógico que gera necessariamente uma dimensão argumentativa, mesmo quando ela não é previamente programada. A oposição do argumentativo e do não argumentativo é diluída em um *continuum* que apresenta diversas modalidades argumentativas. Essa definição modular da argumentação concebe que cada modalidade tenha sua própria regulação, seu próprio regime de racionalidade.

O discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos seus recursos, que compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos quanto a pressuposição, o implícito, as marcas de estereotipia, a ambiguidade, a polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo (AMOSSY, 2011, p. 133).

Desse modo, agrupa-se sobre um conceito diversos fenômenos discursivos que têm em comum o uso da linguagem de modo a influenciar parceiros, seja para sugerir maneiras de ver, seja para fazer aderir uma determinada posição, seja, enfim, para gerir um conflito. É preciso, entretanto, diferenciar quando o discurso tem uma *dimensão argumentativa* de quando ele tem uma *orientação argumentativa*. A intenção argumentativa são os gêneros argumentativos em si, no qual desenvolvem uma estratégia de persuasão programada. É o caso do discurso político e do anúncio publicitário, por exemplo. Já a dimensão argumentativa comporta gêneros que se pretendem neutros, mas que orientam modos de ver, perceber e sentir; como são os casos das narrativas ficcionais e das notícias, por exemplo.

Segundo Amossy (2011), é importante ressaltar que, quando há *intenção argumentativa* em um discurso, ela se dá através de uma ou mais modalidades argumentativas, o que contribui para o funcionamento da estratégia de persuasão. Entre as modalidades, são destacadas três: a *demonstrativa*, que objetiva a adesão através do raciocínio articulado apoiados em provas; a *negociada*, que é marcada pelo consenso e

pelo compromisso entre parceiros que podem ocupar posições diferentes, conflitantes; e, por fim, a *polêmica*, que se caracteriza pelo confronto entre teses conflitantes.

Já no caso da *dimensão argumentativa*, a estratégia de persuasão é indireta e, em geral, não assumida, pois o objetivo declarado é outro: informar, contar, descrever, entre outros. Nesse sentido, é importante identificar e analisar como os discursos direcionam o olhar do outro com o objetivo de persuadi-lo sobre um determinado ponto de vista. Assim, a argumentação inscreve-se diretamente no discurso e participa amplamente da vida social. Em síntese, podemos defini-la como:

Os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que elas lhes oferecem, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (AMOSSY, 2018, p. 47).

É através dessa concepção que é possível compreender que a argumentação não apenas participa dos textos que objetivam fazer o outro aderir a uma tese, mas também daqueles que compartilham um ponto de vista sobre o real, reforçando valores e orientando a reflexão. A noção de *modalidade argumentativa* contribui para o reconhecimento de modos diversos pelos quais o discurso orienta uma visão ou uma opinião (AMOSSY, 2018).

Dentro dessa perspectiva, rompe-se com a concepção clássica de argumentação como desdobramento de um raciocínio lógico fora de um quadro comunicativo, visto que retoma-se a noção de acordo, desprezada pelo pensamento positivista. Esse conceito desdobra-se no de acordo prévio, pautado em determinadas proposições incontroversas, as quais já se encontravam aceitas previamente. É sobre essas proposições que o orador organizará seu pronunciamento, procurando transferir a adesão do auditório em relação aos acordos prévios para a tese que apresenta. Dessa forma, o conhecimento do auditório é essencial para o sucesso da argumentação, pois ele o fundamenta (AMOSSY, 2018).

Assim, nesse quadro teórico, tanto o conceito de orador quanto o de auditório são importantes para a compreensão do empreendimento retórico. O auditório é o conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso. Já o orador é tanto aquele que fala quanto aquele que escreve, visando a influenciar e desencadear uma ação, mesmo que *a posteriori*. O que só pode ser feito quando conhece as opiniões dominantes que fazem parte do universo cultural do seu auditório. A verdade obtida pela



lógica formal é sempre universal e incontestável, enquanto que a adesão obtida pela argumentação é sempre a adesão de um auditório determinado (AMOSSY, 2018).

Enfim, a argumentação não é um raciocínio dedutivo que se desenvolve no campo do raciocínio puramente lógico, fora de toda interferência do sujeito. Ela necessita, ao contrário, de uma interrelação do locutor e do alocutário. A influência recíproca que um exerce sobre o outro – o orador e o seu auditório, na dinâmica do discurso com visada persuasiva – constitui um dos princípios de base da “nova retórica” (AMOSSY, 2018, p. 22).

Segundo Amossy (2018), situado no terreno do provável e do opinável, a argumentação verbal em uma situação comunicativa concreta não se efetiva por meio de operações lógicas formais, dado que estas se realizam em uma linguagem formalizada, em um espaço abstrato, genérico, tendo por base axiomas que não precisam de consenso em um determinado auditório. Entretanto, não significa que a argumentação verbal não pertença ao domínio da lógica e da racionalidade, haja vista que ela comporta sua própria lógica, podendo ser considerada um raciocínio que mobiliza diversas operações cognitivas, uma organização coerente e realizada pela língua em um contexto real de uso. É em uma perspectiva global que a lógica permanece no domínio da argumentação.

Na década de 1970, na América do Norte, começaram a surgir estudos de uma disciplina filosófica centrada na construção do raciocínio válido fora dos quadros da lógica formal. Conhecida como lógica informal, este ramo da lógica não se propõe apenas a analisar, mas também a avaliar argumentos. Ela se questiona sobre a natureza e a estrutura do argumento, os critérios que garantem sua validade e as variedades de paralogismos, os chamados argumentos falaciosos (AMOSSY, 2018).

A lógica informal ampliou os estudos sobre os paralogismos. Como sua preocupação centrou-se em avaliar argumentos, acabou prevalecendo a perspectiva normativa, ao invés da descritiva, em seus estudos. Além disso, a questão dos argumentos falaciosos continua a produzir muitos desdobramentos teóricos. É um perigo para a Análise do Discurso a recusa de avaliar e julgar as falhas lógicas, pois pode ser um obstáculo para um enfoque crítico de análise que permita denunciar práticas duvidosas; ou seja, isso não permite que se analise as manobras desonestas e os raciocínios falsos (AMOSSY, 2018).

Tanto o enfoque descritivo quanto o normativo pretendem contribuir para a crítica da argumentação verbal. A análise argumentativa baseia-se na ideia de que descrever um funcionamento discursivo é evidenciar o modo pelo qual o orador tenta agir sobre o auditório. Dessa forma, a análise é em si um instrumento crítico. Já a lógica natural de

Grize (1990) é uma tentativa de elaborar uma alternativa à lógica formal sem adotar um enfoque normativo como a lógica informal.

Em oposição à lógica formal, postulou-se que as operações do pensamento são indissociáveis das atividades discursivas, tratando-as como operações lógico-discursivas. Essas operações inscrevem-se necessariamente em um quadro de comunicação em que há pelo menos dois sujeitos em um contexto social de interação. Assim, nessa perspectiva, a *argumentação* pode ser definida como um conjunto de estratégias discursivas com vistas a modificar, em um determinado sentido, o julgamento de um auditório sobre uma determinada situação (AMOSSY, 2018).

Tal como entendo, a argumentação considera o interlocutor não um objeto a manipular, mas como um alter ego sobre o qual ele agirá a fim de compartilhar sua visão. Agir sobre ele é buscar modificar as diversas representações que lhe atribuímos, colocando em evidência certos aspectos das coisas, ocultando outras, propondo novas (GRIZE, 1971, p. 41 *apud* AMOSSY, 2018, p. 28).

Tanto a Nova Retórica de Perelman quanto a lógica natural de Grize, apesar de suas diferenças, colaboraram na construção de muitos princípios que baseiam a análise argumentativa. Segundo Amossy (2018), essas teorias compartilham da concepção de que a argumentação não é um raciocínio abstrato, mas um discurso que se realiza em uma situação de comunicação concreta. Porém, ambas as teorias supracitadas não se preocupam com o funcionamento do discurso na interação argumentativa. Elas se inscrevem numa perspectiva filosófica mesmo preocupando-se com estratégias verbais e operações lógico-discursivas. Dessa forma, a investigação lógica continua a prevalecer no vasto domínio da argumentação, mas, contrariamente às tendências que enfatizam a dimensão linguística, ela analisa os modos e as normas do raciocínio (AMOSSY, 2018).

Segundo Perelman (2013), a argumentação sempre é relativa a quem ela se dirige, pois só assim ela poderá obter adesão à sua tese. Logo, falamos sempre para e em função de alguém, o que significa que o público visado modela a estrutura do pronunciamento. Ademais, o fundador da Nova Retórica enfatiza a importância decisiva da instância de recepção na troca argumentativa, a qual sempre leva em conta um alocutário, embora muitas vezes esteja subentendido. Não se deve considerar, portanto, apenas o tipo de auditório com que o orador se relaciona, mas também como a imagem construída do auditório pelo orador inscreve-se na materialidade linguística.

Há vários termos com sentidos similares que empregaremos aqui para se referir à instância na qual um discurso é endereçado, explícita ou implicitamente. O termo retórico

auditório, ou público, com caráter mais genérico; os termos linguísticos alocutário e destinatário, nos quais o leitor é uma figura; o termo interlocutores, com abordagem mais comunicativa, usado em casos de interações verbais efetivas.

A modalidade argumentativa é sempre dialógica, mas não obrigatoriamente dialogal. Partindo da concepção de Bakhtin (2014), todo discurso é dialógico, de modo que sempre é endereçado a alguém, mas nem todo discurso é dialogal, na medida em que há casos em que não há troca verbal efetiva, nos quais o alocutário não responde ativamente. Para constituir-se como um elemento essencial do dispositivo argumentativo, o auditório não precisa intervir concretamente. Ele pode ser considerado como uma entidade variável determinada pelo locutor de acordo com o objetivo de sua empreitada argumentativa. É importante ressaltar que isto não ocorre de uma maneira necessariamente consciente, clara e calculada.

No quadro da análise argumentativa, é preciso destacar que a natureza e o estatuto do auditório modificam profundamente a dinâmica da argumentação. Suas modalidades são diferentes se o público ao qual se dirige não tem direito de resposta ou, ao contrário, se for a um interlocutor singular que se mostra parceiro ativo da troca (AMOSSY, 2018, p. 54).

As regras da troca argumentativa são, de fato, distintas quando ou se tem um auditório face a face ou se tem um auditório virtual. Quando torna-se diálogo, a argumentação se faz a partir das reações e objeções do outro; contudo, em todos os casos, a importância concedida às opiniões do outro e a necessidade de se adaptar a um determinado auditório são condições essenciais, indispensáveis para uma eficácia discursiva. Logo, em todo discurso argumentativo, a *doxa* – ou opinião comum – tem um papel importante: adaptar-se a um auditório é considerar sua *doxa*, ou seja, o conjunto de opiniões, crenças e esquemas de pensamento do auditório utilizados pelo orador em sua visada argumentativa (AMOSSY, 2018).

Outro elemento importante é a ideia de que o auditório sempre é uma construção do orador. O que influi na interação não é a presença real do parceiro, mas a imagem que o locutor elabora dele. Não necessariamente a imagem construída do auditório equivale à sua realidade empírica; o pronunciamento político, por exemplo, seja ele em ausência ou em presença de um público, passa necessariamente por um imaginário. Consequentemente, pode-se afirmar que o auditório é uma ficção verbal, dado que, além de ser construído pelo orador, essa instância argumentativa não se confunde com o público empírico. Por isso, a distância entre a imagem efetiva do auditório e aquela

elaborada pelo orador é um dos pontos a se considerar para a eficácia discursiva (AMOSSY, 2018).

A Nova Retórica, de forma geral, preocupa-se com a dimensão comunicacional de uma troca fundamentada em uma *doxa*, mas não se preocupa com sua inscrição na materialidade linguística. Ou seja, não se preocupa com a maneira como o orador constrói a imagem do auditório através de sua fala. Nesse sentido, é importante interrogar sobre a própria ideia de construção do auditório, se ela é uma representação mental ou uma imagem verbal. Segundo Amossy (2018), é esse problema que a lógica natural de Grize (1990) aborda ao investigar a maneira pela qual a representação social articula-se com sua inscrição no discurso. Nesta perspectiva, um discurso sobre determinado tema deve construir uma representação daquele a quem se dirige e projetar a maneira pela qual ele compreende o tema tratado. Para Grize (1990), a representação é a imagem que o locutor faz de seu público e é no texto que ela se deixa plenamente apreender.

A representação que o locutor tem de seu público não pode ser percebida fora do discurso no qual se inscreve. É somente quando se materializa na troca verbal que ela toma consciência e pode ser relacionada a dados ou a imagens exteriores preexistentes (AMOSSY, 2018, p. 57).

Nesse viés, como pode-se notar, a construção do auditório efetiva-se no próprio texto, sendo que o processo de discursivização em que a imagem se concretiza na materialidade linguística é denominado por Grize (1990) como *esquematização*. Este conceito designa o processo de produção de uma imagem coerente do auditório pelo locutor que responde a suas necessidades de interação. A noção de esquematização de Grize (1990) assemelha-se ao conceito de representação social e estereótipo cunhados pela Psicologia Social.

O *estereótipo* pode ser definido como uma imagem coletiva fixa em um determinado espaço e tempo que atribui um conjunto de predicados a um determinado tema. Dessa forma, por definição, ele é dóxico, uma operação que percebe o real através de uma representação social preexistente. A representação feita de um alocutário depende necessariamente da ideia socialmente construída do grupo que ele faz parte e só é possível imaginar um auditório na medida em que se vincula a ele uma determinada categoria social, étnica, política, etc.

O estereótipo permite designar modos de raciocínio próprios a um grupo (um pensamento conservador, por exemplo) e designar os conteúdos globais do setor da *doxa* em que esse estereótipo se situa (as posições específicas e as

preocupações que podem ser trazidas, das quais os membros de uma comunidade podem se valer) (AMOSSY, 2018, p. 59).

A partir desse pressuposto, toda relação que passa necessariamente por um imaginário, passa igualmente por um processo de estereotipagem. A representação que o locutor tem de seu parceiro é uma imagem esquematizada a partir dos objetivos e das necessidades da interação, a qual pode remeter à do grupo em que o interlocutor participa, a imagem prévia que circula socialmente ou a comunidade da qual os parceiros da interação são membros. Os índices de alocação, conceito desenvolvido por Kerbrat-Orecchioni (2005), podem ser definidos como a concretização da imagem do alocutário a partir de marcas linguísticas, nem sempre inscritas na literalidade dos enunciados. Segundo Amossy (2018), os principais elementos de índices de alocação designando auditório são:

- a. *Designações nominais explícitas*: são os discursos que definem seu alocutário com precisão, através de nomes próprios ou de vocativos, que podem ser designações mais genéricas ou imagens orientadas sobre o público;
- b. *Descrições do auditório*: as designações nominais podem desenvolver-se em forma de descrição caso elas se tornem um objeto de desenvolvimento com uma extensão mais ou menos considerável. Um retrato que remete diretamente ao alocutário;
- c. *Pronomes pessoais e possessivos*: os pronomes permitem várias interpretações na medida em que podem ter diferentes referentes. Trata-se, principalmente, das segundas pessoas, do plural e do singular, pois elas permitem envolver o auditório sob a forma de um você(s), que possui uma pluralidade de referentes. Ou também pode se tratar de um nós, que engloba o locutor. Um auditório visado também pode ser interpelado na terceira pessoa, quando fala-se com alguém fingindo dirigir-se a outro;
- d. *Evidências compartilhadas*: de forma implícita, um auditório pode ser designado a partir de crenças, opiniões e valores que o discurso lhe atribui. O texto pode omitir os índices de alocação tangível, as designações e os pronomes, apagando qualquer menção direta ao destinatário, mas não pode omitir a inscrição

em um sistema de valores e crenças a partir dos quais se estabelece o ato comunicativo.

Eles podem ser instrumentos interessantes para a análise da argumentação no discurso, pois podem definir a imagem construída sobre o locutário a partir de elementos verbais. No caso do presente trabalho, os índices de locução são categorias de análise que ajudarão na identificação dos auditórios construídos pelo material de análise. O caráter unificado ou não do público ao qual o locutor se dirige modela o discurso argumentativo e determina sua complexidade; entretanto, há grandes distinções entre falar, pelo menos aparentemente, para um auditório homogêneo e para um compósito ou heterogêneo. O auditório homogêneo pode ser considerado a situação mais favorável à persuasão, pela simplicidade, haja vista que se caracteriza como aquele que o orador se dirige a um público com o qual compartilha valores e objetivos. Ele só pode ser considerado homogêneo se houver esse compartilhamento de uma visão de mundo.

Perelman (2013) não utiliza a noção de auditório homogêneo, considerando que cada indivíduo tem sua singularidade e diferença perante o outro. Para o estudioso, uma única pessoa pode constituir um auditório compósito, na medida em que ela se constitui no entrecruzamento de diversas dimensões, tais como a religiosa, a familiar, a sexual, entre outras. Apesar disso, consideraremos aqui que uma possível homogeneidade do auditório deriva da aposta de um determinado orador em constituir seu auditório a partir de denominadores comuns, ou seja, a homogeneidade seria tomada como um efeito.

Nesse viés, a homogeneidade do público sempre é relativa e provisória, sendo a partir desse denominador comum que o orador constrói a homogeneidade de seu auditório, o que se dá através de estereotipagens baseadas nos modos de ver particulares do público alvo. Isto é, ele pode ser, ao mesmo tempo, uma ficção, já que se trata de uma construção do orador, mas também pode ser um dado verificável na realidade, na medida em que tem uma dimensão objetiva comum, como a adesão a uma determinada ideologia, por exemplo (PERELMAN, 2013).

De forma geral, é possível distinguir dois tipos de situação, a que o orador compartilha a mesma ideologia do seu auditório e aquela em que essas ideologias se diferem. Em ambos os casos, é possível elaborar estratégias de persuasão a partir da consideração do público como um todo indivisível. O primeiro tipo de situação argumentativa é quando o orador deseja persuadir aqueles que pensam como ele. Para tal, ele projeta em seu discurso a figura de um auditório homogêneo, unificado por vários

aspectos e movidos pelos mesmos interesses, capaz de agir com unicidade. Portanto, é um discurso que se baseia em consensos prévios. O valor argumentativo de um discurso que, vinculado explicitamente a uma determinada ideologia, orienta o auditório diretamente às suas teses se dá na medida em que se impõe uma deliberação dentre diversas opções possíveis a partir desse prisma comum. A comunhão de valores sociais entre público e orador gera consequências discursivas (PERELMAN, 2013).

Quando o auditório, além de compartilhar valores com o orador, admite por antecipação o mérito de suas teses, permite ao orador simplesmente considerar aceito o que ele em outra situação teria de demonstrar. Assim, como o público já aderiu à sua tese de forma prévia, autoriza o orador a utilizar estratégias argumentativas como a afirmação enfática e o recurso ao *pathos*, que não poderiam ser utilizadas em outra situação de interação. Mesmo nesse caso, o público só pode ser considerado homogêneo a partir de uma definição de parâmetros precisos, já que uma comunidade que compartilha uma corrente ideológica compreende indivíduos muitos diversos que podem ter pontos de vista divergentes. Essa noção de comunidade é importante, uma vez que pode compreender um vasto público pelo qual o orador deseja se comunicar em situações específicas, reduzindo sua pluralidade e seus antagonismos a um conjunto unificado (PERELMAN, 2013).

O segundo tipo de situação argumentativa é constituído por um auditório homogêneo que não compartilha ideologias com seu orador, podendo também ser seu adversário. Para tal, o orador necessita de estratégias argumentativas específicas, como basear-se em premissas comuns, para além das divergências já explicitadas. É apoiando-se em premissas amplamente aceitas que o orador pode tentar construir um discurso suscetível de ser compreendido por seus adversários. Já no caso dos auditórios compósitos, quando o orador encontra-se diante de um público não homogêneo, que pode ser constituído por grupos rivais ou apenas diversificados, são necessárias estratégias diferenciadas. Segundo Amossy (2018, p. 71),

[...] um discurso que se dirige a um auditório compósito pode ter visadas plurais, sustentadas por estratégias particulares. A dificuldade consiste seguramente em realizar, em um mesmo discurso, objetivos diversos e simultâneos, e em apostar nos valores e nas opiniões de uns sem contrariar as dos outros.

Dessa forma, quando verifica-se um caso de auditório compósito, Amossy (2018) afirma que são necessários três procedimentos para fins de análise: (i) classificar os índices de alocação, as designações, os pronomes e as evidências compartilhadas; (ii)

examinar a hierarquização de cada grupo, sua importância, o lugar que ocupam no texto e os valores que os distinguem; e (iii) analisar de que forma as premissas e as evidências compartilhadas coincidem, ou não, entre os grupos que compõem o auditório.

Há também a possibilidade de o orador defrontar-se com um auditório dividido, no qual sua composição pode prejudicar, pelos menos inicialmente, toda tentativa de dirigir uma fala válida para todos. Nessa situação, cabe se perguntar se o dizer do orador se preocupa em persuadir o todo ou é feito apenas para conseguir adesão de quem pensa como ele. Em muitas situações, uma parte do público pode ser apenas antagonista e refratar qualquer argumento vindo do orador, tratado como adversário. Nesses casos, nos quais o orador só pode polemizar sem esperança de acordo, pode ser que esses discursos se destinem a um terceiro público, que os ouve *a posteriori*, como, por exemplo, em um embate entre políticos com posições antagônicas em uma assembleia legislativa (AMOSSY, 2018).

Na perspectiva da Nova Retórica, a argumentação pode alcançar seus objetivos perante um público particular de forma mais profícua se se basear em argumentos que apelem para esquemas racionais universais. Devido à capacidade de promover a convicção de um público definido é que a razão universal tem uma validade superior aos argumentos baseados em razões particulares, as quais possuem apenas eficácia imediata. A ideia de auditório particular é definida como aquele que se apoia em teses particulares e específicas. Já o auditório universal seria um discurso situado que tem a capacidade de transcender os limites do tempo e do espaço em que se realiza, podendo, assim, convencer um público que excede o auditório imediato. No entanto, é importante relativizar, de forma sócio-histórica, a ideia de auditório universal, como enfatiza Perelman (2013), pois ela é variável de acordo com cada cultura e cada época. Na medida em que o auditório universal não tem uma existência objetiva, ele é uma ficção criada por um orador em uma determinada situação. Como notam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1970, p. 43 *apud* AMOSSY, 2018, p. 76):

[...] cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção de auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideram, no decorrer da história, real, verdadeiro e objetivamente válido.

É importante destacar que a construção do auditório é em si uma estratégia argumentativa, uma vez que o discurso articula tanto a forma com que o orador projeta



seu público quanto a imagem que ele constrói de si próprio. Essa imagem que projeta de si próprio almeja fazer o auditório se reconhecer e dessa forma se sentir contemplado.

Trata-se de fazer o alocutário aderir a uma tese ou adotar um comportamento por se identificar com uma imagem de si que lhe é agradável. Se esta estratégia se expõe em geral aos riscos da sedução ou da demagogia, ela não é em si negativa. Ela pretende influenciar propondo ao parceiro aderir à imagem de sua própria pessoa que lhe é proposta (AMOSSY, 2018, p. 78).

Dessa forma, dois processos discursivos ocorrem em paralelo e de forma articulada: o primeiro, a construção do auditório, permite o orador adaptar-se aos valores do seu público; já o segundo, a construção de uma imagem de si, faz com que o auditório se reconheça, se identifique e confira autoridade ao dizer do orador. Assim, estratégias discursivo-argumentativas para a construção do “eu” no discurso relacionam-se com as imagens construídas do “tu” – o público – pelo orador (AMOSSY, 2018).

É importante ressaltar que a Nova Retórica não se concentra nos aspectos linguísticos e enfatiza os esquemas de pensamento que subjazem à argumentação e aos tipos de ligação que os articulam. Ela considera as técnicas argumentativas como um conjunto de diversos tipos de encadeamentos possíveis com os quais um raciocínio plausível é construído. Há uma distinção entre técnicas de associação e técnicas de dissociação: a primeira é a argumentação que estabelece vínculo entre os elementos; a segunda, a argumentação que visa a distinguir o que pode ser confundido ou associado. São técnicas argumentativas que permitem uma ligação ou uma ruptura constitutiva de um raciocínio plausível (AMOSSY, 2018).

Se a nova retórica de Perelman, que não estuda os processos linguageiros como tais, escapa ao domínio da linguística, ela oferece, contudo, à análise do discurso um quadro essencial, na medida em que insiste sobre alguns constituintes essenciais: a importância do auditório, o caráter fundador das premissas e dos pontos de acordo na interação argumentativa e também os lugares comuns que balizam a argumentação (AMOSSY, 2018, p. 24).

Nesse sentido, apesar de essa corrente teórica não se inserir no domínio da Linguística, por se inscrever mais nos processos lógicos do que nos discursivos, ela pode contribuir para a Análise do Discurso na medida em que constrói um instrumental teórico que auxilia na caracterização dos fenômenos argumentativos a partir de um apelo consensual e não coercitivo. Nesse viés, o orador não faz uso da força para convencer ou persuadir o seu auditório, apenas profere um discurso, sendo livre a adesão daqueles que ele pretende convencer/persuadir.

A teoria da argumentação pode, então, ser compreendida como uma técnica de mediação de conflitos capaz de substituir a violência física, como pura negação do outro e tentativa de eliminação de sua voz e corporeidade, pela canalização das divergências racionais e emocionais via organização – e disputa – simbólica do mundo vivido. O que aquela pretende obter pela coerção, a argumentação pretende fazê-lo pela adesão. Por isso, o recurso à argumentação requer o estabelecimento da democracia, pois ela garante a possibilidade do desacordo e da coexistência no dissenso

Segundo Amossy (2018), é na articulação de disciplinas que se situa a argumentação no discurso. Ela pertence ao quadro teórico da linguística do discurso, descrevendo e analisando as modalidades discursivas da argumentação em gêneros e situações particulares. Porém, ela também pode ser utilizada por outras disciplinas como ferramenta, podendo estar ligada a diversos trabalhos nas áreas de História, Ciência Política, Comunicação e Literatura. Dessa forma, a análise argumentativa do discurso pode se ater a uma variedade de *corpora*, que vai do discurso literário ao político, uma vez que compreende a argumentação como uma tomada de posição, um ponto de vista, um modo de ver o mundo que quer prevalecer ou se fazer aceitar em meio a posições e visões antagônicas ou divergentes.

Contudo, é importante destacar as diferentes concepções de discurso aqui abordadas. Enquanto uma concebe o discurso como *o ato de colocar a linguagem em movimento*, a outra concebe como *a articulação de saberes possíveis dentro de condições determinadas historicamente* que organizam este ato de linguagem. Como afirma Amossy (2018), as teorias de Perelman relacionam-se com linguística do discurso na sua vertente enunciativa e pragmática, pois ambas consideram os quadros da enunciação no qual o discurso é compreendido como ato de linguagem. Porém, a primeira fase da escola de Análise do Discurso, de linha francesa, inspirada em Michel Foucault e Louis Althusser e marcada pelos trabalhos de Michel Pêcheux, nos anos 1970 e 1980, não estabeleceu relação aprofundada com os estudos da argumentação retórica.

Isso pode ser explicado a partir das divergências quanto à concepção de sujeito, pois a retórica baseia-se na agência – a ação consciente de um locutor que domina a arte da linguagem e intervém no real exercendo sua influência sobre o outro. Já a concepção de sujeito defendida pelo campo discursivo de fundamento estrutural contrapunha-se à ideia de um sujeito plenamente senhor de si e das significações, a partir das teorias marxistas, psicanalíticas e linguísticas. A teoria do discurso de Pêcheux priorizou a análise de nível sintático e lexical, sem discutir a dimensão argumentativa dos

enunciados. Além disso, contrapõe-se explicitamente ao idealismo de modelos da linguística da enunciação, da qual os trabalhos de Chaïm Perelman, entre os quais a Nova Retórica, de 1958, foi precursor, como interpreta Amossy (2018).

Pêcheux (2015) entende que as teorias da enunciação reproduzem, no nível teórico, a ilusão do sujeito, através da ideia de um sujeito enunciador portador de escolha, intenções e decisões. A zona de constituição da subjetividade é, no entanto, inacessível ao sujeito e está ligada ao inconsciente e à ideologia, a qual constitui os indivíduos em sujeito por meio da interpelação. Já a Nova Retórica de Perelman não compartilha os fundamentos epistemológicos da psicanálise e do materialismo histórico, que são fundamentais à teoria do discurso de Pêcheux, porém, constitui-se no âmbito do liberalismo político, valorizando o pluralismo como um marco indispensável para uma convivência pacífica entre aqueles que pensam de forma diferente. Dessa maneira, à noção de luta de classes, central na proposta de Pêcheux, opõe-se à ideia perelmaniana do razoável, tendo como horizonte o consenso.

Amossy (2018) admite que Perelman considera os fatores sociais e culturais que caracterizam os participantes de um debate e que, mesmo em sua teoria do auditório universal, destaca que o que resulta razoável depende do que aparece como tal em um período e em um lugar determinados. Porém, enfatiza que a visão de Perelman acerca da relatividade e da pluralidade do razoável não se estende a uma perspectiva da sociedade em que as relações de poder, a divergência de interesses e as diferenças ideológicas profundas sejam o motor da história.

No entanto, Vitale (2016) discute que, a partir da compreensão dessas diferenças de concepção, é possível afirmar que as posições-sujeito dentro do seu funcionamento discursivo incluem o retorno, a reformulação ou o esquecimento de estratégias persuasivas. Nesse sentido, a autora cunhou o termo *memória-retórico-argumentativa* para se referir a estratégias persuasivas que em uma sequência discursiva visam conquistar adesão acerca de uma determinada tese. Apesar de Perelman (2013) e Pêcheux (2015) partirem de posições epistemológicas muito distintas, os tipos de argumentos codificados pela Nova Retórica apresentam-se como ferramentas úteis para indagar os modos pelos quais a historicidade penetra a persuasão. Dessa forma, abordar a natureza heterogênea de toda palavra argumentativa, a partir da primazia do interdiscurso, estudando sequências discursivas argumentativas em sua diacronia, superando o curto período do acontecimento.

Segundo Hall (2003), há uma articulação entre prática e estrutura, de maneira que uma estrutura são práticas que foram acumuladas e consolidadas, e uma prática é uma estrutura em movimento. O autor discute que a noção de articulação é marcada pelo dinamismo e pela contradição; antes de serem rupturas radicais, são organizações diferentes entre os mesmos elementos. Assim, a ideia marxista de determinação deixa de ser causal e passa a ser constituída pela dupla articulação entre prática e estrutura. Nesse sentido, novamente, a estrutura – como condições dadas de existência – deve ser compreendida como o resultado de práticas anteriormente estruturadas e a prática, como uma estrutura ativamente reproduzida.

Também é possível relacionar a proposta de articulação entre prática e estrutura de Hall (2003) com a de discurso como estrutura e acontecimento de Pêcheux (2015)<sup>12</sup>. Na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, o autor apresenta duas questões para o desenvolvimento da análise do discurso. A primeira, referente ao discurso como estrutura, relacionado ao reconhecimento do real próprio da língua, sendo ela uma materialidade significante. A segunda, referente ao discurso como acontecimento, relacionado a necessidade de colocar a estrutura em relação com a exterioridade. O acontecimento, nesta perspectiva, institui um valor de língua em funcionamento na história. Ele é a estrutura colocada em realização com a exterioridade. Assim, existe o trabalho de descrever ligado à estrutura e o trabalho de interpretar ligado ao acontecimento. E eles não são indiscerníveis entre si. O real da língua sofre a manipulação de significações estabilizadas, dos sentidos normatizados, mas sofre também as transformações do acontecimento, no relançar indefinido das interpretações. Essas interpretações podem ser descritas enquanto tomadas de posição, efeitos de identificação, pontos de deriva que estão presentes em quaisquer textos, e que se abrem para as redes de memória como condição do sentido. Nessa perspectiva, estrutura e acontecimento precisam então ser considerados conjuntamente.

Dessa forma, a partir do acima exposto, é possível articular uma concepção pragmática com uma estrutural de discurso. As reflexões esboçadas aqui de uma teoria argumentativa do discurso proposta por Amossy (2018), com base pragmática e enunciativa, ao se articularem com a concepção de discurso enquanto estrutura histórico-ideológica de Pêcheux (2015) a fim de permitir analisarmos o discurso político, podem

---

<sup>12</sup> Agradecemos ao professor Edmundo Narracci Gasparini que, durante a defesa da dissertação, nos alertou sobre como a teoria pecheutiana já discutia a articulação entre prática e estrutura a partir do conceito de discurso como estrutura e acontecimento.

ser profícuas no sentido de conectar o aspecto mais pragmático ao aspecto mais estrutural do discurso, a partir da dupla articulação proposta por Hall (2003) e da concepção de discurso como estrutura e acontecimento proposta por Pêcheux (2015)

## **2.2 Os limites da polêmica: entre a retórica do dissenso e o discurso intolerante**

Autoritarismo *versus* populismo. Catolicismo *versus* protestantismo. Capitalismo *versus* socialismo. Direita *versus* esquerda. Padrões *versus* trabalhadores. Ricos *versus* pobres. Os conflitos polarizados entre ideologias – religiosas, econômicas, políticas, identitárias, entre outras – que se opõem por apresentar divergências nos modos e lugares de ver e agir sobre o mundo são constitutivos às distintas sociedades. Na contemporaneidade, uma singularidade desse fenômeno é que esses conflitos são alimentados e mediados, em grande parte, pelos diversos meios de mídia, principalmente os digitais.

Na vida pública, cotidiana, os confrontos verbais são numerosos e com denominações diversas. Citando alguns dos nomes mais recorrentes, podemos destacar: debate, discussão, disputa, briga, controvérsia e polêmica. Para especificar o fenômeno, usaremos a denominação polêmica, a qual remete à palavra de origem grega *polêmikos*, relativa à guerra. Na etimologia do termo, articula-se a recusa de um diálogo racional em proveito de relações de força e de luta entre campos inimigos, pois a ideia de guerra consiste em uma luta armada com o objetivo de vencer o outro através da violência. Nesse sentido, a polêmica não é vista como um modo argumentativo, mas como uma forma de coerção marcada pela violência, o que pode explicar a origem da conotação pejorativa ligada ao termo na contemporaneidade (AMOSSY, 2017).

Em uma sociedade democrática, costuma-se dizer que precisamos chegar a um consenso para evitar a violência. O problema da polêmica é que, através dela, não necessariamente as partes chegam a um acordo e, por esta razão, costumamos considerá-la um fracasso, excluindo-a, por vezes, dos limites do que seja tido como um debate democrático. Trata-se de um modo de discurso desprezado socialmente pelos seus excessos (violência, paixão, tendência aos extremos). Todavia, cada vez mais, ela se fortalece e se propaga nas sociedades contemporâneas.

Se esse fenômeno verbal persiste apesar de todas as críticas que desperta, é porque cumpre determinadas funções sociais, nem sempre explícitas, mas não menos importantes. Amossy (2017) faz interessantes reflexões acerca do funcionamento do

discurso polêmico no espaço público, retirando dele a conotação pejorativa. Conforme a pesquisadora, é necessário reconhecer a complexidade das opiniões e divisões sociais, visto que elas são elementos constitutivos das sociedades democráticas, demonstrando que, por trás do aparente caos causado por ela, é necessário perceber um aspecto funcional que a enquadra, regula e a faz funcionar. Para explorar o funcionamento verbal do discurso polêmico e suas funções sociodiscursivas, faz-se interessante articular a análise do discurso com a argumentação retórica.

O rejeitado antônimo da palavra consenso, muito valorizada pela retórica clássica, é o elemento-gênese da polêmica: o dissenso é definido como “o inverso do acordo social, a divisão de opiniões no espaço público” (AMOSSY, 2017, p. 18). É necessário desmistificá-lo como lugar incompatível para o desenvolvimento de um espaço público, já que ele cumpre a função de unir discursos conflitantes num mesmo ambiente social. Polemizar também é racionalizar de forma alternativa, mesmo que seja a partir de um ponto de vista enviesado.

O dissenso é, sem dúvida, o motor incontestado da democracia. Mas a retórica põe a necessidade de encontrar, através da interação verbal, uma resposta comum que permita ultrapassar as diferenças e chegar à decisão e à ação coletivas (AMOSSY, 2017, p. 19).

A ideia de dissenso nos ajuda a ver a polêmica não como um emaranhado de opiniões conflitantes, mas sim como tendo uma determinada ordem, apresentando regularidades. A polêmica pública permite modalizar as relações de poder, projetando a voz daqueles que, em uma certa hegemonia social, nunca podem se pronunciar. Ela permite fazer ouvir as vozes dos subalternos e conseguir para eles um enquadre contextual no qual possam se exprimir e afrontar o consenso dominante. Podemos compreender a polêmica, portanto, como uma forma de coexistência no dissenso. Lugar onde é possível enunciar livremente os dissensos, onde o outro é um adversário que tem o direito de manifestar e lutar por seu ponto de vista (AMOSSY, 2017).

Nesse sentido, é possível afirmar que ela é fundamental às democracias pluralistas regidas pelo conflito. Logo, tanto a polêmica quanto o debate racional permitem a construção de um espaço público. Entendendo aqui o espaço público como o lugar de legitimação da política, onde formulam-se visões antagônicas sobre coisas do interesse geral; um espaço potencial, aberto a todos possíveis atores.

Além desses elementos que constituem a polêmica como modalidade discursiva, é importante diferenciar *polêmica*, *discurso polêmico* e *interação polêmica*. Segundo Amossy (2017), a primeira é o conjunto de discursos antagônicos sobre um tema em um momento específico; a segunda define a produção discursiva de cada uma dessas partes antagônicas; a interação polêmica, por fim, seria o confronto em si, presencial ou não, em que o outro é trazido para a ele se dirigir, é dialogal. É por intermédio dessas duas últimas que funções importantes são realizadas, tais como: a denúncia, o protesto, a chamada à ação e o entretenimento (AMOSSY, 2017).

Para Amossy (2017), é preciso que a polêmica aborde um assunto de interesse público para que ela não seja reduzida a apenas uma discussão, uma disputa. Logo, o conflito expresso pela polêmica deve assumir um contorno público, pondo em causa princípios e grupos sociais que os defendam. O que importa não é o tipo de problema social tratado pela polêmica, mas o fenômeno que ela suscita. Assim, a polêmica é compreendida como algo necessário e que deveria ser pensado como próprio da estrutura democrática, pois ela

Proporciona um meio de lutar por uma causa e de protestar contra o que é percebido como intolerável, de realizar agrupamentos identitários, provocando trocas mais ou menos diretas com o adversário, e de gerenciar os desacordos [...] (AMOSSY, 2017, p. 216).

Dessa forma, a polêmica no espaço público não poderia ser tomada como um ônus para o funcionamento democrático. Ao contrário, seria necessário vê-la como uma modalidade argumentativa sobre a qual, tendo como elemento constitutivo a oposição, desenvolve-se uma retórica do dissenso. O confronto polêmico deixa, então, de ser visto como um problema e passa a ser percebido como o poderoso motor da gestão dos conflitos (AMOSSY, 2017).

A polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão atual, de interesse público, que comporta os anseios de uma determinada sociedade em uma determinada época. Para se materializar, sua condição é o antagonismo das opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal. O confronto designa a ação de colocar dois enunciados em relação, permitindo assim uma apreciação por comparação. É um debate no qual cada um expõe e defende seu ponto de vista em relação ao do outro. Por conseguinte, a polêmica enseja uma dupla estratégia: primeira, a demonstração e defesa de uma tese própria; segunda, a refutação e desqualificação de uma tese adversa (AMOSSY, 2017).

A divergência e a confrontação dos pontos de vista são traços definitórios da polêmica e são características da argumentação, o que pode ser facilmente observável, uma vez que as interações polêmicas em geral são muito bem argumentadas. Nesse viés, adotamos uma concepção modular da argumentação, que “a define como um *continuum* e que vai da co-construção das respostas ao choque de teses antagônicas” (AMOSSY, 2017, p. 52).

Tratam-se de estruturas de interações globais que podem ser qualificadas como *modalidades argumentativas*. Isso significa que a polêmica pode ser compreendida como uma interação conflituosa que atravessa diversos gêneros e tipos de discurso, como modalidade argumentativa situada em um dos polos do *continuum* entre o diálogo fraternal e o conflito antagônico. Dessa forma, de acordo com os objetivos propostos pelo trabalho, é importante caracterizar a estrutura da interação polêmica, isto é, os traços que dão sua especificidade no interior do campo da argumentação retórica.

Como dissemos, a polêmica pública constitui-se como um modo de gestão das disputas. Nesse sentido, sua eficácia não pode ser medida com base no debate, que visa à persuasão. O fato de não se chegar a uma solução negociada não é símbolo de fracasso, dado que o seu formato não é o do diálogo, e seu objetivo não é o consenso. A polêmica é dialógica, mas não dialogal. Dialógica no sentido proposto por Bakhtin (2014), em que todo discurso é visto como um ato responsivo a discursos anteriores. Ela é um contradiscurso centrado na deslegitimação e na descredibilidade. Por isso, ela comporta em si traços do discurso relatado sob diversas formas, tais como: citação, paráfrase, discurso indireto, alusão, negação etc. No entanto, não é dialogal, pois não se submete a uma estrutura na qual dois parceiros se respondem simetricamente, em turnos de fala.

O “discurso polêmico” é monogerido no sentido de que o locutor detém o domínio desse discurso, sem a intervenção do outro. Ele constrói uma oposição de pontos de vista que exacerba, desacredita e ataca o adversário, cavando divisões identitárias. O alocutário direto não é o oponente, mas o público (o Terceiro), convidado a juntar-se à boa causa (AMOSSY, 2017, p. 199).

A polêmica pública constrói-se a partir de uma multiplicidade de discursos polêmicos e interações polêmicas, mas, novamente, não é estruturada como diálogo; seu formato próprio é o da circulação de discursos. Ela emerge e consolida-se no espaço público através de uma difusão e de uma profusão de discursos e interações polêmicas, em constelações verbais para além das regras do diálogo através das quais confrontam-se dois atores. Ela multiplica os discursos antagônicos que dicotomizam posições, polarizando os adversários em grupos identitários com hostilidade mútua. A polêmica



alimenta-se da dicotomização, da polarização e da desqualificação do outro, de forma que a presença da paixão ou da violência verbal tende a exacerbar o conflito (AMOSSY, 2017).

Nesse sentido, a persuasão do adversário, assim como a adesão de uma resposta comum, não constituem mais o horizonte da confrontação verbal. Trata-se de uma retórica do *dissenso*, na qual a persistência do conflito não é sinal de fracasso, mas uma característica do funcionamento democrático (AMOSSY, 2017, p. 205).

A polêmica pública desenvolve-se através da intenção de persuasão de um determinado auditório, que deve realizar escolhas sociais. É em relação ao público e não ao adversário que é centrada a persuasão. Não se trata, mais uma vez, de um diálogo com objetivo de se chegar a um consenso, mas de uma circulação incessante de discursos sobre uma determinada questão controversa que pode ser agrupada em blocos de argumentos favoráveis e contrários, e, assim, tentar que o maior número de pessoas se vincule à tese desenvolvida pelo proponente (AMOSSY, 2017).

Isso significa, como dissemos, que o proponente não se direciona, *strictu sensu*, a seu oponente, mas ao terceiro; isto é, ao auditório. No regime democrático, o número de adesões a uma determinada tese importa, pois a opinião pública é central tanto para o voto quanto para a legitimação das ações governamentais. A polêmica, então, pode ser vista como um instrumento de luta pelo qual cada oponente tenta fazer prevalecer sua forma de compreender o mundo. Ela persiste enquanto existirem os conflitos sociais que dividem as opiniões em grupos antagônicos, cada um tentando fazer triunfar sua própria causa. Ela é necessária para gerenciar os problemas sociais de uma determinada sociedade em um dado momento histórico, assegurando o que temos chamado de coexistência no dissenso. Segundo Amossy (2017, p. 213):

É apenas na unidade da divisão actancial (proponente/opponente) que parece reinar uma perfeita similitude de visões. Na realidade da interação, no plano da enunciação no qual agem os atores-locutores, as diferenças, até mesmo as divergências, subsistem.

Como podemos notar, a polêmica também expõe grupos antagônicos e autoriza encontros no espaço público. Dessa forma, ela não resulta em um acordo, mas tece um elo social, permitindo às partes se encontrarem e partilharem seus pontos de vista formando uma comunidade. A polêmica que divide é também aquela que conecta, haja vista que nada une mais que um inimigo em comum. Dessa forma, a polêmica também

contribui para criar uma ilusão de unidade em torno de um princípio comum, grupos com muitas divergências podem juntar-se em torno de uma mesma “bandeira”.

No que diz respeito à polêmica como *estratégia argumentativa*, é principalmente no domínio dos posicionamentos políticos que essa função se materializa. Ela pode ser seu objetivo. O jogo político coloca como pano de fundo os conflitos de opinião ancorados em conflitos sociais para promover pessoas e partidos políticos. No dizer de Amossy (2017, p. 216), isso pode ser explicado da seguinte maneira:

O fato de que, no campo político, a polêmica se traduza em termos de construção de *ethos* e de poder, tornando-se, assim, um ritual de posicionamento, chama a atenção para o fato de que a polêmica põe sempre em jogo imagens de si, que se inserem nas estratégias de promoção da sua própria pessoa (AMOSSY, 2017, p. 216).

Ademais, a polêmica favorece o protesto tanto individual quanto social, pois é um vetor importante de acusação e de denúncia, como já destacado. Ela permite apontar erros, levantar-se com força contra seus adversários e impedir qualquer coisa considerada como insuportável ou intolerável que se acredite possível mudar. O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança. Como é inscrito em uma relação de poder, ele acontece como ato de resistência. O discurso polêmico aparece aqui como um meio de ação coletiva. Se ele exacerba um conflito de opiniões, é para contribuir com a derrubada de um determinado *status quo*. É importante ressaltar que o discurso polêmico não gerencia conflitos sociais, mas conflitos de opiniões envolvidos em conflitos sociais. A polêmica permanece, por definição, no quadro da comunicação verbal. Ela não é em si ação. Para Amossy (2017, p. 214):

A coexistência no dissenso se encontra ameaçada, a tal ponto que a polêmica corre o risco de, em seus excessos, falhar na sua missão e de se voltar contra ela mesma. Esbarra-se aí numa questão prática que cada sociedade democrática deve regular: quais limites é preciso conferir à violência verbal. O equilíbrio parece ainda longe de estar garantido. Esse é um senão que não se deve esquecer de colocar em todo elogio à polêmica.

Três movimentos constituem esse modo argumentativo, a saber: a *dicotomização*, definida como o espaço de confronto de opiniões, uma querendo excluir a outra; a *polarização* ou *divisão social*, ligada à identidade que interpela o sujeito a se posicionar diante do debate, não só como concordante ou opositor, mas como mobilizador a favor da tese que o reforça; e a *desqualificação do outro*, a qual, ancorada, de certa forma, nos dois primeiros, resulta na depreciação, no rebaixamento e, frequentemente, no

aniquilamento do outro, configurando-se, em vista disso, como argumentos *ad hominem* (AMOSSY, 2017).

Nesse sentido, a polêmica pode ser compreendida como uma manifestação discursiva sob a forma de embate de opiniões contraditórias que circulam no espaço público. Enquanto interação verbal, ela é um modo particular de gestão do conflito. Se há choques de opiniões, é porque elas estão dicotomizadas em polos opostos, nos quais os dois lados excluem-se mutuamente. A dicotomização radicaliza uma polaridade, acentuando sua incompatibilidade com o outro polo e a inexistência de outras alternativas.

Dito isso, cumpre-nos deixar clara a diferença entre os *atores* e os *actantes* na polêmica. Os atores são os indivíduos concretos que sustentam determinados discursos; os actantes, por sua vez, seriam os papéis assumidos durante a interação polêmica. As vozes concretas estabelecem dois conjuntos opostos, não no plano da enunciação, mas no plano da estrutura actancial, a qual envolve um *proponente* e um *oponente*, ambos em relação a um *terceiro* (*tiers*). Em consonância com a perspectiva discursiva, não se trata de pensar os indivíduos concretos, mas seus papéis: o defensor de uma posição, o opositor dessa posição e o ouvinte-expectador-leitor dessa confrontação. A polarização não apresenta apenas uma divisão, ela coloca um Nós diante de um Eles. Como fenômeno retórico, a polarização, com base no que vimos logo acima, pode ser definida como o processo pelo qual um público funde-se em dois ou vários grupos fortemente contrastados e mutuamente excludentes. Dessa forma,

A retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos e é, portanto, um fenômeno social e não uma divisão abstrata em teses antagônicas e inconciliáveis. Trata-se de aderir a um grupo constitutivo de uma identidade ou de apresentar as coisas de modo a que aqueles que se sentem, de início, solidários a um dado grupo mobilizem-se em favor da tese que o reforça (AMOSSY, 2017, p. 57).

A polarização, enfim, é um efeito de distinção entre os actantes e os atores. Estes últimos assumem o papel de proponente ou oponente e podem basear-se em argumentos diferentes, embora, importante destacar, eles não participem necessariamente do mesmo grupo social e possam se pronunciar em nome de ideologias diferentes. Tanto um quanto o outro papel podem agrupar diferentes vozes. É justamente por se basear em uma estrutura actancial em que participantes diversos agrupam-se em polos antagônicos que a polarização é difícil de se resolver. Em determinados contextos, o ator só existe em função de seu papel. Dessa forma, a assimilação da posição defendida pelo indivíduo concreto é um fenômeno identitário importante. “[A] distância entre o actante (o papel) e o ator

(indivíduo que o assume) parece, tanto quanto a possibilidade de uma ‘desdicotomização’, determinar a capacidade de a polêmica resolver o impasse”, afirma Amossy (2017, p. 58).

Mesmo geralmente a polarização servindo para sustentar identidades pré-formadas, ela não segue necessariamente linhas de divisão previamente definidas e pode reorganizar os grupos em torno de “bandeiras específicas”. A polarização não provoca apenas um movimento de agrupamento por identificação. Além disso, ela consolida a identidade de um grupo negativamente a identidade de outros. Ela supõe sempre a existência de um inimigo e/ou adversário, de forma que à afirmação positiva acrescenta-se uma estratégia depreciativa (AMOSSY, 2017).

Por isso, é comum na polarização manobras de difamação, pois elas fazem parte de uma retórica para desacreditar o oponente, geralmente caracterizado como não autêntico e mal-intencionado. Em síntese, a dicotomização materializa-se através da polarização, em que cada grupo afirma sua identidade, opondo-se, fazendo do outro um símbolo do erro e da maldade. Na disputa que ocorre face ao terceiro, a polêmica distingue-se sempre pela tentativa de desqualificação do oponente. No dizer de Amossy (2017, p. 59): “[..] a polêmica não é apenas um tipo de argumentação que gerencia os conflitos confrontando-os, dicotomizando-os e polarizando-os. O oponente age nela como um adversário a confundir, até a deslegitimar”.

O oponente refuta o discurso do proponente desqualificando suas razões, mostrando que seu discurso é inconfiável e não merece apoio. Há diversos procedimentos de enfraquecimento do discurso do adversário, tais como a negação, a reformulação orientada, a ironia e a modificação de propósitos. Polemizar é, portanto, tentar tornar a palavra do outro falsa. A polêmica não é percebida como tal sem que seja reconhecido o discurso atacado dentro do discurso atacante. Ela materializa um dialogismo conflituoso, antagônico, sem o qual o auditório não consegue se posicionar. A desqualificação de uma tese geralmente vem acompanhada da desqualificação da pessoa ou do grupo representado pelo adversário. O descrédito lançado a ele anula a força de seus argumentos. Assim, a polêmica reduz-se à relação de forças (AMOSSY, 2017).

A desqualificação da pessoa ou do grupo que ela representa torna recorrente a utilização de argumentos *ad hominem*, um tipo de paralogismo caracterizado pela centralidade argumentativa na desqualificação do adversário. Ou seja, quando um caso é discutido não com base nos méritos do orador, e de seus argumentos, mas a partir da análise desfavorável dos motivos e das circunstâncias que motivam seus adversários,

assim como de suas características pessoais. O orador atém-se à pessoa do seu interlocutor, representando-o como adversário, em detrimento do próprio tema da controvérsia (AMOSSY, 2017). Esse tipo de argumento é considerado falho por diversas teorias da argumentação, a partir de um ponto de vista ético. Assim considerando, o argumento *ad hominem* fere uma regra essencial do debate crítico, que é permitir o outro a argumentar, sem colocar em xeque sua autoridade, competência e confiabilidade.

Levado às últimas consequências, trata-se de um argumento violento que impede qualquer raciocínio. É uma recusa argumentada de argumentar em nome de uma superioridade do orador, ou em nome da inferioridade de um interlocutor ou de um auditório. Pode ser considerado uma violência verbal, porém, este tipo de argumento pode possuir eficácia retórica, na medida em que consegue desqualificar uma proposição a partir do ataque à própria pessoa que a defende (AMOSSY, 2017; 2018).

O argumento *ad hominem* é, ainda, um argumento de autoridade ao contrário, pois incide sobre o *ethos* do adversário mais do que sobre o conteúdo de suas proposições. Assim, pode ser considerado um argumento perfeitamente válido desde que seja sustentado por fatores capazes de provar que o locutor não tem autoridade moral para abordar a questão controversa. Embora seja um argumento sem pertinência lógica, sem dúvida, possui pertinência *ethótica* (AMOSSY, 2017).

É possível distinguir três tipos de argumentos *ad hominem*, a saber: *lógicos*, *circunstanciais* e *pessoais*. É lógico quando ataca um adversário através de uma contradição formal de suas formulações. É circunstancial quando ataca um adversário através de uma contradição entre seu posicionamento e sua personalidade. E é pessoal quando há ataque direto ao adversário; sobretudo quando há insulto, podendo ser chamado de argumento *ad personam*. Esses argumentos devem ser submetidos a critérios de verificação, estipulando se seu conteúdo é verdadeiro, e a critérios de pertinência, que permitem distinguir, na política, o aceitável do inadmissível (AMOSSY, 2017).

Como apontamos anteriormente, uma das funções do argumento *ad hominem* é silenciar o adversário para asfixiar o debate, pois é um ataque ao próprio estatuto de sujeito do oponente, naquilo que é constitutivo de sua identidade social. Nesse caso, o oponente transforma-se em um inimigo. Levado ao extremo, o oponente é apresentado com traços do mal absoluto e de forma diabólica, os quais comportam uma incitação ao medo e ao ódio. O adversário demonizado só pode ser excluído, pois não seria possível estabelecer diálogo com o Diabo, o qual, entende-se, deve ser derrotado através de sua eliminação (AMOSSY, 2017).

Quer essa metáfora da diabolização seja mobilizada explicitamente, quer não, ela é uma expressão de quando a polarização é levada ao limite do simbólico, desempenhando, assim, um papel de agrupamento (em torno do bem) e de divisão (a luta do bem contra o mal). Esse tipo de hiperbolização é objeto importante de reflexão, pois fomenta o medo e o ódio na política. Ao essencializar uma dicotomia pautada, por exemplo, na estrutura *Nós x Eles*, pode-se deslocar o oponente de adversário para inimigo, reconfigurando a percepção de política. Uma vez que o Nós apenas enxergaria a si e a seu grupo como legítimos, criaria um ciclo identitário vicioso capaz de aprofundar a negação da alteridade como forma de constituir a própria identidade. De constitutivo, o outro passaria a ser e destrutivo (MORAIS, 2020).

É nesta perspectiva que alteridade passa a representar um perigo para o eu/nós, e como ameaça deve ser eliminada ou silenciada. Esse tipo de discurso é vinculado a uma *lógica da guerra*, a mesma que estrutura o discurso intolerante. Torna-se, portanto, essencial analisar a relação que a polêmica estabelece com a violência verbal e o seu recurso ao *pathos*. A emoção é um resultado da implicação do locutor em seu discurso. É impossível participar de um debate caloroso entre posições antagônicas sem se engajar pessoalmente. Assim, supõe-se que este tipo de discurso seja fortemente marcado enunciativamente, no qual o locutor materializa – consciente e/ou inconscientemente – numerosas marcas de subjetividade.

O engajamento emocional visa a tocar o coração do público, mais do que a razão. O caráter passional da polêmica é um dos fatores que fundamentam a crítica a ela enquanto modalidade argumentativa. Já a violência verbal é situada no âmbito da *doxa* e percebida como uma degradação do debate público. Contudo, nem toda violência verbal é polêmica, pois esta só se realiza quando os procedimentos discursivos considerados violentos, como o tom de agressividade, as figuras de veemência e a utilização de afrontas, são utilizados em um contexto de confrontação de opiniões contraditórias (AMOSSY, 2017).

Segundo Amossy (2017, p. 56 grifos nossos): “A divisão actancial entre *adversários* tomados numa relação antitética de tipo conflitual explica que a polêmica instaura uma operação de polarização, a qual se distingue da dicotomização.” Também de acordo com Amossy (2017, p. 57 grifos nossos): “A retórica da polarização consiste em estabelecer campos *inimigos* e é, portanto, um fenômeno social, e não uma divisão abstrata em teses antagônica e inconciliáveis.” No nosso entendimento, a autora, ao intercalar como sinônimos “adversários” e “inimigos” em ambos os excertos para

caracterizar a operação de polarização, desconsidera aspectos importantes da relação entre léxico e pensamento social (MORAIS, 2020).

Com vimos no primeiro capítulo deste trabalho, na terceira seção, no estudo dos diferentes dispositivos de fala pública ao longo da história, Piovezani (2015) sugere uma tipologia metafórica para o entendimento das complexas transformações enunciativas da fala pública política na atualidade. A analogia que o autor utiliza para caracterizar a fala política na era das mídias audiovisuais é de que houve uma transformação de uma “retórica da guerra” para uma “retórica do esporte”.

Segundo Piovezani (2015), a fala pública política, depois do advento da televisão e de seu uso nas disputas político-eleitorais, passa a se inscrever em um domínio da comunicação e deixa de ser apenas um domínio retórico, no qual se privilegiaria exclusivamente o orador. O desencantamento político é um efeito disso, fenômeno que reflete as condições de uma sociedade de massas, de modo que a mensagem política não é mais percebida como a expressão da autoridade divina do orador, mas na sua imagem psicológica, no sentido de dimensão individual e sentimental. A vida pública paulatinamente passa a ser absorvida pelo espetáculo da vida privada, no qual crenças e convicções baseiam-se na percepção da sinceridade do homem político encenada por sua fisionomia.

O esporte, enquanto analogia, representa o abrandamento dos tons enfáticos e a rarefação dos longos e monológicos pronunciamentos em prol da conversação em tom pessoal. As disputas eleitorais e os dissensos entre governo e oposição podem ser comparados a uma competição esportiva, instaurando uma lógica na qual há vencedores e vencidos, equipes, líderes e juízes. A mídia costuma, inclusive, utilizar o termo “corrida eleitoral” para simbolizar as eleições, transitando entre a lógica esportiva capitalista e a da livre-concorrência do mercado (PIOVEZANI, 2015). Essa encenação discursiva está bem representada nas disputas eleitorais que o Brasil vivenciou de 1994 a 2014, todas decididas pela disputa entre PT e PSDB.

A despolitização da política é um fenômeno decorrente desse processo do jogo político na democracia liberal burguesa, a qual busca se assemelhar a uma competição esportiva. Podemos compreender, ainda, com base em Piovezani (2015), que a lógica esportiva nas disputas políticas acaba por promover um certo apagamento da luta de classes e dos embates ideológicos, bem como o recuo das paixões bélicas e da veemência verbal. As disputas entre projetos políticos se parecem mais com disputas entre simpatizantes de uma determinada tendência ou torcedores eventuais de um time do que

com militantes mobilizados por uma causa. Com efeito, ao se assemelhar com uma competição esportiva, a política, até certo ponto, despolitiza-se e pode ser pensada sob os termos do espetáculo, dimensão presente tanto na esfera esportiva quanto na esfera política e que se amplifica a partir do surgimento dos meios de comunicação de massa.

Dessa forma, de acordo com Piovezani (2015), a esfera política incorporou e foi incorporada por uma lógica espetacular, com estéticas e conteúdos próprios, os quais a função do discurso político deixa de ser convencer, persuadir um público, e passar a ser seduzi-lo, encantá-lo. Vive-se a desvalorização do *logos* como palavra e razão em proveito do *ethos*, do apelo ao sentimento e à sedução. Nesta perspectiva, há um descentramento de argumentos *ad rem*, com pertinência lógica, em prol de argumentos *ad hominem*, com pertinência ethótica. A argumentação política no tempo presente acaba por se dividir tanto na busca pelo consenso quanto na gestão dos conflitos através do dissenso, se considerarmos as contribuições de Amossy (2017).

Nesse sentido, quando falamos de pronunciamentos políticos, ao tratar como sinônimos adversários e inimigos dentro do quadro do discurso polêmico, Amossy (2017) acaba desconsiderando diferenças importantes. Dentro do plano da estrutura actancial do “jogo eleitoral”, as partes em disputa tratam-se como adversários, concorrendo dentro das normas do jogo para produzir um lado que vence e outro que perde. Porém, se formos considerar o plano da estrutura actancial como organizado através de uma “guerra eleitoral”, o proponente passa a representar o oponente como inimigo, e, dentro da guerra, quem tem mais força, vence, além de o inimigo precisar ser eliminado; não apenas para que o proponente vença, mas que para que este possa sobreviver<sup>13</sup>.

Assim, no caso do esporte, os derrotados precisam respeitar os vencedores, e vice-versa; já no da guerra, não. A metáfora da guerra, portanto, acaba descaracterizando o discurso polêmico nos termos defendidos por Amossy (2017), haja vista que nela podemos considerar que o conflito seria resolvido pela violência, tomando-o tanto como princípio quanto como fim, ultrapassando os limites da argumentação polêmica, trazidos pela desqualificação do outro, o que acabaria por descaracterizar o próprio marco da justiça eleitoral presente no Estado Democrático de Direito.

É interessante ressaltar este aspecto, pois é necessário compreender que a dicotomização e a polarização são premissas necessárias à subjetividade humana e, portanto, à política, porém, quando a polarização é organizada discursivamente dentro da

---

<sup>13</sup> A esse respeito, consultar Morais (2020).



lógica da guerra, ela acaba por negar a política, fomentando o ódio e a violência. Segundo Morais (2020, 366), “A polarização ‘nós x eles’, por si, não enseja o desenvolvimento de uma sociedade autoritária. O desafio está no equilíbrio instável entre a oposição ao outro e a sua anulação, associadas à conversão de ‘adversários’ em ‘inimigos’”.

Assim, concordamos com Amossy (2017) que o dissenso e a polêmica são elementos essenciais para a democracia, porém precisamos compreender melhor as diversas formas que o dissenso assume, pois, quando a alteridade é configurada como ameaça, institui-se uma lógica de vida ou morte, pois o Eles passa a representar perigo e o Nós passa a se utilizar de diversas formas de violência antipolítica, como são os casos da submissão, da prisão e da eliminação completa.

Justamente porque a polêmica não se confunde com barbárie é que ela possui limites e realiza-se em um espaço público, regulado pela democracia, que a autoriza e a modera ao mesmo tempo. Polemizar é sobretudo partilhar valores, pressupostos e regras do jogo. É preciso que ambas as partes estejam de acordo sobre a natureza da disputa que as opõe. Sem isso, a polêmica não consegue se desenvolver, o que levanta a questão das rupturas de contrato, dos desequilíbrios e excessos que a polêmica pode suscitar que levam à sua própria degradação<sup>14</sup>.

É possível perceber que a violência da polêmica é ao mesmo tempo verbal e funcional. Funciona dentro de seus enquadres discursivos e cumpre as funções de luta, de protesto e de reunião, embora seja importante refletir sobre a incitação à violência. Como enfatiza Amossy (2017), há riscos de não se problematizar os discursos polêmicos que abusam da violência verbal e incitem à violência física. O elemento comum de todos os discursos polêmicos não é necessariamente a violência verbal, mas o conflito. Dessa forma, podemos definir a *polêmica como um choque de opiniões antagônicas que tem como caráter constitutivo o conflito*. Este é o centro da polêmica. Nem toda situação conflituosa ocasiona um discurso polêmico, mas todo discurso polêmico é oriundo de uma situação de conflito. O conflito não está apenas dentro da polêmica, ele se situa fora dela e constitui sua fonte (AMOSSY, 2017).

Outra forma de compreender os limites da polêmica é através da definição tipológica de discurso proposta por Orlandi (1987). De acordo com a estudiosa, os discursos, geralmente, são diferenciados por duas perspectivas, pelas *normas* e pelas *instituições*. Como exemplos, o discurso científico, o discurso religioso e o discurso

---

<sup>14</sup> A esse respeito, remetemos a Morais (2019).

político. Para a autora, a tipologia pode ser útil para análise, pois ela colabora para a interpretação do funcionamento de seu objeto, o discurso, visto que engendra uma cristalização presente no extralinguístico.

Constituir uma tipologia discursiva que tenha como critério os seus modos de funcionamento, permite analisar os elementos constitutivos das suas condições de produção e suas relações com o modo de produção de sentidos, incluindo, com isso, seus efeitos. Ainda seguindo os raciocínios de Orlandi (1987), o tipo seria um princípio organizador da análise, pois levaria em consideração as condições de uso da linguagem, bem como possibilitaria apreender a singularidade do seu uso. Da mesma forma, tornaria possível generalizar certas características, inserindo um uso particular em um domínio comum.

O próprio ato de dizer é tipificante, haja vista que decorre do funcionamento discursivo como atividade estruturante. Se tomarmos como referência o processo, as configurações se estabelecem no e pelo ato de dizer. Como a Análise do Discurso pressupõe a institucionalização da linguagem, através da qual as formas seriam disciplinadas por meio de um processo histórico de legitimação de saberes específicos, pode-se considerar que os tipos se estabelecem como um dos produtos atinentes às condições de produção do funcionamento discursivo (processo). Isso nos leva a entender que os tipos (produtos), em última instância, emergem como a cristalização dos funcionamentos (processos). A análise discursiva teria, então, como desafio recolocar o produto (tipo) enquanto processo (funcionamento), de modo que a categorização tipológica proposta segue o princípio discursivo das determinações, as quais seriam organizadas por propriedades internas ao funcionamento do discurso e basear-se-iam nas relações entre referente, sentidos e sujeitos. Dito isso, Orlandi (1987, p. 15) distingue três tipos de discurso, definidos abaixo:

1) *Discurso autoritário*: aquele em que a polissemia é contida, o referente encontra-se apagado e o locutor coloca-se como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor. O termo autoritário deve ser entendido como injunção à paráfrase, e não como caráter moralista na interlocução. Seu funcionamento torna necessário a inscrição do/no repetível a fim de se filiar e promover uma formulação já significada, na/pela qual o sujeito se identifica. Sem a repetição, não há sentido; tampouco interpretação. O autoritário tende, enfim, para o parafrástico;

2) *Discurso lúdico*: aquele em que a polissemia apresenta-se aberta e o referente apresenta-se como tal, de maneira que os interlocutores expõem-se aos efeitos dessa presença sem regular sua relação com os sentidos. A ludicidade autoriza o jogo da linguagem enquanto polissemia ao permitir a abertura para os gestos de interpretação de cada sujeito. O lúdico é, enfim, uma prática, não uma intenção, tendendo para o polissêmico;

3) *Discurso polêmico*: aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes mantêm-se presentes, ensejando uma relação tensa de conflito/disputa pelos sentidos. Os participantes procuram dominar o referente, direcionando-o e indicando perspectivas particularizantes relativas ao que se olha e ao que se diz. O polêmico tende, enfim, para o equilíbrio da tensão entre o polissêmico e parafrástico.

Os critérios de estabelecimento dessa tipologia derivam da noção de paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente). A paráfrase pertence à ordem da memória discursiva e mostra-se como produção dos efeitos de sentido na memória do dizer. O já dito na enunciação de um discurso que pela inscrição na história possibilita a realização e a ancoragem do dizer no interdiscurso. Se há paráfrase, é porque existe produtividade na linguagem. O sujeito retoma um dizer e o reformula preso à mera variação e série (ORLANDI, 1987).

No caso da polissemia, ao contrário, há a possibilidade do diferente, associando-se à ordem da ruptura, do deslocamento. O polissêmico é o espaço da capacidade inventiva da língua, onde o sujeito movimenta-se com sua inscrição na história, remetendo o semântico à historicidade. A polissemia abre caminhos aos processos de resignificação, com seus funcionamentos e tipos abrindo espaço para a deriva, para o deslizamento de sentido, para o sentido outro (ORLANDI, 1987).

Importante enfatizar também que um discurso não se realiza totalmente como autoritário, lúdico ou polêmico, como se dotados de pureza. O fator de dominância é constituinte, assevera Orlandi (1987), havendo a concomitância dessa tríade, embora exista a preponderância de um sobre o outro. O autoritário não funciona em sua homogeneidade, mas articula-se em sua monossemia da mesma maneira que o lúdico em sua polissemia e o polêmico entre a polissemia e a paráfrase.

O critério de reversibilidade quanto ao tipo de discurso é propriedade de seu funcionamento, determinando o andamento da interlocução. O grau de reversibilidade configura a posição de papéis entre os sujeitos em interlocução não como troca, mas como movimento. O lúdico aponta para a interação como jogo; o polêmico, para a interação como debate; e o autoritário, para a interação como ordem. No acontecimento dos discursos lúdico, autoritário e polêmico, a interação ocorre como dimensão histórica e social da linguagem, na medida em que a polissemia – o diferente – mostra a multiplicidade dos efeitos de sentido. Essas formulações destituem a estagnação do discurso; ou seja, há sempre uma tendência para determinado tipo (ORLANDI, 1987).

A tipologia de Orlandi (1987) possibilita operar uma distinção epistêmica mais precisa dos aspectos relacionados aos limites da polêmica, colocando-os nos seguintes termos: no *discurso polêmico*, o referente está em disputa, semelhante tanto à retórica do dissenso defendida por Amossy (2017) quanto à retórica do esporte proposta por Piovezani (2015); no *discurso autoritário*, o referente é apagado pelo dizer do locutor que se coloca como agente exclusivo do dizer, como ocorre no discurso intolerante e na antipolítica, semelhante à violência verbal em Amossy (2017) e à retórica da guerra em Piovezani (2015).

Os limites da polêmica, dessa forma, constituem-se dentro do discurso polêmico, conforme definição de Orlandi (1987), alçando o referente à disputado entre os locutores, assim como abrindo-se tanto à paráfrase quanto à polissemia. Sob a perspectiva da retórica do dissenso de Amossy (2017), dada a gestão dos conflitos de opinião pública sob o modo de dissidência, a polêmica representaria, sobretudo, a não busca do acordo.

Para finalizar, o dissenso continua a figurar como fator positivo, visto que permanece associado às atividades deliberativas e às controvérsias construtivas. Sua presença continua a integrar a vida pública, regida pela *argumentação prática*, diferentemente da *teórica*, centrada na ação, e não na verdade. Quando trata-se de debater o curso de uma ação possível, e não uma ideia, as formas argumentativas são baseadas mais em valores do que em dados. A revalorização do dissenso, não mais tido como fracasso argumentativo, mas como motor democrático da esfera política, ressignifica-o como um constituinte intrínseco dos conflitos sociais. Em todos os aspectos, sua existência passa a ser mais benéfica às sociedades do que às violências da guerra.

### 2.3 O Nós político e a figura do porta-voz do povo: evidências da construção discursiva do sujeito coletivo

Para Benveniste (1989), enunciar é colocar em funcionamento a língua através de uma utilização individual. Assim, a língua, antes de seu uso, é apenas uma possibilidade; quando utilizada, ela emerge como instância de discurso, introduzindo um locutor e um alocutário, os quais interagem na/pela apropriação singular da língua. Segundo Benveniste (1989, p. 84), “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação”. Ou seja, todo ato enunciativo instaura um locutor que enuncia de sua posição e imediatamente instaura um “tu” diante de si<sup>15</sup>.

Na enunciação, a língua é empregada a fim de expressar uma relação particular com o mundo. Ainda para Benveniste (1989, p. 84), “o ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. [...] A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno.” A presença do locutor, por exemplo, traz consigo o uso dos pronomes pessoais e demonstrativos, formas linguísticas dêiticas responsáveis por permitir a relação do locutor com o seu próprio dizer. Tais pronomes funcionariam como *indivíduos linguísticos*, visto que se referem apenas a instâncias individuais, sejam elas pessoas, momentos ou lugares. Logo, a cada nova enunciação, designam algo novo.

Benveniste (1989) diferencia as entidades da língua que possuem estatuto pleno e permanente daquelas que possuem existência exclusiva na/pela enunciação, criando uma relação aqui-agora do locutor com o seu dizer, assim como a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginário, individual ou coletivo. Neste viés, o homem torna-se sujeito apenas na e pela linguagem. Ao enunciar e converter a língua em discurso, o indivíduo transforma-se em locutor, criando a si e ao outro.

A situação, em seu todo, consiste no que acontece linguisticamente. Cada enunciação é um ato que serve ao propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo. Uma vez mais, a linguagem, nesta função, manifesta-nos, não como um instrumento de reflexão, mas como um modo de ação (BENVENISTE, 1989, p. 90).

Os pronomes emergem no ato enunciativo instaurando uma oposição – e uma ação – de um “eu” sobre um “tu”, a qual, segundo Benveniste (1989), seria exclusiva da

---

<sup>15</sup> Sobre a retomada de Benveniste (1989) para a análise argumentativa do Nós x Eles na polêmica e do seu funcionamento no discurso político de extrema direita brasileira na atualidade, remetemos a Morais (2020).

linguagem humana, além de premissas necessárias à subjetividade humana. De acordo com Terra (1995), o pronome é uma palavra variável em gênero, número e pessoa que substitui ou acompanha um substantivo, indicando sua posição em relação às pessoas do discurso ou ainda situando-o no espaço e no tempo. Se o tomarmos isoladamente, ou seja, fora de contexto, não é possível identificar o ser a que ele se refere. Portanto, o pronome expressa um ser apenas quando inserido em um uso. Há uma gama de classificações para essa classe de palavras, mas, aqui, por conta dos nossos objetivos da análise, interessamos apenas três, quais sejam: os pessoais, os demonstrativos e os possessivos.

Os *pronomes pessoais* são aqueles que representam as pessoas do discurso, variando em pessoa, gênero e número. Os *pronomes demonstrativos* são aqueles que indicam a posição de um ser em relação às pessoas do discurso, situando-o no espaço ou no tempo; por fim, os *pronomes possessivos* são aqueles que referem-se à pessoa do discurso, indicando a ideia de posse (TERRA, 1995).

Dahlet (2016) retoma o *aparelho formal da linguagem* proposto por Benveniste (1989) para analisar a organização enunciativa do Nós no discurso político, o qual funcionaria como forma linguística capaz de englobar todos os indivíduos em uma representação consensual e estável, portanto, imaginária. O Nós, assim, seria uma subjetividade linguístico-discursiva transitória, pois limitada ao processo enunciativo e vinculado aos efeitos de evidência do sujeito coletivo.

De acordo com Dahlet (2016, p. 214), “[a] encenação de um sujeito coletivo constitui a condição de funcionamento do discurso político”. Isso pode ser justificado através da concepção aristotélica de política, que, desde a Antiguidade Clássica, influencia o pensamento teórico Ocidental a respeito da organização coletiva da fala pública. Com a aparição da *polis*, inaugura-se a possibilidade de deliberar de forma conjunta sobre questões que afetam a vida comum, fazendo-se necessária a constituição de um sujeito coletivo. A construção desse sujeito pode ser compreendida como o resultado de um processo enunciativo no qual as relações “eu-tu” estão integradas a uma comunidade de interesses e projetos, as quais revelam para cada indivíduo que é a vontade e a necessidade de todos que se sobressaem. A atividade enunciativa do Nós teria, então, um caráter operatório criador – nas divisões do circuito subjetivo de valor e referências – de múltiplos regimes de interdependência (DAHLET, 2016).

O que caracteriza, assim, o funcionamento do nós é um comportamento radicalmente flutuante, na medida em que, ao impor o sentimento de identidade coletivas estabilizadas, ele oculta os tipos de desconhecimentos e exclusões

gerados pela aparente transparência de autossuficiência e da completude relacional do nós (DAHLET, 2016, p. 215).

Consoante o autor, na perspectiva aristotélica, a política é essencialmente ligada à moral, pois, para o filósofo grego, o Estado é um organismo moral e sua finalidade é a de alcançar as virtudes humanas. Contudo, a política distinguir-se-ia da moral por ter como objetivo a coletividade, enquanto esta última estaria atrelada à esfera do individual. A *ética* é definida como a doutrina moral individual, e a *política*, como a doutrina moral social. Ademais, de acordo com essa concepção, o Estado e a coletividade seriam superiores ao indivíduo, assim como o bem comum seria superior ao bem particular. Ou seja, nessa perspectiva, não existiria política sem sujeitos coletivos (DAHLET, 2016).

A atividade enunciativa do Nós possui um caráter operatório analítico interessante para os estudos do discurso político, pois, como temos sustentado, é responsável por evidenciar o processo de constituição do sujeito coletivo. Com base nisso, Dahlet (2016, p. 215) propõe o conceito de *nóscaptações*, definindo-o como a compreensão de que este pronome pessoal materializa “formas discursivas de captura circunstancial e ilusória da singularidade a favor da acreditação do discurso político”.

Em contraste com a visão redutora do Nós que diminui sua função à idealização de um sujeito coletivo, Dahlet (2016) defende que o Nós é um produto da expansão de um *eu-político-locutor* que, através da sua voz na cena pública, criaria uma comunidade. Ao relacionar as realizações do Nós com a dialética de seus valores, torna-se possível construir uma tipologia das comunidades de existência, as quais podem encontrar nessas formas discursivas suas delimitações. Nesse sentido, Dahlet (2016, p. 215) pondera que o Nós são:

Agremiações de junções mais ou menos estáveis no seio da qual a possibilidade de encontrar a consistência de um nós reconhecido por todos é às vezes incarnada, mas de forma desigual, e na maior parte do tempo, também problemática e até fantasmática.

A compreensão do Nós como primeira pessoa do plural leva a uma fusão de uma coleção de sujeitos distintos em uma comunidade única de *reflexão* e *ação*. Porém, a partir da reflexão promovida por Benveniste (1989), é possível redimensionar essa ideia, pois a realidade à qual o Nós se refere, assim como os outros marcadores pessoais, não seria extralinguística, constante e objetivável, mas uma realidade construída no e pelo discurso, sendo singular, subjetiva, linguística e circunstanciável. A partir dessa compreensão,

Dahlet (1997) descreve quatro propriedades fundamentais do Nós enquanto categoria enunciativa no discurso político, quais sejam:

1) *O Nós é um Eu dilatado*: a presença do Eu é constitutiva do Nós, ou seja, por mais que o Nós não coincida com a pluralização do Eu, pois pressupõe uma mudança semântica completa, ele é sempre falado por um Eu que o autoriza. Esse movimento de ampliação do Eu através da agregação de outros sujeitos, presentes ou ausentes, faz do Nós um Eu aumentado e de contorno vago<sup>16</sup>;

1.a) *O Nós opera uma junção entre o Eu e o não Eu*: esta propriedade define o *modus operandi* do Nós ao propor uma fórmula geral para defini-lo. NÓS = EU + NÃO EU. Partindo da formulação de Benveniste (1989), Dahlet (2016) discute que o Nós opera uma junção entre o Eu e o não Eu e desta junção emerge uma totalidade nova, um Nós inédito no qual o conteúdo do não Eu pode gerar possibilidades diversas de valores referenciais diferentes, mas não necessariamente diferenciáveis. Nesse sentido, o Nós pode assumir as seguintes funções: *inclusiva* [EU + VOCÊ(S)], quando o Nós agrega o interlocutor, um público que pode estar tanto presente quanto ausente, com quem se fala; *exclusiva* [EU + ELE(S) - VOCÊ(S)], quando o Nós deixa de agregar o interlocutor, excluindo-o e passa a articular-se com terceiros, não-pessoa, para quem se fala; *nós de majestade ou de autor* [EU + VOCÊ(S) + ELE(S)], quando a ampliação do Eu por Nós em uma pessoa menos definida, mais solene e mais massiva, perde sua força singular na tentativa de união de um todo em uma ideia comum;

2) *O Nós abre um espaço de indeterminação*: assim como ocorre com os verbos, nos pronomes pessoais, o plural é um fator de ilimitação e não de multiplicação. Assim, o Nós agrega ao Eu uma globalidade indistinta de outras pessoas. Essa ilimitação das construções de sujeito coletivo possibilitadas pelos usos do Nós realiza uma indeterminação do espaço comum, sendo uma condição para o

---

<sup>16</sup> Para Dahlet (2016, p. 217): “Ao contrário do que induz a nomenclatura gramatical tradicional, eu diria então que o nós é justamente a forma de um eu que não pode ser pluralizado, acrescentando assim que não tem só sempre um eu atrás e dentro do nós, mas tem um eu só, o que pode ser particularmente relevante para a compreensão do DISPOL [Discurso Político]”.



dinamismo criativo do Nós. O que permite criar *comunidades imaginárias de existência* que não são fechadas em si mesmas, por não serem determinadas;

3) *O Nós define uma dupla estrutura de incerteza*: a indeterminação do Nós pode ser qualitativa, oscilando entre inclusão e exclusão, mas também entre inclusão restrita [EU + VOCÊ(S) – ELE(S)] e inclusão ampliada [EU + VOCÊ(S) + ELE(S)]. Além disso, pode ser quantitativa, pois o Nós pode, idealmente, estender-se *ad infinitum* e englobar tanto o público presente quanto o ausente, tornando-se incontável.

Não obstante, a generalização do Nós através do antagonismo inclusão/exclusão pode ser problemática e, segundo Dahlet (2016, p. 219), ela pode ser reformulada no seguinte postulado: “A alternância não é entre inclusão e exclusão do(s) presentes, mas entre duas direções diferentes de abertura do eu, ao público presente e/ou a todo tipo de outro(s) ausente(s).”

Dessa forma, deve-se pensar o Nós em termos de abertura e não abertura ao sujeito em relação à conjunção ou disjunção com a situação de enunciação, o que pode ser interessante para a análise da construção linguístico-enunciativa de um sujeito coletivo e de seu posicionamento frente a outros no discurso político. A constante indeterminação do Nós mantém a vagueza do sujeito coletivo, não estabilizando nenhuma comunidade ao introduzi-la no seu discurso junto a outras que a precederam ou mesmo que se seguirão ao ritmo das funções enunciativas.

As comunidades marcadas pelo nós podem até chegar a se confundir com a totalidade de massa falante humana. Mas, na verdade, o fluxo ininterrompido delas e a reiteração das conversões que localizam, aglutinam e/ou separam os valores do nós nos fios descontínuos da enunciação, a maioria dessas comunidades, qualquer que seja a dimensão delas, são comunidades ilhadas e transitórias, temporariamente determinadas pelas necessidades enunciativas do eu político (DAHLET, 2016, p. 217).

A operação de conversão do Eu em Nós pode ser considerada como um componente chave para a consolidação do sujeito coletivo requerido pelo discurso político, pois todos aqueles que estão fora do eu político naquela situação enunciativa são convocados a reconstruir – por si próprios – o valor coletivo deste Nós e a se ver protagonizado, ou não, junto a ele e/ou aos outros. Ademais, Dahlet (2016, p. 220) define as comunidades de existência (re)enunciadas pelo Nós em uma determinada situação enunciativa – as *nóscaptações* – como “composições efêmeras e dissociadas (embora

sejam associáveis) à espera de novas versões e conversões”. São formas e efeitos da dinâmica enunciativa do uso pronominal do Nós que marcam a figura imaginária de um sujeito coletivo (DAHLET, 2016).

Pelo exposto, o discurso político realiza uma *práxis* persuasiva do e pelo Nós, reconhecido como um sujeito coletivo politicamente organizado; isto é, fabrica a emanção de uma comunidade de cidadãos para justificar sua existência. O *Eu-político* é movido pela necessidade de convencer sua comunidade de sua legitimidade como locutor. No jogo das *nóscaptações*, o uso de uma mesma forma linguística pode remeter a valores referenciais bem distintos, o que produz necessariamente efeitos de mascaragem e assimilação que articulam de forma sobreposta comunidades de existência múltiplas, concorrentes e instáveis, criando, de certo modo, fachadas político-discursivas. Há quatro características principais das *nóscaptações* no discurso político, a saber:

- 1) *O Nós é uma entidade supracomunitária*: incorpora comunidades instáveis e disjuntas através da construção discursiva e circunstancial;

O pronunciamento político, de forma geral, não apresenta o Nós com função exclusiva, o que pode ser explicado por dois fatores: o primeiro, o contexto situacional, geralmente composto por uma plateia de correligionários. Todavia, mesmo quando a situação é distinta e o público é heterogêneo, como no caso dos debates, o pronunciamento visa a captar os não correligionários. Dessa forma, o Nós deve ser inclusivo independentemente do tipo de auditório a quem o orador se dirige, pois almeja captar o maior número possível de pessoas, agregando-as e incluindo-as. O segundo, um caso mais específico, materializa-se em um contexto de pronunciamentos pós-vitória eleitoral. Após as divisões e polarizações do processo eleitoral, exige-se que o candidato eleito coloque-se como representante de todos, instituindo a participação de todos como meio e finalidade do novo governo. Ou seja, o orador visa a incluir inclusive aqueles que não contribuíram para a sua eleição, visto que agora ele ocupa um cargo representativo.

É uma constante do DISPOL, quando é proferido por presidentes eleitos ao sufrágio universal em particular, de (tentar) dar consistência a um nós que figura a fusão do eu e de todos os não eu, sem exclusiva, em um único corpo que reconhece todos e que seja reconhecido por todos, especialmente após dissensos aguçados pela concorrência eleitoral (DAHLET, 2016, p. 227).

As formas e significações das comunidades de existência são marcadas explicitamente pelas variações do Nós. O Nós a partir dos dois tipos de função inclusiva – a *restrita* e a *ampliada* – pode instaurar dois tipos de comunidade de identificação, a *seletiva* e a *estendida*, marcadas de forma diferenciada. Por exemplo, o Nós, quando refere-se a uma nação, costuma apresentar-se em conjunto com adjunções generalizantes, tais como “todos” e “todas”, ou mesmo com “nossos” e “nossas”.

2) *O Nós engloba valores e normas de comportamentos instituídos e naturalizados*: a disjunção/conjunção realizada pelo uso do Nós é tornada possível pela forma como incorpora a *doxa* do auditório;

O Nós como corpo único sempre pode falhar, ameaçado por dicotomizações e polarizações são comuns no discurso político. Dessa forma, no pronunciamento político, há a representação e convocação constantes de significantes mestres responsáveis por ativar conceitos tidos como intocáveis, os quais encontram-se estabilizados pela comunidade e são capazes de provocar e motivar – virtualmente – a adesão e o consentimento de todos, mobilizando afetos e emoções amplamente compartilhados.

O significante mestre, ou seja, uma entidade que seria primordial e intangível, articulando um conceito e um nome próprio, e que evoca não só uma epopeia nacional, mas também memórias, conquistas, formas de organização, sentimentos e valores dados como intocáveis e que remetem a figuras e atitudes maiores do sujeito coletivo (DAHLET, 2016, p. 227).

Dessa forma, a adesão e o consentimento estão ligados à forma do Nós, construída no e pelo discurso, que faz com que cada um antecipe no Nós coletivo – enquanto totalidade imaginária de uma comunidade, dado que (re)unificada para além de suas divisões e contradições internas – seu próprio lugar na comunidade enquanto poder futuro de ação.

3) O Nós é sempre uma modalidade de (re)identificação do eu;

Independentemente do contexto situacional, o Nós nunca deixa de ser dependente do eu. Mesmo com a ilusão comunitária provocada pelo Nós, ele sempre é enunciado a partir de um Eu. Dito de outro modo, o Nós é sempre pertencente a um Eu, como podemos visualizar no regime presidencial, em que há a personificação do poder, na qual a representação da marca singular do sujeito origem em relação ao Nós pode demonstrar

que o sujeito se faz ouvir através dessa operação enunciativa. Segundo Dahlet (2016, p. 229): “Para agregar à sua eleição um estatuto de sujeito positivo, o eu precisa que o outro o reconheça como tal, ou seja, como um sujeito que se identifica aos desejos do coletivo e é capaz de suprir as duas necessidades.” Assim, o Eu constrói-se como porta-voz, como líder de uma comunidade e/ou nação. A modalização do Eu no pronunciamento político é ao mesmo tempo regulada pelo poder confiado através do voto e reguladora deste, sendo o porta-voz ao mesmo tempo *sujeito do dever* conferido a ele através do voto, e *sujeito do querer*, visando a aproximar os rumos do país do seu desejo, compartilhado por todos.

4) *O Nós como entidade coletiva*: opera, materializa e visibiliza o processo de (re)composição da coletividade com seus contornos indeterminados.

Há duas facetas interdependentes e articuladas do Nós, quais sejam: a flutuação das comunidades geradas pelas *nóscaptações* e o movimento enunciativo desta geração. Ambas decorrem da plasticidade dos valores compostos pelo Nós no discurso político. “As *nóscaptações* localizam lugares de variações, e isso seja qual for a relação enunciativa delas com o sujeito origem e/ou a densidade dos termos figurativos concomitantes que podem ajudar a reconstruir as coesões comunitárias visadas por elas”, assevera Dahlet (2016, p. 231).

Assim, mesmo que seja possível associar valores referências às *nóscaptações* vigentes no discurso político, é fundamental reconhecer que a indeterminação não deixa de se deslocar com eles, pois sempre há vacilações possíveis quanto às referências do Nós. Dahlet (2016) sugere que essas vacilações distribuem-se em três categorias, a saber: (a) a *oscilação*, responsável por marcar o movimento entre os valores inclusivos e exclusivos do Nós e suas escalas de gradação quantitativa e qualitativa; (b) a *indefinição*, a qual corresponde à vagueza da representação de uma comunidade nacional pelo Nós, referindo-se a um sujeito coletivo cujos membros não são identificados ou identificáveis; (c) a *ilimitação*, responsável por qualificar o Nós remetendo à comunidade que transcende as fronteiras, sendo potencialmente ilimitada ou não delimitada. O Nós, nesse caso, aceita um valor universal e o enunciado passa a ser interpretado como uma verdade geral ancorada em conceitos tidos como intocáveis.

Há, ainda, um impacto estratégico no discurso político da operação de composição dos valores possíveis do Nós, tão relevante para a análise quanto a própria composição das comunidades que ele organiza. Ao indeterminar os próprios sujeitos componentes das

comunidades encenadas, ele autoriza a manipulação das relações de inclusão e exclusão do Eu com seu auditório efetivo ou potencial e todos os outros. Generaliza, assim, sem que as contradições sejam percebidas, as quais poderiam impedir a adesão ao potencial coesivo desta generalização. Utilizando-nos, mais uma vez, das palavras de Dahlet (2016, p. 234): “O sujeito coletivo não pode demonstrar sua própria possibilidade, a não ser por sua realização mesma no fio do discurso, e não pode realizar-se sem fazer desta efetuação a demonstração retrospectiva do pressuposto de sua possibilidade”.

Em suma, a interpenetração do Nós e do discurso político simboliza a oscilação entre exclusão e inclusão na construção de um sujeito coletivo que envolve todos na gestão comum da sociedade. Sublinhamos, abaixo, quatro características axiomáticas do dinamismo das captações do Nós:

- (1) O Nós funciona como um dêitico indiferenciado comandado (in)voluntariamente pelo sujeito de origem da enunciação. O Eu é o ponto de referência central em torno do qual tudo é (des)ordenado, pois ele fala sempre de um tempo e um espaço determinados e funciona como ponto de apoio enunciativo da comunidade criada pelo *Eu-político* e sua busca pela credibilidade;
- (2) As comunidades forjadas e transformadas pelo Nós no discurso político são sempre imaginárias. Para sobrepor o consenso ao dissenso, a composição de um Nós implica necessariamente a constituição de um Eles. A incorporação pelo Nós pode ser uma incorporação contra, deixando de fora uma porção significativa de sujeitos em relação ao que é construído como comum;
- (3) O Nós percebido no fio da enunciação produz-se sempre, de certa maneira, com uma carga de enigma, podendo, inclusive, uma proliferação imaginária substituir-se à realidade da comunidade de existência alterada pela vagueza de suas fronteiras não delimitadas;
- (4) O Nós seria o suporte de uma chamada dirigida aos outros para se converterem em sujeitos agentes do significante de uma comunidade de existência.

Nesse sentido, segundo Dahlet (2016), o Nós convoca à ação, e portanto à realização de si como sujeito coletivo, mesmo sob estado de tutela, pois, no âmbito da

grande diversidade do Nós e da flutuação de seus valores, mesmo que essa instância enunciativa não seja especificado através de categorizações identitárias essencialistas, emerge uma tendência ao fechamento e à afiliação a um lugar fixo. O Nós exerce um controle adesivo, mais ou menos violento, pois tudo que tende a formar uma comunidade, como a junção de identidades a identidades pré-estabelecidas, expõe o(s) outro(s) a um estado de tutela. O Nós absoluto dos regimes totalitários, por exemplo, recobre a encarnação forçada de todos a uma comunidade, com uma identidade específica e bandeiras próprias, em oposição à comunidade decretada como inimiga.

Especificamente no discurso político, o Nós não escapa dessa força centrípeta, pois é um *modo de individuação coletiva* em torno de significantes-mestres. Ao identificar de forma repetitiva um auditório, efetivo ou virtual, a um Nós, tal discurso congrega cada indivíduo a um regime de enunciados e de símbolos que os unificam. Dessa forma, o Nós tende também a convencê-los de que é possível existir de uma outra maneira quando se descobrem por eles mesmos, vinculados a outrem. Descobre, com isso, que o sujeito coletivo é mais poderoso que o sujeito individual. Deve-se questionar qualquer pretensão dogmática de predeterminar uma experiência subjetiva que o Nós pode gerar como efeito. Por isso, é importante que exista a possibilidade de qualquer um subtrair-se da composição do Nós de acordo com seu próprio desejo, uma vez que faz parte da liberdade individual poder “nadar fora da correnteza” (DAHLET, 2016).

As posições de sujeito, devido à forma democrático-republicana de organização da política, como no caso brasileiro, relacionam-se ao funcionamento discursivo da figura do político como um porta-voz do povo. O fundamento da figura do porta-voz como dispositivo de enunciação é a construção imaginária da relação de interlocução a partir da representação das imagens do locutor e do interlocutor como participantes ativos de uma relação simétrica de diálogo. Essas imagens são caracterizadas pelo locutor como um todo uniforme, através da construção da imagem de “povo uno”, fazendo-se necessário o apagamento das reais (ou potenciais) diferenças que dividem os alocutários (ZOPPI-FONTANA, 1997)

A esse respeito, Orlandi (2005) não considera o “povo” como um mero conjunto de indivíduos, mas como uma quantidade concentrada de sujeitos sócio-histórico-simbólicos que estabelecem relações uns com os outros. Tal palavra relaciona-se necessariamente a uma determinada formação discursiva e ideológica, extrapolando uma abordagem epistemológica universalizante, visto que histórica por excelência e atravessada por uma indeterminação semântica fundante.

Nesta perspectiva, a palavra “povo” engendra uma existência que é o real da história, mas sem existência empírica fixada. Realiza-se empiricamente através da enunciação, podendo ser a cada vez enunciado de um modo distinto. A palavra povo não é uma categoria de conteúdo, mas uma noção projetiva que acolhe diferentes imagens que lhe são atribuídas, embora em seu real não possa se identificar exatamente com nenhuma. Pêcheux (1977) defende que há oposição entre *pessoa* e *coisa* em diversos saberes do pensamento Ocidental moderno, como o jurídico, no qual há a distinção entre “contrato” e “propriedade”; o filosófico, através da distinção entre “sujeito” e “objeto”; e o moral, através da distinção entre o “intencional” e “não-intencional”. Todavia, isso não se aplicaria ao discurso político, uma vez que não há senso comum no que tange à política, porque a história, mais especificamente a luta de classes, não é nem uma pessoa, nem uma coisa. São as contradições da luta de classes que atravessam e organizam o discurso sem nunca serem resolvidos claramente.

Destarte, “povo” não é uma entidade; é, antes, um conjunto de relações, vínculos e laços; é, enfim, uma projeção de futuro social e histórico. Ele é o possível de uma outra ordem social em sua materialidade histórica, permite a abertura do social para o que pode ser movimento, manifestação. Tal laço está na base da concepção do que é social para esse grupo, bem como depende de uma espécie de esquecimento, como apagamento de possíveis diferenças a partir da ideia de unidade da/diversidade<sup>17</sup>. Pêcheux (1977) toma o esquecimento como fantasma, algo que desengatilha, que fica à espera, que, embora não completamente esquecido, proíbe-se de lembrar por um determinado momento. Dessa forma, a palavra “povo” está sempre relacionada a determinado aspecto singular e provoca, com isso, uma imagem unidade via ilusão de homogeneidade.

A imagem do locutor, do porta-voz, por seu turno, é construída como um igual, uno como Nós, destacado do grupo pela função representativa que lhe foi delegada pelos demais integrantes do grupo/nação. A figura do porta-voz é a imagem do mandatário do “povo” que funciona discursivamente como espaço de legitimação. O porta-voz, portanto, é aquele a quem se dá e de quem se cobra a voz. O lugar enunciativo do locutor, a partir dessa imagem, pode mudar sua inscrição do espaço público-institucional – o homem político – para o espaço íntimo da vida privada: simplesmente, o homem.

A concepção política nascida no final do século XIX faz parte do que Sennett (1974 *apud* Zoppi-Fontana, 1997, p. 99) denomina *ideologia da verossimilhança da*

---

<sup>17</sup> A respeito da relação entre unidade na diversidade e diferença no mesmo na formação do ideológico, consultar Hall (2003).

*personalidade*. Uma concepção na qual os traços da personalidade de um político são compreendidos como garantia do seu desempenho na função pública. Esse conjunto de imagens possíveis pelas quais o locutor pode se representar serve de legitimação discursiva da função enunciativa preenchida pelo sujeito enunciador como locutor do grupo enunciatário constituído no/pelo funcionamento discursivo da figura do porta-voz.

A representação do sujeito do discurso como Locutor-x funciona como reforço dos processos metonímicos mobilizados pela *retórica do povo em ato* e produz, como efeito de sentido, a construção de uma forma de representação do sujeito, em que tanto o locutor quanto o alocutário se confundem como sendo “o mesmo”, de modo que o porta-voz se apresenta como locutor de um grupo de enunciatários com os quais se identifica (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 100).

Neste espaço de “igualdade” partilhado pelo porta-voz e pelo grupo representado, legitimam-se os processos metafóricos do discurso político, instituindo uma função de falar em nome de todos. Isso permite que a função de locutor não seja preenchida pelo sujeito do discurso e a palavra política apareça enunciada diretamente pelo “povo”, constituído, agora, como enunciador. Além disso, a representação desse enunciador como sujeito coletivo, apesar das distinções internas, funciona como voz una e uniforme, autoriza a relação associativa direta entre os significantes “povo” e “nação”. Nos casos em que a denominação do país funciona como agente das predicções verbais, os enunciatários apresentam-se como originários da palavra e do desejo político retomado pelo porta-voz (ZOPPI-FONTANA, 1997).

A legitimidade do locutor para ocupar a função de porta-voz sustenta-se na construção da representação de um sujeito coletivo ativo e participante, cuja voz e vontade manifestam-se através do funcionamento da retórica do *povo em ato*. Esses processos discursivos estabelecem relações de identificação que possibilitam que o sujeito do discurso seja representado linguisticamente pela forma de um Nós. A representação da figura do porta-voz funda-se, em semelhança às contribuições de Dahlet (2016), na construção de um *Nós inclusivo ampliado*. Ou seja, de um Nós cujo valor referencial coincide com uma classe mais ampla, no sentido de genérica (ZOPPI-FONTANA, 1997).

Se lembrarmos aqui que um dos principais efeitos do discurso político, como prática simbólica, é trabalhar sobre os mecanismos imaginários de constituição da(s) identidade(s) para produzir a representação de um coletivo de identificação, aparece claramente manifesta a eficácia discursiva do funcionamento da figura do porta-voz (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 100).



O *nós inclusivo ampliado* produzido pelo locutor na função de porta-voz unifica em um mesmo espaço referencial variadas posições de sujeito eventualmente diferentes, silenciando divisões internas, para, somado ao Eu do locutor, constituir-se como um Nós político. O efeito-sujeito produzido a partir dessa forma de representação caracteriza-se por não suportar um Eles, quer dizer, um terceiro discursivo, um outro não dialógico que funciona enunciativamente como um outro-adversário (ZOPPI-FONTANA, 1997).

A representação de um sujeito coletivo uniforme, constituído dialogicamente em relação ao seu porta-voz legítimo e participante ativo na vida política do país, comporta a definição do *cidadão*. Espera-se dele práticas ligadas à cidadania, como votar, participar, manifestar, debater, apresentar demandas, defender projetos, entre outros. Configura-se como cidadão no sentido de sujeito político, deslocado da concepção do aparelho do Direito para cidadão como sujeito jurídico. Esse deslocamento da ordem jurídica para a ordem política permite que os significantes “cidadão”, “povo” e “brasileiro” passem a se relacionar diretamente (ZOPPI-FONTANA, 1997).

Se a legitimidade do sujeito do DAL como porta-voz da cidadania se funda na construção discursiva de uma imaginária relação simétrica de diálogo, a mesma definição de cidadãos como sujeitos políticos, necessária para constituirlos em enunciadores originários da palavra política retomada pelo porta-voz, permite distinguir, nesse grupo originário, vozes dissonantes que produzem fissuras na sua aparente unidade (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 107).

O funcionamento da determinação discursiva opera no sentido de saturar o valor referencial do Nós e das designações “povo”, “Brasil” e “brasileiros”, impedindo que se produzam desagregações ou divisões do grupo constituído como alocutário e do locutor constituído como porta-voz. A instabilidade referencial da forma “nós todos” é evidente, pois sempre precária e ameaçada pelo conflito de inscrições ideológicas e filiações políticas opostas. Portanto, a ilusão de consenso decorre do funcionamento discursivo da figura do porta-voz, responsável pela produção desse efeito de sentido. Como vimos, as formas de representação do sujeito coletivo integram uma família de significantes, como o *nós-povo-Brasil-brasileiros*, o qual busca representar como uno algo extremamente diverso. Para Zoppi-Fontana, (1997, p. 113):

O locutor se instala dentro dessa família parafrástica como porta-voz dessa perspectiva enunciativa e é representado principalmente pelas formas do nós inclusivo definido dialogicamente a partir da relação estabelecida entre o locutor e o grupo de alocutários.

Para finalizar, em síntese, temos sustentado que o funcionamento da figura do porta-voz como representação do locutor dentro do discurso político estabelece uma

relação imaginária simétrica de interlocução que permite a identificação do locutor com a perspectiva de enunciação dos alocutários, constituídos como os enunciadores originários da palavra no campo da política.

Através do *nós inclusivo*, é possível representar um todo coletivo, uniforme e totalizante, o qual coincide (ou não) com o conjunto de cidadãos, incluindo o próprio locutor. É importante destacar, contudo, que o Nós gera, necessariamente, um Eles, delimitado como espaço do negativo, no qual representa-se o terceiro discursivo como adversário, e, a depender da animosidade, também como inimigo; ou seja, um elemento alheio ao coletivo de identificação. Portanto, um não-cidadão, um não-brasileiro, um não-nós, que, mesmo excluído do espaço político de interlocução, não desfaz a ilusão de consenso produzida pela figura do porta-voz.

## CAPÍTULO 3 – ENTRE O “FOGO” E A “ELETRICIDADE”: O NÓS EM PRONUNCIAMENTOS DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (1979 - 2018)

*Gente é pra brilhar  
Não pra morrer de fome*  
Caetano Veloso

### 3.1 Princípios e procedimentos metodológicos: a constituição do *corpus*

Consoante Orlandi (2015) e Courtine (2014), o objeto discursivo não é dado; ao contrário, supõe o trabalho do analista, pois visamos compreender como um objeto simbólico produz sentidos em uma determinada conjuntura histórico-social. Os procedimentos discursivos de análise dão centralidade à noção de funcionamento, o que nos leva à observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos como elementos que permitem a compreensão e um certo grau de operacionalização dos conceitos. De acordo com Orlandi (1982), a tipologia discursiva é um fator das condições de produção de uma análise, haja vista que analisar é produzir um gesto de interpretação a partir de determinadas condições. A tipologia direciona a análise, selecionando recortes, além de salientar um ou outro aspecto que deriva tanto dos objetivos propostos quanto da natureza do texto-objeto-de-pesquisa. Segundo a autora, para pensar em uma tipologia do discurso, é necessário estabelecer distinções entre *tipo* e *funcionamento* discursivo.

Dada a institucionalização da linguagem, ou seja, dado o processo histórico de legitimação de formas específicas de dizer, como destacamos em outro momento da presente pesquisa, os tipos são os produtos – as formas cristalizadas dos funcionamentos da linguagem – dos processos definidos a partir da atividade de interlocução. O funcionamento discursivo, diferentemente, define-se como atividade estruturante; é o processo tomado como referência, pois as configurações da linguagem dão-se no e pelo ato de dizer. Assim, os tipos são condições de produção de qualquer discurso, o *produto*, que durante os procedimentos de análise recoloca-se como funcionamento, como *processo* (ORLANDI, 1982).

Dessa forma, a análise pressupõe etapas correspondentes à tomada em consideração das propriedades do discurso – como um objeto teórico, um regime histórico do saber humano – referidas ao seu funcionamento. Essas etapas são o caminho que nos

permite passar do texto ao discurso através do contato com o *corpus*, como materialidade textual empírica. Nosso objeto de explicação é o *discurso* e nossa unidade de análise, o *texto*. O texto é duplamente constituído: enquanto *objeto teórico*, não é acabado, pois é processo; enquanto *objeto empírico*, pode ser concebido como uma materialidade acabada, com começo, meio e fim, pois é produto.

Por funcionamento discursivo, entendemos a atividade estruturante da interdependência entre texto e discurso, entre produto e processo. Tendo isso por pressuposto, segundo Orlandi (2015), os procedimentos da análise de discurso demandam necessariamente um ir-e-vir constante ao longo de todo o trabalho de pesquisa, o qual distingue teoria, consulta ao *corpus* e análise, semelhante à abordagem metodológica canônica dos movimentos *bottom-up* e *top-down*.

De modo geral, na primeira etapa, de natureza linguístico-enunciativa, constrói-se o objeto discursivo, na medida em que se desfaz a ilusão de que o dito só poderia ser existir daquela forma, desnaturalizando, assim, a relação palavra-coisa. Já na segunda etapa, procura-se relacionar o objeto discursivo às distintas *formações discursivas*, incorporando a *formação ideológica* que rege essas relações. Atinge-se, dessa maneira, a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentido produzidos pelo material de análise (ORLANDI, 2015).

De acordo com Courtine (2014), é importante destacar duas teses que articulam essas duas etapas do trabalho no sentido metodológico: (1) há uma *ordem do discurso*, a qual designamos como materialidade discursiva, distinta da ordem da língua; (2) há uma materialidade discursiva, a qual consiste em uma relação determinada entre a língua e a ideologia. Segundo o autor, essas duas propostas podem ser mobilizadas especialmente para o campo da análise do discurso político, como campo privilegiado do saber em que o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico; isto é, em que permite-se avaliar, no interior da língua, a representação dos efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta-se a existência da materialidade linguística no interior da ideologia.

Assim como para Orlandi (2015), para Courtine (2014), o discurso, como objeto de conhecimento, está inscrito na relação da língua com a história. Para ambos os estudiosos, essa relação constitui uma importante aquisição teórica para a análise do discurso, uma vez que deriva daí o conceito de formação discursiva, por um lado, e a distinção entre processos discursivos e base linguística, por outro. Assim, se os processos discursivos constituem a fonte de produção dos efeitos de sentido no discurso, a língua é

compreendida como uma instância relativamente autônoma, como o lugar material onde realizam-se os efeitos de sentido. Se não há relação biunívoca entre ambas as instâncias, na qual uma forma simbólica possuiria uma relação necessária com um sentido, a separação entre elas nunca se completa, sendo, antes, interdependentes, haja vista que ideologia sem materialidade simbólica incorreria em um idealismo e materialidade simbólica sem ideologia poderia incorrer em um formalismo a-histórico.

Em outras palavras, todo discurso é concreto e duplamente determinado: de um lado, pelas formações ideológicas que relacionam os discursos às suas formações discursivas e, de outro, pela autonomia relativa da língua. Se a língua não poder ser considerada como uma superestrutura social, também não é possível traçar *a priori* uma linha de demarcação entre o que pertence a uma ou outra dessas determinações. A base linguística faz da relação da língua com o ideológico a própria materialidade do discursivo, assevera Pêcheux (1971).

De acordo com Pêcheux (1971), o conceito de formação ideológica (doravante, FI) pode ser caracterizado como um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente com as posições de classe em conflito em uma determinada conjuntura histórico-social. Uma FI é um elemento susceptível de intervir como uma força confrontada a outras forças. Em uma formação social específica em um determinado tempo, cada formação ideológica comporta, como um dos seus componentes,

Uma ou várias formações discursivas inter-relacionadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.), a partir de uma posição dada em uma conjuntura (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 11)

Já o conceito de formação discursiva pode ser compreendido como uma unidade dividida, uma heterogeneidade em relação a si mesma. Portanto, não é um único discurso para todos, nem é a cada um o seu discurso, mas deve ser pensado como dois (ou vários) discursos em um só. Sua delimitação é fundamentalmente instável, de modo que a formação discursiva não consiste em um limite traçado separando de uma vez por todas um interior e um exterior do seu saber, mas inscreve-se em um entre lugares, como uma fronteira móvel que desloca-se em função das questões da luta ideológica. Nesse viés, é importante diferenciar o conceito de *enunciado* do domínio das demais problemáticas da língua ou da lógica, e lhe atribuir uma concepção especificamente discursiva (PÊCHEUX; FUCHS, 1975).

Foucault (2017) define o conceito de enunciado não como uma frase, nem como uma proposição lógica, nem como um ato de linguagem, mas como a relação entre a materialidade da língua e a materialidade do discurso. Em seu modo singular de ser, ele não é nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material, ele é uma função que se exerce verticalmente. O enunciado não é uma estrutura, ou seja, uma unidade de relações entre elementos variáveis, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que conteúdos concretos apareçam em um determinado tempo e espaço. Assim, podemos falar do enunciado em si, o qual mantém certa regularidade de acordo com as regras enunciativas do saber que o fundamenta, e de suas várias enunciações distintas, irrepetíveis, dada a sua contingência vinculada às condições de uso no tempo e no espaço.

Considerando as contribuições foucaultianas para a organização do campo da análise do discurso, Courtine (2014) sustenta que o enunciado localiza-se em uma relação horizontal com outras formulações no interior do *intradiscurso*, de uma sequência discursiva, e, ao mesmo tempo, em uma relação vertical com formulações determináveis em outras sequências discursivas no *interdiscurso* de uma formação discursiva específica. A definição de enunciado, nessa perspectiva, acentua a indissociabilidade dos dois níveis de análise do discurso enquanto objeto teórico materializado historicamente.

Como dissemos, a enunciação é um evento irrepetível, dada a sua singularidade situada e datada de modo que não podemos reproduzir. O enunciado, por sua vez, está ligado à noção de repetição. Ele é o efeito da neutralização da enunciação, a partir da separação do enunciável espaço-temporalmente pelo sujeito que a realiza, das operações de que o sujeito se utiliza, tornando possível que uma forma indefinidamente repetível possa dar lugar a diversas enunciações distintas (COURTINE, 2014).

Nessa perspectiva, retira-se a enunciação de uma problemática centrada sobre o sujeito e suas operações para passar a pensar, por meio da descrição das posições de sujeito em uma FD, o processo de assujeitamento à linguagem pelo qual um indivíduo é constituído em sujeito de seu discurso pela prática social da fala. Não sendo uma substância *a priori*, emerge, diferentemente disso, como uma posição *a posteriori*, a qual sobredetermina o indivíduo como instância orgânica (FOUCAULT, 2017; PÊCHEUX; FUCHS, 1975).

Segundo Orlandi (2007), só se é sujeito pela submissão à língua e à história. Com efeito, não há sujeito nem sentido sem o assujeitamento, pois quando falamos não inventamos uma língua para isso. Entramos, ao contrário, no processo discursivo que já

está instalado na sociedade e, desse modo, nos submetemos à língua que já existe para nos subjetivarmos. Consoante Pêcheux (1977), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, ocorrendo, assim, o processo de assujeitamento, no qual *é necessário que o sujeito esteja sujeito à língua para ser sujeito através dela*. O sujeito, portanto, é concebido como efeito a partir desta ambiguidade constitutiva.

Em síntese, esse conjunto de proposições constrói um quadro teórico no qual o problema pode ser tratado a partir de dois recursos: (1) o estabelecimento de dois níveis fundamentais na descrição de uma formação discursiva, quais sejam: o do enunciado e o da formulação; (2) o primado do interdiscurso.

É a partir do interdiscurso que as modalidades de assujeitamento podem ser analisadas, destaca Pêcheux (1977). Isso significa que o interdiscurso é o lugar no qual constituem-se, para um sujeito falante, os objetos de que esse mesmo sujeito se apropria para, a um só tempo, utilizá-los como objetos de seu discurso e produzir articulações entre estes objetos, garantindo, por conseguinte, coerência à sua declaração, na linearidade do intradiscurso estruturante da sequência discursiva que ele enuncia. O interdiscurso funciona, portanto, como um *discurso transverso*, a partir do qual realiza-se a articulação que permite ao sujeito enunciador dar coerência ao fio de seu discurso. O intradiscurso de uma sequência discursiva aparece, assim, como um efeito do interdiscurso sobre si próprio.

A partir disso, extrai-se consequências metodológicas, firmadas pelo estabelecimento de dois planos de descrição de uma formação discursiva, o do enunciado e o da formulação, conforme mencionados logo acima. Segundo Courtine (2016), o pesquisador pode passar à constituição do seu *corpus* discursivo, isto é, recortar os dados de análise sob a forma de uma montagem determinada, selecionando, para tanto, *sequências discursivas de referência* (SDR), sobre as quais o conjunto de elementos do material de análise foi organizado. Em seguida, deve-se estabelecer a relação entre a(s) SDR(s), o sujeito e a situação de enunciação, no intuito de demonstrar como o sujeito da enunciação e as circunstâncias enunciativas são referenciáveis aos lugares dentro das condições de produção da sequência discursiva de referência.

É importante destacar que as formulações que constituem a sequência discursiva de referência realizam-se sob a dependência da *formação discursiva referência* (FDR). Tal processo discursivo está sujeito à dependência do interdiscurso, instância virtual do conhecimento socialmente compartilhado no qual constitui-se o saber próprio a uma FD, como em uma *rede estratificada de formulações* onde formam-se os enunciados. Assim,

é necessário caracterizar as condições interdiscursivas que dominam o processo discursivo de formação/reprodução/transformação dos enunciados dentro das FD's de referência (COURTINE, 2016).

Segundo Courtine (2016), na AD, a noção de condições de produção do discurso regula a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam a sua produção. Em vista disso, torna-se fundamental aos procedimentos de constituição do *corpus* discursivo, os quais, mais uma vez, podem ser definidos como um conjunto de sequências discursivas dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso. Esta última noção, no entanto, é frequentemente conhecida como uma definição sincrônica ou tende a ser confundida com o que os linguistas denominam situação de enunciação. Ela também pode ser compreendida como o lugar de confusão entre as determinações de ordem psicológica e as determinações propriamente históricas que presidem a produção como efeitos dos discursos enunciados pelos sujeitos.

No caso da nossa pesquisa, a configuração do *corpus* e o delineamento dos seus limites via operação metodológica de recorte deram-se a partir do estabelecimento do objetivo teórico e da construção de um dispositivo de análise que visa a compreender a organização enunciativa do Nós como expressão da polarização argumentativa – Nós x Eles – em seis pronunciamentos de Lula (1979 a 2018), de modo a verificar quando e como ele articula as marcas de “conciliação” (SINGER, 2012) com as de “polêmica” (AMOSSY, 2017; 2018), materializando simbolicamente uma tensão imaginária entre o mesmo e o outro, entre o harmônico e o contraditório, entre a politização e a despolitização.

Para tanto, alicerçamo-nos na aproximação teórica entre a análise sociológica das características do lulismo, naquilo que ficara conhecido como discurso lulopetista (SINGER, 2012; 2018), os estudos do discurso político, englobando suas mutações na contemporaneidade e a relação entre discursividade e fala pública (COURTINE, 2006; 2009; 2014; 2015), e os estudos da argumentação de Amossy (2011; 2017; 2018), em especial, no que toca à sua perspectiva discursiva da polêmica.

Com isso em mente, observamos os modos de construção, estruturação e circulação que constituem os sentidos dos textos submetidos à análise. Pelo dispositivo que construímos, podemos explicitar os processos discursivos de modo a compreender a constituição dos sujeitos e a produção de sentidos. Consideramos aqui o texto não apenas como um dado linguístico, que possui marcas e organizações específicas, mas também



como fato discursivo, de modo a compreender como o texto funciona como objeto simbólico e imaginário. Assim, consideramos que *o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão de sujeitos*.

Segundo Orlandi (2015), se a relação do sujeito com o texto é de dispersão, porém, *a autoria de um texto implica disciplina, organização e unidade*. O autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito, na medida em que este sujeito constitui-se como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completudes imaginárias. Logo, a autoria é compreendida como uma função do sujeito. Se o locutor representa-se como Eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse Eu assume, a função discursiva autor é a função que esse Eu assume enquanto produtor de linguagem. O autor é uma dimensão do sujeito que está determinada pela exterioridade, contexto sócio-histórico. A assunção da autoria, portanto, implica a inserção do sujeito na cultura, uma posição deste no contexto histórico, social e político em que participa<sup>18</sup>. Em suma, consoante Orlandi (1988), representar-se como autor é assumir, diante das instituições, esse papel social na relação com a linguagem, constituir-se e mostrar-se como sujeito histórico.

Dessa forma, em uma primeira etapa de análise, convertemos a superfície linguística, isto é, nosso *corpus* bruto – como já destacado, os 6 (seis) pronunciamentos de Lula no período de 1979 a 2018 –, em um dado empírico, no sentido de discurso concreto e objeto teórico, linguisticamente de-superficializado. Essa primeira abordagem de seleção de pronunciamentos relevantes tornou possível destacar trechos nos quais aparecem o uso do pronome Nós, assim como outras formas linguísticas de representação do sujeito coletivo associadas ao objetivo de nossa pesquisa.

Por uma decisão metodológica, não analisaremos as imagens, apenas o texto transcrito dos materiais audiovisuais, uma vez que, caso fossemos tratar de imagem, seriam adicionadas duas complexidades ao trabalho, às quais decidimos não enfrentar agora, a saber: a incorporação de um novo arcabouço teórico fundamentalmente diferente da análise textual, pois o verbo-visual incorpora outras categorias e raciocínios epistemológicos. Em vista disso, escolhemos priorizar as características estritamente linguísticas do *corpus*, garantindo maior organicidade à teoria e à análise. A incorporação dos vídeos no material de análise deve-se ao fato de que, quanto mais recuamos no tempo,

---

<sup>18</sup> A respeito desse debate, sugerimos a leitura de Foucault (2001), considerado o texto seminal dessa interpretação do conceito de autoria, posteriormente incorporada pelo campo da Análise do Discurso.

maior a profusão de gravações audiovisuais dos pronunciamentos de Lula, em detrimento dos materiais escritos.

Dito isso, esclarecemos que os pronunciamentos selecionados tiveram como critério de escolha a sua capacidade de representar os diferentes sujeitos enunciativos que Lula materializa ao longo de sua história como personalidade pública, a listar: o Sindicalista; o Candidato a Presidente; o Presidente; e o Réu. Para analisar pronunciamentos de *Lula sindicalista*, transcrevemos dois trechos de dois documentários nos quais são retratados aspectos da sua trajetória, os quais elencamos a seguir:

1º) *O ABC da Greve*, de Leon Hirsman, lançado em 1991, no qual selecionamos o trecho em que Lula, na posição de presidente do sindicato dos metalúrgicos, discursa aos trabalhadores grevistas em São Bernardo do Campo, em 1979. As filmagens do documentário de Hirszman acompanharam o movimento metalúrgico do dia 13 de março de 1979 até o encerramento da greve, no dia 13 de maio, quando as negociações entre o sindicato dos metalúrgicos do ABC e os dirigentes industriais levaram ao encerramento das paralisações. Como acordo, um reajuste salarial abaixo do esperado pelos trabalhadores. Na assembleia de greve, no trecho descrito do documentário, Lula se pronuncia para operários que ficaram 45 dias paralisados. Estima-se que 140 mil trabalhadores participaram dessa greve, a qual eclodiu às vésperas da posse do general Figueiredo à Presidência da República. Contrariando a repressão governamental e contando com a liderança do Sindicato de São Bernardo, o setor metalúrgico paulista paralisou as suas atividades para reivindicar, principalmente, reajustes salariais, melhorias nas condições de trabalho e estabilidade de emprego para aqueles operários que atuavam como dirigentes sindicais, entre eles, o próprio Lula. Esta onda de greves no ABC entre 1978 e 1980 representou o ressurgimento da mobilização dos trabalhadores no Brasil e um passo importante na redemocratização do país. Sobre o tema, Almeida (2011), em sua obra *História de uma década quase perdida*, afirma que a década de 1980 foi um período fundamental para a movimentação e consolidação de direitos a partir do protagonismo da sociedade civil. Segundo o historiador, três agentes políticos surgiram na época, sendo fundamentais ao processo de redemocratização dos anos 1980, elencados a seguir: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos

Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

2º) O *Trabalhadores: presente!*, dirigido por João Batista de Andrade e lançado em 1979, aborda a greve de ônibus em São Paulo no mesmo ano. O trecho selecionado foi o do pronunciamento de Lula nas comemorações do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, em São Paulo, quando ocorreram duas festas simultâneas: uma, oficial, organizada pelo governo no estádio de futebol completamente vazio; e outra, organizada pelos trabalhadores, também em um estádio de futebol, mas na região do ABC, com mais de 150 mil participantes. Foi a primeira festa independente do trabalhador brasileiro desde 1964, reconhecida como um marco histórico do movimento sindical brasileiro. Segundo Almeida (2011), as greves operárias do ABC paulista de 1979 a 1989 simbolizaram o reencontro do movimento sindical com a prática da reivindicação salarial, tendo como foco a luta contra a super exploração da força de trabalho e a oposição às políticas econômicas do governo na época.

Para analisar o sujeito enunciativo *Lula candidato à presidência*, escolhemos a *Carta ao povo brasileiro*, de 2002. Este texto representa o compromisso da campanha conhecida como “Lula lá” em assegurar ao mercado financeiro, em caso de vitória, que o Partido dos Trabalhadores (PT) respeitaria os contratos nacionais e internacionais. Lida pelo próprio Lula no dia 22 de junho de 2002, durante o encontro destinado ao debate do programa de governo do Partido, o documento foi interpretado por Singer (2012) como um importante marco de conciliação da campanha de Lula a presidente. Em especial, a Carta foi interpretada como a indicação de apoio ao setor econômico financeiro, algo, até então, sem precedentes na trajetória do PT. Quando a campanha de Lula decidiu fazer as concessões exigidas pelo capital – apavorado com a possibilidade de prejuízo a seus interesses em caso de vitória da esquerda política –, buscava-se arrefecer a instabilidade nos mercados financeiros. Nela, a retórica radical petista, característica da década de 80, havia sido amenizada. A princípio, entendia-se como uma decisão da campanha, mas, cerca de um mês após, o Diretório Nacional, reunido no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, aprovou as propostas antecipadas pela Carta, transformando-as em orientações partidárias.

Para Singer (2012), a partir de 2003, tal movimento passara a ser denominado de lulismo. Embora não tenhamos a pretensão de representar exaustivamente os vários pronunciamentos públicos de Lula como candidato a presidente durante o período de 1989 a 2002, almejamos contribuir, em alguma medida, para a caracterização do que veio a se conformar como um marco político no Brasil a partir da década de 2000.

A tese defendida por Singer (2012), como na segunda seção do primeiro capítulo, é a de que o PT deixou de assumir um discurso radical em 2002, passando à posição de moderação. Embora essa mudança de uma “retórica do fogo” para uma “retórica da eletricidade”, seguindo os termos de Piovezani (2015), pudesse ser observada já durante a década de 1990, somente em 2002 esse discurso organizou-se de forma mais clara publicamente. Segundo Singer (2012), a apresentação da Carta como um conjunto de garantias ao capital financeiro de que o PT não faria um governo de ruptura manifestou simbolicamente a mudança de orientação do partido do confronto para o não confronto com o capital, especialmente, no que diz respeito aos setores financeiros. O lulismo, portanto, implementa uma prática política de combate à pobreza capaz de ativar o mercado interno e diminuir a desigualdade social, sem, com isso, ferir os interesses do capital financeiro.

Ainda relembro nossa reflexão no primeiro capítulo, esse reposicionamento foi responsável por configurar, em 2006, uma nova base social de eleitores para o PT, expressa pela adesão de setores de baixa e baixíssima renda e pelo afastamento dos eleitores de classe média. Partindo dessa hipótese e no intuito de analisar o sujeito enunciativo *Lula presidente*, selecionamos seus dois pronunciamentos de posse, em janeiro de 2003 e em janeiro de 2007, ambos realizados em sessão solene no Congresso Nacional Brasileiro, em Brasília (DF). Os pronunciamentos de posse apresentam características formais do sujeito enunciativo presidente, além de anunciar um projeto oficial de governo para toda a nação, criando um pacto de responsabilidade coletivo entre o que se diz e o que se deve fazer.

Por último, para analisar o sujeito *Lula réu*, selecionamos seu pronunciamento antes de decidir se entregar à prisão, em 7 de abril de 2018, na cidade de São Bernardo do Campo, em São Paulo. Na ocasião, havia sido expedido um mandado de prisão contra o ex-presidente em decorrência da sua condenação em primeira instância a uma pena de nove anos e seis meses de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, conforme investigação da Operação Lava Jato, em Curitiba, no Paraná.

Lula deveria, segundo esse instrumento jurídico, apresentar-se à sede da Polícia Federal em Curitiba no dia 6 de abril, algo que decidiu não fazer, negando-se a sair do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, em São Bernardo do Campo, onde estava alojado desde a publicação do seu mandado de prisão. Na manhã do dia 7 de abril, é realizado *Ato ecumênico em Homenagem a Dona Marisa Letícia*, no mesmo local. O evento marca o aniversário de 68 anos de Marisa, falecida em 3 de fevereiro de 2017, após sofrer um Acidente Vascular Cerebral (AVC). Marisa, segunda esposa de Lula, foi casada com ele por 43 anos, acompanhando-o desde o início de sua trajetória política.

O ato construiu uma cena enunciativa que transita entre diversas formações discursivas – interdiscursividade – ao mesmo tempo, tais como a religiosa, a midiática e a política, estando esta última associada à esfera pública e às disputas eleitorais pelo poder executivo em uma república democrática de direito. O campo enunciativo religioso, por seu turno, realiza-se de duas formas, a saber: a primeira, no plano situacional, pela presença de líderes religiosos e pela realização de uma missa ecumênica anterior ao discurso proferido pelo ex-presidente; a segunda, no plano discursivo, pela utilização de figuras, referências e imagens que remetem a esse campo

O campo enunciativo midiático realiza-se pela presença de diversos meios de comunicação no evento, através das coberturas fotográfica, televisiva e virtual (transmissão via internet). A cobertura foi realizada, principalmente, pelos meios de comunicação ligados ideologicamente à esquerda, via mídias independentes, acarretando a necessidade de as grandes corporações se utilizarem desses dispositivos digitais de comunicação e informação caso desejassem de cobri-lo<sup>19</sup>. Os meios de comunicação hegemônicos preferiram não noticiar o evento, focando cobertura, basicamente, no ato de Lula se entregar à Polícia Federal para a prisão, sem divulgação de fotos aéreas e nem construção de todo do evento.

Já o campo enunciativo político materializa-se pelo fato de Lula ser pré-candidato a presidente da República nesse contexto, tendo sido utilizados como dispositivos de fala pública o carro de som e o palanque, típicos dessa prática discursiva. O evento pode ser caracterizado como uma mistura de diversos gêneros, tais como o comício, o protesto, a passeata, a ocupação e o ato de resistência.

---

<sup>19</sup> Sobre os índices de audiência da cobertura na mídia, consultar Padiglione (2018). Sobre o problema ocasionado pela transmissão da cobertura da TV dos Trabalhadores (TVT) pela mídia corporativa, consultar Emir (2018).

Importante atentar para o local onde foi realizado o evento, em frente à sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (sigla que aglutina referências às cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano), tido como um local histórico para o movimento sindicalista brasileiro, visto que protagonizou diversas greves importantes na década de 1980. Trata-se, então, de um lugar de memória<sup>20</sup>, pois capaz de ritualizar e atualizar narrativas sobre a luta do operariado no Brasil. Segundo o documentário *ABC da Greve*, o local também foi palco da prisão de Lula por liderar a grande paralisação no ABC, em 1980, ainda durante a Ditadura Militar. Seu cárcere, na ocasião, durou 31 dias e foi interrompido diante da repercussão negativa e da enorme pressão popular através da realização de missas na Igreja da Sé por Dom Paulo Evaristo Arns, além de assembleias em igrejas e fábricas<sup>21</sup>.

Esse pronunciamento, de certa forma, representa um possível retorno à retórica sindicalista de Lula, ainda vinculada à “metáfora do fogo”, nos termos de Piovezani (2015), o que ocorre após a predominância da “retórica da eletricidade” no período em que fora Presidente da República. Para Singer (2018), a política lulista começa delinear sinais de crise após as manifestações de junho de 2013, resultando no fim dos governos do PT no cargo máximo do poder executivo brasileiro com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a prisão do ex-presidente Lula, em 2018.

Dessa forma, a seleção do material de análise tentou caracterizar quatro momentos do Nós político de Lula, quais sejam: o *sindicalista*, o *candidato*, o *presidente* e o *pós crise do lulismo*. Não temos a pretensão de esgotar as possibilidades de material de análise, mas, pelo menos, investigar em termos verticais a análise das transformações da retórica lulista pelas mudanças da representação do sujeito coletivo. Para tal, em uma segunda etapa, selecionamos um total de 35 sequências discursivas de referência (SDR), para, em seguida, avaliarmos as relações entre as formas linguísticas e as ideologias. Com finalidade organizativa, separamos a análise em quatro subseções, cada um destinado ao trabalho de interpretação dos momentos do Nós político de Lula descritos acima.

---

<sup>20</sup> Segundo Pierre Nora (1993, p.13), os lugares de memória são o que resta e que se perpetua de um outro tempo, transmitidos através de ritos para uma sociedade que não tem mais meios de memória. Os lugares de memória são materiais, por seu conteúdo demográfico; funcionais, pois garantem ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; e simbólicos, pois fazem com que um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número de pessoas seja acessado de alguma forma por uma maioria que deles não participou. Eles nascem e vivem da ideia de que não existe memória espontânea, que é necessário criar arquivos, manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais, são simbólicas.

<sup>21</sup> Sobre o contexto da primeira prisão de Lula, vide Machado (2019).

### 3.2 O Eu sindicalista (1979)

Antes de passarmos às análises em si, faremos algumas breves retomadas conceituais do nosso referencial teórico fundamentais ao seu entendimento. Como vimos com Dahlet (2016), o Nós funciona como um eu dilatado, de contornos vagos, como fator de ilimitação do Eu (e não de sua multiplicação) fruto da indeterminação do espaço comum das comunidades transitórias, determinadas pelas necessidades do eu político. O Nós é derivado de um Eu só e sua fórmula geral pode ser materializada do seguinte modo:  $NÓS = EU + NÃO\ EU$ .

Courtine (2015) defende que o estar na multidão é um estado de sujeição e fascinação amorosa, numa relação em que o líder da massa ocupa o lugar do ideal de Eu de cada um. É o desejo de conformidade e pertencimento que moldará a relação entre o líder e as massas, uma vez que simboliza o abandono da singularidade do indivíduo em nome do amor pelos demais. É o líder que transforma os ruídos das massas em voz. Nos documentários selecionados, pode-se notar, por exemplo, o movimento das multidões se silenciando – abaixando o volume de seus ruídos e murmurando mais baixo – para escutar a voz ampliada do líder, a qual conta com mecanismos técnicos sonoros, e se concentra na visibilidade daquele corpo a uma altura superior dos demais, uma vez que se apresenta em cima do palanque.

Para esta seção, selecionamos um trecho de cada documentário que compõe o material de análise, *ABC da greve* e *Trabalhadores: presente!*. De cada trecho, selecionamos 2 (duas) formulações, totalizando 4 (quatro) sequências discursivas de referência. Ambos os trechos são pronunciamentos de Lula em 1979, realizados em um palanque montado pelo sindicato dos metalúrgicos no maior estádio de futebol de São Bernardo do Campo na época, Vila Euclides. Tanto o dispositivo quanto o local de realização destes pronunciamentos sindicais, cujo público são operários da região do ABC paulista, revelam estruturas sociais e simbólicas do Brasil da época, na qual o espaço público com maior possibilidade de reunir grandes massas de pessoas eram os estádios de futebol e grandes avenidas dos grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo.

Como o espaço da assembleia de greve ou de comemoração do Dia Trabalhador é um espaço voltado para um público específico, o operariado, parece fazer sentido a realização destes eventos em estádios, visando, de certa forma, a proteção e a acústica ao mesmo tempo que visibiliza e reúne os trabalhadores em um grande espaço. É importante ressaltar que essas assembleias ocorriam apesar do processo político da época, de

cerceamento dos direitos à manifestação, devido à Ditadura Militar. O uso do palanque como dispositivo indica, pelo menos, dois aspectos, tais como: o primeiro, como os meios de comunicação populares na época (rádio e televisão) eram (e ainda o são) hegemônicos pelos interesses do capital, a fala dos trabalhadores não tem neles um espaço de privilégio, cabendo a utilização de recursos *in situ*; O segundo, só é possível a aquisição de equipamentos para a construção de um palanque através de uma organização coletiva como a sindical. Por mais que seja o diretor que fale, há toda uma estrutura que legitima e condiciona a sua fala através do mecanismo de participação sindical.

Abaixo, as quatro formulações que destacamos dos dois pronunciamentos, sendo as duas primeiras referentes à assembleia de greve e as duas últimas, ao pronunciamento durante o primeiro de maio de 1979. Os destaques em cada formulação são nossos e indicam a marca da primeira pessoa de plural, tanto no pronome pessoal quanto nos verbos e pronomes possessivos.

*SDR 1:* Agora **companheiros, companheiros**, depois de dois dias de ausência, **nós** voltamos aqui. A diretoria do Sindicato volta para assumir a greve que **nós** começamos no dia 13;

*SDR 2:* Agora, é um pedido que faço, não saiam em passeata. Não saiam em passeata. Saíam daqui direto para as suas casas. **Estamos** entendidos?;

*SDR 3:* **Companheiros**, ontem, ontem à noite, no sindicato de Osasco, quando **discutíamos** a festa oficial feita pelo governo no Pacaembu, eu dizia aos trabalhadores de Osasco que pra cada jogador de futebol famoso que estivesse servindo de palhaço no Pacaembu, **nós** traríamos um dirigente sindical aqui;

*SDR 4:* Diziam que o salário da classe trabalhadora era culpado pela inflação, arrojaram durante 15 anos o **nosso** salário e a inflação continua tão alta como estava antes de 1974.

Nas sequências discursivas acima, é possível perceber a presença hegemônica, apesar de oscilante no sentido qualitativo, do que Dahlet (2016) denomina como *nós inclusivo restrito*, sintetizado na seguinte fórmula:  $NÓS = EU + VOCÊ(S)$ . Nesse sentido, é importante caracterizar tanto quem é o Eu que fala através desses pronunciamentos quanto quem são os Vocês que esse discurso toma como interlocutor. Lula é legitimado por uma posição institucional, uma vez que ele compõe a diretoria do Sindicato. Ademais, seu pronunciamento só é possível por ele ocupar este lugar dentro do discurso operário brasileiro. Ele não se apresenta, portanto, como qualquer operário. Apesar de ser um operário, ele é o operário eleito dentro de um processo representativo organizado por um



grande sindicato, ou seja, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. É aí que se articulam duas imagens, a de *comum* e a de *excepcional*.

Podemos compreender também que a forma *nós inclusivo restrito* está presente nessas formulações, porque ele não fala por e para todos, mas somente para os participantes da greve e para os sindicalizados. A oscilação dos valores deste Nós pode representar três composições, as quais apresentamos a seguir: a primeira, *Nós = Lula + diretoria do Sindicato*; a segunda, *Nós = Lula + Diretoria do Sindicato + Trabalhadores presentes*; e a terceira, *Nós = Lula + Diretoria do Sindicato + Trabalhadores presentes + Trabalhadores ausentes*. Esta última, mais precisamente, quando o *Vocês* é acompanhado de todos, indetermina ainda mais o público da fala, ampliando e dando contornos mais vagos. Se relacionarmos a presença deste *nós inclusivo restrito* em pronunciamentos históricos de um dirigente sindical como Lula com a discussão proposta por Courtine (2015), podemos compreender o processo de conversão das massas abertas em massas fechadas.

Courtine (2015) pontua que esses rituais operários durante o século XX assemelham-se quanto à forma às missas cristãs, uma vez que os pronunciamentos estruturam-se por certas regularidades e repetição de palavras, marcas presentes também no discurso religioso. Uma marca recorrente nos pronunciamentos de Lula, não restrita ao sindicalista, vale ressaltar, é o uso do vocativo “companheiros”, presente na SDR 1 e na SDR 3. Ele é uma marca retórica *ethótica* do ex-sindicalista, já amplamente reconhecida pelo público de forma geral. Além de mostrar proximidade com seus interlocutores, trata-se de um termo usado historicamente pela militância de esquerda, marcando uma posição discursiva pelo atrelamento à memória lexical desse movimento na função de vocativo, o qual carrega etimologicamente referências militares e referências comunitárias; neste caso, no sentido de compartilhamento do pão.

A etimologia da palavra “companheiro”, de acordo com o Dicionário Houaiss<sup>22</sup>, possui origem no latim vulgar, “companhia”, sendo formada, portanto, pela associação entre *cum* (“com”) + *panis* (“pão”). Logo, significaria um “conjunto de pessoas que comem seu pão juntamente”. Com o tempo, teria se generalizado para “pessoas que vão juntas” e, depois, se especializado como termo militar, fazendo referência à tripulação de uma embarcação, no caso da Língua Portuguesa. Outro elemento interessante sobre o uso desse vocativo é a constante não diferenciação de gênero por Lula, o que indica ou que

---

<sup>22</sup> Definição retirada da versão online do Dicionário Houaiss, a qual poderá ser encontrada no seguinte endereço virtual: <<https://www.dicio.com.br/companheiro/>>

os trabalhadores em sua maioria são homens ou que o feminino não é politicamente e morfologicamente demarcado por questões sociais e ideológicas nesse período da sua fala.

A analogia sobre as transformações da fala pública na contemporaneidade proposta por Piovezani (2015) caracteriza bem o nosso *corpus*. Podemos inferir que tanto a “retórica do fogo” quanto a “retórica da eletricidade” seria mobilizada por Lula em seus discursos na posição de sindicalista. Ao mesmo tempo em que seu discurso é inflamado, provocando (re)ações nas massas, objetivando um *fazer-fazer*, ele é também um discurso conduzido, dialogado, que visa a atingir um público distante através de efeitos de proximidade, objetivando um *fazer-saber*. Há a incorporação de dois sujeitos enunciativos, os quais discutiremos a seguir.

O primeiro sujeito, *profeta da revolta*, relaciona-se à *retórica do fogo*, como podemos ver nas SDR 3 e SDR 4, estando marcado pela articulação denúncia/anúncio através da polarização argumentativa Nós (operários) *versus* Eles (governo e multinacionais, isto é, os patrões). Simultaneamente, inflama sua voz denunciando o discurso supostamente mentiroso e anti-trabalhista que está colocado pelo grupo adversário, anunciando o momento histórico de tomada de consciência dos trabalhadores e do poder de querer ser mais através da reação organizada. Etimologicamente, a palavra *propheta*, derivada do latim, significava intérprete ou porta-voz, especialmente dos deuses, de onde derivam as palavras pregador ou professor no português, de *pro* – à frente, mais adiante ou para, em nome de, mais a raiz *phanai* – falar. Ou seja, uma pessoa que falava “o que ia acontecer mais adiante” ou “em nome de alguém”.<sup>23</sup>

Essas SDRs relacionam-se ao campo enunciativo *religioso*, na medida em que, ao inflamar o Nós (trabalhadores) contra o Eles (governo + multinacionais), a posição assumida é a de uma espécie de sujeito que ilumina os operários e acende a chama de sua ação consciente contra as trevas da mentira e dos desmandos dos patrões e governantes. A imagem do líder sindical produzida aqui dialoga com a imagem profética do sujeito comum que foi iluminado para conduzir seu povo à liberdade, estabelecendo uma analogia, como exemplo, à narrativa de Moisés, na bíblia.

Na SDR 4, a materialização da polarização argumentativa decorre da anteposição do Eles elíptico do verbo “diziam” ao salário da classe trabalhadora/nosso salário. Demonstrando que o Eles culpava o Nós pela alta da inflação, o que não se verificou real,

---

<sup>23</sup> Definição retirada da versão online do Dicionário Houaiss, a qual poderá ser encontrada no seguinte endereço virtual: <https://www.dicio.com.br/profeta/>.

pois após 5 (cinco) anos de não realização dos interesses do Nós, a inflação continuava alta. Ou seja, tal argumento apenas escamoteava os interesses do Eles. Vemos, assim, a relação de oposição entre Nós, detentores da verdade, e Eles, da mentira. Já na SDR 3, a oposição ocorre através do Nós (operários), que, pelo sindicato, estão organizando “aqui” (Estádio da Vila Euclides) uma festa frente ao Eles (governo + multinacionais), responsáveis por levarem um jogador de futebol “lá” (festa oficial organizada pelo governo no Pacaembu). O referente “festa em comemoração ao dia do trabalhador” está sendo (re)direcionado pelo locutor (Nós), a fim de dominá-lo e dar uma orientação específica ao seu sentido: só é festa do trabalhador se for organizada pelo trabalhador. Com base em Orlandi (1987), podemos enquadrar tipologicamente esta SDR dentro de uma tendência ao discurso polêmico, caracterizado pela polissemia controlada, na qual os participantes visam a dominar o referente para dar uma perspectiva particularizante sobre o que se o olha e o que se diz.

No quadro esquemático desta tipologia, o sujeito X é definido em oposição ao sujeito Y, esquematicamente,  $X = O$  que não é Y. Sendo que X pode ser materializado como “Nós, operários” e Y como Eles, composto por “governos e multinacionais”. Assim, compreendemos que o sujeito formado dentro da “retórica do fogo” é constituído em oposição ao seu inimigo/adversário e pode ser sintetizado, esquematicamente, como o operário é o que o governo e as multinacionais não são.

Além disso, é possível avaliar as SDR3 e 4 com base na modalidade argumentativa polêmica, nos termos de Amossy (2017), uma vez que elas promovem, através da encenação de seu discurso, a *dicotomização* (Nós X Eles), a polarização (Eles contra Nós) e a *desqualificação* do outro (Eles não querem que Nós). A função que a polêmica cumpre como estratégia argumentativa, no caso do material de análise, é a de protesto, pois funciona como uma forma de acusar e denunciar. Ou seja, a polêmica pública como meio de apontar erros e levantar-se contra seus adversários. O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança; estando inscrito em uma relação de poder, acontece como ato de resistência.

Em suma, o discurso polêmico aparece aqui como um meio de ação coletiva. Se ele exacerba um conflito de opiniões, é para contribuir com a derrubada de um determinado *status quo*. Dessa forma, a polêmica também contribui para criar uma ilusão de unidade em torno de um princípio comum, permitindo que grupos com muitas divergências possam juntar-se em torno de uma mesma pauta, como são os casos das melhores condições sociais e salariais para o operariado. De forma ambivalente, a

polêmica que divide é a mesma que conecta, uma vez que que um inimigo em comum agrega. É nesse sentido que a voz operária de Lula expõe grupos antagônicos, operários e patrões, e, com isso, autoriza encontros do Nós no espaço público, como o da assembleia sindical.

O segundo sujeito, o *expert*, relacionado com a “retórica da eletricidade”, é marcado por uma voz que conduz o público através de um tom frio e que apenas presta contas aos seus mandatários. Pode-se ver isso nas SDR 1 e 2, nas quais há um repasse dos resultados da greve até o momento e orientações de como seguir em diante. Na SDR 1, o Nós (diretoria do sindicato) realiza três ações: voltar, assumir e começar. Já na SDR 2, há um certo *tom professoral* na expressão “estamos entendidos”<sup>24</sup>, além do uso enfático do verbo no modo imperativo “saíam”, o qual indicaria não necessariamente uma ordem, mas uma orientação a partir do que estava sendo discutido anteriormente, conforme demarcado pela ação “fazer um pedido”.

Podemos relacionar essas SDRs ao *campo enunciativo didático-pedagógica*, a qual, segundo Orlandi (1987), insere-se entre os discursos do tipo autoritário, uma vez que o referente está ausente, oculto pelo dizer, e há um agente exclusivo, resultando em uma polissemia contida, na qual os interlocutores são representados como instrumentos de comando. Este tipo de discurso pode ser esquematizado como, *A orienta R a B*. Sendo A a diretoria do sindicato, B, os operários e R, a greve. Este tipo de discurso é um dizer institucionalizado sobre as coisas que se garante garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende. Em outras palavras, é um discurso que *autoriza e orienta* uma ação, a greve, através da sua institucionalização via sindicato, garantindo a continuidade da ação a partir da garantia da legitimidade da instituição. Assim, o referente “greve” está definido a partir da posição-sujeito *sindicalista* e é legitimado a partir da legitimidade de seu instrumento. A greve (ação) legitima o sindicato (instrumento) e é legitimada por ele.

Courtine (2015) discute que o movimento do sujeito enunciativo *profeta da revolta* para o *expert* é uma marca do efeito da burocratização estatal sob o discurso operário ao longo do século XX. O interessante é perceber que Lula, enquanto líder sindical, caracteriza-se por articular estes dois sujeitos enunciativos, que materializam-se em uma tendência que vai do *discurso polêmico* ao *discurso autoritário*, pois ao mesmo tempo em que inflama os trabalhadores e os incentiva a permanecer em greve,

---

<sup>24</sup> Agradecemos à professora Mônica Zoppi-Fontana que, durante a defesa da dissertação, nos alertou sobre a possibilidade discursiva, nesta SDR, de um Nós sem Eu, na medida em que a ação engendrada pelo sujeito coletivo visa uma ação apenas dos sindicalizados e não dos sindicalistas.

instrumento de luta para a conquista de melhores condições de trabalho, ele conduz os trabalhadores a não simplesmente se revoltarem de forma desorganizada. Dessa maneira, produz simultaneamente ordem e desordem, condução e inflamação. Consequentemente, materializa-se como efeito-sujeito, como imagem de um profeta da revolta.

Outro elemento relevante para se destacar é que, consoante Courtine (2015), a eloquência operária que articula o clamor confuso dos protestos populares utiliza tanto o emprego verbal quanto o corporal do orador. Para Courtine (2015, p. 281): “da voz do povo emerge o corpo do povo”. Dessa forma, as multidões populares tendem a produzir líderes à sua imagem e semelhança. É no repertório de gestos e de hábitos corporais do trabalhador manual que o líder vai se constituir como corpo coletivo. A “brutalidade” dos gestos demarca que aqueles que durante muito tempo foram excluídos da política e privados do exercício da fala pública passaram a tomar à força o microfone e o palanque. Com isso, rompe-se com a tradição de discurso moderado da retórica política burguesa tradicional.

É importante ressaltar que, apesar de os dois pronunciamentos terem sido gravados por mecanismos audiovisuais, ambos não foram produzidos para serem transmitidos via televisão e/ou cinema. Os pronunciamentos foram realizados por e para o dispositivo palanque, característico do movimento operário brasileiro do final da década de 70 e durante toda a década de 80. Como verifica-se nas quatro SDRs, as marcas da eloquência operária são muito nítidas em ambos os pronunciamentos, como se deixa entrever pela (i) indiferença em relação ao rebuscamento das palavras, (ii) pelo desinvestimento em relação às técnicas argumentativas sofisticadas e (iii) pela valorização de uma persuasão fundamentada na repetição. Além disso, a partir da análise do material audiovisual, é importante ressaltar os elementos característicos nos usos da voz, dos gestos corporais e da construção de uma imagem que articule ao mesmo tempo a figura do excepcional – vinculada ao sujeito enunciativo *expert* – com a figura do sujeito comum, vinculada ao sujeito enunciativo *profeta da revolta*.

Por fim, concluímos que o sujeito enunciativo *Lula sindicalista* é constituído por uma articulação contraditória de diversas imagens que se aliam e se confrontam, como a do fogo e da eletricidade; do *expert* e do profeta da revolta; do comum e do excepcional. A partir das quatro SDRs, identificamos que o *discurso operário lulista* realiza-se através de marcas que pertencem, a um só tempo, ao campo enunciativo *religioso e ao campo enunciativo pedagógico*, projetando uma imagem de líder que é uma voz do saber, *expert* em fazer greves e em dar respostas ao problemas dos operários, e que, por isso, pode

conduzi-los. Ademais, é também uma voz da revolta que fomenta uma reação contra as mentiras e os desmandos dos adversários/inimigos. A figura do líder sindical é definida aqui pela ação que realiza, fazer greves; pela instituição que representa e a partir da qual é representado, o sindicato; pela oposição a seus inimigos/adversários, o governo e as multinacionais, uma vez que possuem interesses opostos.

### **3.3 O Eu candidato à presidência em 2002**

No Brasil, a eleição presidencial de 2002 inaugurou uma era inédita em sua história política, pela primeira vez, um candidato de esquerda havia chegado ao governo. Após três tentativas frustradas, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), conseguiu eleger-se presidente, tendo obtido aproximadamente 53 milhões de votos. Tratava-se da 4ª eleição presidencial do país após a promulgação da Constituição Federal de 1988, realizada em dois turnos, sendo que o primeiro havia acontecido em 6 de outubro de 2002 e o segundo, em 27 de outubro de 2002. A *Carta ao Povo Brasileiro*, de autoria de Lula, divulgada em 22 de junho de 2002, representa uma mudança discursiva e de projeto do PT. Quando foi escrita, Lula era o candidato favorito a vencer as eleições, segundo o Datafolha (2002), com 37% das intenções de voto.

Singer (2012) argumenta que a Carta simboliza uma mudança na política de alianças do PT a partir da avaliação de que as estratégias anteriores do partido não haviam logrado bons resultados. Em 1989, quando o PT lança Lula, a imagem apontava para o estereótipo do sindicalista: o operário “chão de fábrica” sem barba feita, sem terno alinhado e com uma postura comportamental mais tipicamente ligada à esquerda política. Em 1994 e 1998, o ex-sindicalista parece adaptar-se melhor às normas de comportamento dos outros candidatos que já ocuparam a cadeira presidencial, porém sem grandes mudanças nas estratégias discursivas e na política de alianças. Somente em 2002, após uma profunda mudança discursiva, visual e gestual, Lula, um sujeito sem escolaridade superior ou mesmo segundo grau, apresenta-se com barba feita, camisa social e gravata, terno alinhado, com uma voz amena e um carisma humanizado.

Para analisar as *nóscaptações* (DAHLET, 2016) presentes na Carta ao Povo Brasileiro, selecionamos 8 (oito) sequências discursivas de referência (5 a 12), as quais estão enumeradas ao longo desta seção a fim de discutirmos os movimentos do Nós do Lula na função de candidato à Presidência em 2002. Os destaques nas sequências são

nossos. Neles marcamos termos chaves em cada uma das SDR, almejando facilitar nossa análise e o acompanhamento dos nossos raciocínios por parte do leitor.

Como a Carta ao Povo Brasileiro emerge através de um momento de campanha eleitoral, o Nós essencialmente visa a aproximar o candidato a seus possíveis eleitores e às suas alianças político-partidárias, bem como opor-se aos seus adversários. Assim, de forma geral, podemos afirmar, consoante Dahlet (2016), que há a presença de um único tipo de Nós, o *inclusivo restrito*; apesar disso, há oscilações nos valores destes Nós de acordo com três modelos. Como fórmula geral, na Carta, o Nós materializa-se da seguinte forma:  $NÓS = EU + VOCÊS (VARIÁVEL) - ELES (Governo/atual modelo)$ . A partir disso, propomos os seguintes valores semânticos para o Nós: (i)  $NÓS = LULA + POVO BRASILEIRO - GOVERNO$ ; (ii)  $NÓS = LULA + PT - GOVERNO$ ; (iii)  $NÓS = LULA + PT + PARCEIROS (Vasta coalizão) - GOVERNO$ .

Essas formas semânticas do Nós permitem a oscilação dos valores, de modo que essa indefinição atribui contornos vagos a esses signos, promovendo uma ilimitação por não delimitar suas comunidades em fronteiras rígidas. Dahlet (2016) defende que tão importante quanto a composição de valores é a visibilidade comunicativa da própria operação de composição e recomposição dessas entidades coletivas. Essa visibilidade é fundamental, pois realiza-se dentro de uma campanha eleitoral que visa a aderência do maior número possível de pessoas, como exige o “jogo democrático”.

Discutiremos essas oscilações dos valores semânticos para o Nós na Carta a partir de dois tópicos. De forma geral, o primeiro pode ser sintetizado como uma operação de constituição de um *sujeito coletivo ampliado*, denominado Movimento em Defesa do Brasil, conforme os termos utilizados na própria Carta. Já o segundo tópico podemos sintetizar pela operação de polarização com os adversários políticos, o governo Fernando Henrique Cardoso, simbolizada pela fórmula que propomos acima pelo (- ELES).

No primeiro tópico, as variações dos valores do Nós engendram uma indeterminação na qual se estabelece uma relação entre o locutor, o Partido dos Trabalhadores e os parceiros – como ele nomeia a vasta coalização de apoio à sua candidatura, como veremos na SDR 7. Através da ideia de “nosso projeto”, ele articula os diversos atores sociais, empresários, prefeitos, parlamentares, que se somam à sua candidatura, a qual representa, como ele mesmo denomina, um “novo horizonte para o país”. Além dos atores citados na SDR 7, acresce-se ao Nós o povo, que neste contexto refere-se hegemonicamente à ideia de nação/país. No caso das SDR 5, 6 e 8, pode-se

perceber a tentativa de angariar o maior número de votos no intuito de eleger-se Presidente através da soma dos parceiros com o povo.

*SDR 5: O Brasil* quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em **nosso país** uma poderosa **vontade popular** de encerrar o atual ciclo econômico e político;

*SDR 6: Nosso povo* constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do **país** ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras;

*SDR 7: Prefeitos e parlamentares* de partidos não coligados com o **PT** anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao **nosso projeto**. Trata-se de uma **vasta coalizão**, em muitos aspectos **suprapartidária**, que busca abrir **novos horizontes para o país**;

*SDR 8: Estamos* conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o **PT** está disposto a dialogar com **todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo**, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao **povo brasileiro**;

De acordo com Orlandi (2005), a palavra “povo” pode significar de maneiras distintas a partir da relação da linguagem com o político, o social e o histórico. Para compreender os sentidos possíveis engendrados pelo termo, deve-se refletir sobre quais relações ele estabelece com o sujeito enunciador e sobre a necessidade desse sujeito de “estar com”, de produzir-se em sociedade através de um ajuntamento, uma quantidade concentrada. O Nós-povo, expresso em “nosso povo”, na SDR 6; “nosso país” e “vontade popular”, na SDR 5; “todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo” e “povo brasileiro”, na SDR 8, estão dentro da cena eleitoral nos marcos constitucionais do Estado brasileiro e da Nova República. Assim, nas SDRs acima mencionadas, o termo povo é constituído por um tipo de laço imaginário, no sentido de um vínculo historicamente marcado pela ideia de nação, o qual permite que um conjunto de sujeitos diferentes se mantenham *junto com*.

Para tal processo, há um apagamento de diferenças constitutivas na ideia de povo, para enfatizar uma dimensão genérica e indeterminada. Uma vez que as SDRs 5, 6 e 8 estão engendradas pelo discurso político, compreendida aqui no sentido aristotélico como esfera social que engloba tudo aquilo que envolve uma decisão pública, é importante ressaltar que o político, no caso do nosso *corpus*, é mediado por instituições, através do jurídico. Aspecto que, devido ao recorte de nossa pesquisa, não vamos aprofundar, mas que resumidamente compreendemos que é uma forma de institucionalizar essa relação



material entre a sociedade civil e o Estado. Quer dizer, uma forma social de ser-com mediada pelo Estado, responsável por engendrar como forma-sujeito o ser cidadão, tendo como uma das suas principais ações simbólicas, a dimensão eleitoral da cidadania, portanto, a do sujeito eleitor.

A interpelação do público enquanto *povo-eleitor* relaciona-se à cena política que propõe a Carta, pois enquadra-se dentro de um acontecimento de ordem pública, as Eleições Presidenciais de 2002. Como vimos, para ser eleitor, é necessário ser povo, ser cidadão. É através desta interpelação, nas quais o povo torna-se brasileiro, e, como grupo humano, tem vontades e aflições, como expresso nas SDRs 5 e 8. Podemos interpretar esse processo como o sintoma do lugar irrealizado do povo, como projeção política do futuro da sociedade, processo imaginário constantemente atualizado no discurso político. O funcionamento da palavra povo como projeção de uma realização material simbólica, encarnada no grupo que se identifica com a posição discursiva do candidato de quem é eleitor, é fundamental ao *vir a ser* da democracia, de um projeto político de governo.

Povo aqui pode ser relacionado com uma esperança que demanda investimentos, uma potência que ainda não se realizou, mas que pode se realizar em conjunto com uma candidatura, com um novo governo, com um líder. Então, ser povo-eleitor, na perspectiva engendrada pela Carta, é condição do movimento de transformação da sociedade. Nesse caso, simbolizado pelo movimento de mudança de um governo para o outro, de um projeto político para o outro. Já nas SDR 6 e 10, podemos observar duas concepções de sociedade subjacentes e distintas expressadas através dos termos “nosso povo” e “nosso imenso mercado”. Repetimos a SDR6 no intuito de rememorar ao leitor seu texto e de compará-la com a SDR10, reproduzida pela primeira vez:

*SDR 6: Nosso povo* constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do **país** ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras;

*SDR 10: O desenvolvimento de **nosso imenso mercado*** pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações;

Na SDR 10, a sociedade é concebida como coisa, como mecanismo, uma máquina que pode funcionar bem ou mal. O mercado é o sujeito que pode revitalizar e impulsionar essa *sociedade-máquina* em desenvolvimento, estabelecendo uma analogia entre o desenvolvimento do mercado e o desenvolvimento da sociedade brasileira. Já na SDR 6,

a sociedade é concebida como agente animado, que constata qual é a situação do país, sendo dotado de afetos, como pesar e indignação. Dessa forma, a expressão “povo brasileiro”, por mais que se constitua como expressão na terceira pessoa gramatical, pode aqui tanto simbolizar um agente, no qual o sujeito enunciador pretende *fazer com*, quanto um objeto, na medida em que o sujeito enunciador quer *fazer para*.

Dessa maneira, as oscilações do *Nós inclusivo restrito*, através da associação entre povo (eleitor), coligação (parceiro) e PT (partido) é realizada e realiza efeitos de sentido de construção de um campo comum, de uma comunidade de existência, com desejos, demandas e afetos, que, através da ação de votar, constitui um imaginário de unidade. Essas oscilações visam, através do imaginário da figura do sujeito coletivo enunciada pelo Nós por uma injunção de distintas identidades, fazer agir, movimentar pessoas e sentidos em prol da conquista de um cargo no poder executivo.

Retomando a fórmula geral proposta para as configurações do Nós na Carta, NÓS = EU + VOCÊS (Variável) - ELES (Governo/atual modelo), no primeiro tópico, discutimos as variações do Vocês através da palavra povo. Já no segundo, discutiremos a operação de polarização com os adversários políticos, simbolizada pelo (- ELES). Essa operação demarca a dicotomia, a polarização e a utilização de argumentos *ad hominem* em relação ao modelo político-econômico vigente do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1998 a 2002), antecessor imediato do governo Lula de 2002.

A modalização discursiva do pronunciamento de Lula – através das estruturas argumentativas dicotomização, polarização e desqualificação – atribui tons polêmicos à Carta, trazendo à cena pública uma posição antagônica sobre a política brasileira em relação ao governo predecessor como forma de angariar adesão no principal rito deliberativo do país da época, a eleição presidencial de 2002. Ao abordar um assunto de interesse coletivo, o pronunciamento ultrapassa, portanto, as características de uma discussão ou uma disputa, de modo que o conflito expresso coloca em debate para a nação os princípios sobre os quais os grupos sociais devem se posicionar e escolher.

Nas SDR 8 e 9, logo abaixo, o Nós (= Lula + PT) coloca-se em oposição ao atual governo (Eles). Com isso, verificamos uma operação de dicotomização. Estes dois grupos se polarizam, uma vez que expressam projetos diferentes de país; logo, assumem papéis distintos, estabelecendo os lugares políticos de oposição (Nós) *versus* situação (Eles). Além disso, há a presença de argumentos de desqualificação (*ad hominem*) em relação ao governo, o oponente. Repetimos a SDR8 no intuito de rememorar ao leitor seu texto e de compará-la com a SDR9, reproduzida pela primeira vez:

**SDR 8: Estamos** conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o **PT** está disposto a dialogar com **todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo**, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao **povo brasileiro**;

**SDR 9: O atual governo** estabeleceu um equilíbrio fiscal **precário** no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de **nossa** moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, **o governo** não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia;

Na SDR 8, observamos as dimensões públicas de uma divergência e a tentativa de convencer a coletividade de um determinado posicionamento, transitando da voz dos atores concretos, Lula (representando a oposição) e Serra (representando a situação), para a voz abstrata dos actantes sociais. Nesse processo, organiza-se o dissenso em dois conjuntos antagônicos no plano da divisão da estrutura actancial entre adversários, sendo eles: o proponente (Lula + PT), o oponente (o governo em exercício) e o terceiro (todos seguimentos da sociedade/povo brasileiro). Consoante Amossy (2017), esta divisão instaura uma operação de polarização, a qual realiza agrupamentos em campos diversos, não em uma ordem puramente conceitual, mas também social, que coloca um nós (PT) diante de um eles (PSDB), estabelecendo campos adversários.

Dessa forma, a polêmica materializada na SDR 8 pode ser considerada como uma gestão do dissenso, garantindo o direito à diversidade e estimulando a politização social, instrumento que desautoriza a violência. Tal estratégia torna-se benéfica às sociedades democráticas, uma vez que estimula mecanismos de persuasão em vez de eliminação e ataque físico às diferenças. A polêmica, via política, instaura, por um lado, mecanismos de construção de elo social; por outro, mecanismo de protesto e de posicionamento.

Na SDR 9, pode-se notar a desqualificação da tese defendida pelo governo através do ataque à sua imagem. O governo estabeleceu algo precário e, além disso, não trabalhou suficientemente. É a partir de uma ação e de uma não-ação que o atual governo é caracterizado e responsabilizado pela crise econômica. Podemos considerar este processo como um argumento *ad hominem*, na medida em que evoca uma centralidade na desqualificação do governo ao qual faz oposição, realizando uma análise desfavorável dos motivos e das circunstâncias que motivam seu adversário. O Nós antagoniza com o Eles, colocando em xeque sua autoridade, competência e confiabilidade. Tem-se, então, o ataque à tese do adversário pela tentativa de demonstração da contradição de suas ações e formulações. Incide fortemente, portanto, sobre o aspecto lógico/proposicional.

Há, ainda, a presença do *Nós de majestade ou autor* na Carta, como deixa entrever a expressão “um Brasil de todos”, como veremos a seguir na SDR 11. O termo “todos” oscila em termos qualitativos, podendo expressar tanto um sentido mais ilimitado quanto um sentido mais restrito, podendo excluir, por exemplo, o campo que envolve e defende o atual governo, como revela a expressão “todos os que querem o bem do Brasil” na SDR 12, também destacada abaixo. Através da paráfrase, opõe-se um “Brasil de todos” ao Brasil de alguns, ideia expressa implicitamente no *slogan* dos governos Lula (2003 a 2010).

*SDR 11:* Quero agora reafirmar esse **compromisso histórico** com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um **Brasil** mais solidário e fraterno, **um Brasil de todos**;

*SDR 12:* O **Brasil** precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo **todos os que querem o bem do Brasil** a se unirem em torno de **um programa de mudanças corajosas e responsáveis**.

Filiado a essa rede de enunciados, o termo “todos” pode demarcar a ideia de incluir os tradicionalmente excluídos do cenário político, econômico e jurídico brasileiros, uma vez que o conceito de cidadania na atualidade organiza-se na interface discursiva entre esses discursos. Dito de outro modo, ao ser enunciado em uma formação discursiva da esquerda política brasileira, que respeita o *jogo democrático*, pois *disputa* eleições e pretende validar o seu projeto de país pelo crivo da população, o “todos” passa a veicular a perspectiva de que propõe incluir grande parcela dos brasileiros e brasileiras historicamente esquecidos pelas políticas de Estado e na distribuição de riquezas. Já a expressão “todos os que querem o bem do Brasil” demarca a constituição de um campo político ideológico, favorável à inclusão social desse “todos” – excluídos –, atitude contrária àquela do modelo político vigente, definido, parafrasticamente, como um modelo que beneficia apenas “alguns”, a elite.

A dicotomia todos/alguns no discurso político representa uma polarização de projetos políticos e de sujeitos sociais demarcados por diferenças de classe. Tal polarização é interessante, além disso, para se pensar o discurso político no Brasil, historicamente marcado pela exclusão de uma maioria social em prol dos benefícios de uma minoria<sup>25</sup>. Em síntese, a Carta pode ser compreendida, a um só tempo, como (I) uma carta *do* brasileiro, a partir do momento em que o autor coloca-se como povo; (II) uma

---

<sup>25</sup> A esse respeito, remetemos novamente a Souza (2019).

carta *para* o povo brasileiro, na medida em que ela o coloca como interlocutor direto; e (III) uma carta *pelo* povo brasileiro, uma vez que defende a ideia de um projeto de inclusão das vontades populares em um plano de governo.

Por fim, o sujeito enunciativo *Lula candidato à presidência* é constituído por duas operações. A primeira, como discutido acima pelas oscilações internas ao *Nós inclusivo restrito*, constrói efeitos de imaginário de unidade ao projetar um Nós-povo-eleitor. O candidato é expresso como porta-voz do povo. A segunda, pela operação de polarização, constrói efeitos de sentido que materializam o Nós (a candidatura do povo e em prol do povo) *versus* o Eles (o atual governo fracassado). O *candidato* é expresso como o que não é o atual governo, o “novo”. Dessa forma, o sujeito candidato é definido por um saber, projetando-se como conhecedor da realidade do povo e como parte de uma grande coletividade, o povo. Opõe-se, para tanto, ao que é atual e fracassado: o governo FHC.

### **3.4 O Eu presidente: o primeiro mandato (2003-2006)**

Os pronunciamentos após a vitória eleitoral conferem ao enunciador, agora visto como Presidente, um efeito-sujeito que passar a falar como poder executivo, o que requiere que o *presidente* agregue tanto os eleitores que o elegeram quanto os que não o apoiaram. É um pressuposto deste sujeito agir em favor do bem estar coletivo. O sujeito candidato pode despertar mais empatia e representatividade em parcela do eleitorado, mas a posição institucional supõe que o presidente seja de todos e todas. Desta posição, fala a voz do Estado, *locus* de uma ou mais nação e povo, constituídos em uma totalidade.

Para a análise do Nós no pronunciamento de posse de Lula como Presidente da República em sessão solene no Congresso Nacional Brasileiro, em Brasília, na data de 1º de janeiro de 2003, selecionamos cinco sequências discursivas de referência. A partir desse dispositivo<sup>26</sup> de fala pública, o pronunciamento direciona-se a públicos de lugares físicos e simbólicos distintos, podendo serem influenciados tanto pelos efeitos de distância-próxima quanto de proximidade-distante (COURTINE, 2015).

No que diz respeito à *distância-próxima*, destaca-se a condição da tribuna de fala interna ao Congresso Nacional, na qual o presidente discursou para representantes do

---

<sup>26</sup> Dispositivo é um conceito cunhado por Michel Foucault atinente aos diversos mecanismos institucionais, físicos e administrativos pelos quais exerce-se o poder dentro da sociedade. São conhecimentos, práticas, técnicas e instituições historicamente estabelecidas pelos quais as relações de poder são estruturadas (COURTINE, 2015). Courtine (2015) utiliza-se desse conceito para discutir os aparatos, saberes e formas da fala pública ao longo do século XX.

Legislativo e demais autoridades. No sentido inverso, a *proximidade-distante* revela-se por dois tipos de transmissão, a via televisão, destinada à grande maioria do povo brasileiro, transmitida, inclusive, internacionalmente; e a via telões, instalados no espaço externo ao Congresso, no qual apoiadores do Presidente de diversas regiões do país (re)uniram-se para acompanhar seu ato de posse. A divisão espacial do Congresso propõe que os corpos eleitos estejam dentro e os corpos eleitores estejam fora, marcando uma distância não só ritualística, mas política e jurídica. Abaixo, as SDR 13 a 17:

*SDR 13:* Creio num futuro grandioso para o **Brasil**, porque a **nossa** alegria é maior do que a **nossa** dor, a **nossa** força é maior do que a **nossa** miséria, a **nossa** esperança é maior do que o **nosso** medo;

*SDR 14:* É por isso que hoje conclamo: **vamos** acabar com a fome em **nosso** país. **Transformemos** o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de **todos**, sem distinção de classe, partido, ideologia;

*SDR 15:* Trata-se de uma poderosa energia solidária que **a nossa campanha** despertou e que não **podemos** e não **vamos** desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em **nosso Governo**;

*SDR 16:* Sobretudo **vamos** produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por **nossas** próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela **nossa** inteligência e pelo **nosso** suor.

*SDR 17:* Sim, **temos** uma mensagem a dar ao mundo: **temos** de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque **nós** somos o novo, **somos** a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do **povo**, muitas vezes, à revelia das **elites**, das instituições e até mesmo do **Estado**.

De imediato, deve-se notar a ausência de um Nós excluindo o interlocutor (EU + ELES – VOCÊS). O contexto do pronunciamento pós-vitória pode explicar essa *ausência presente*. Após ganhar as eleições, a formalidade política institucional rege aquilo que pode-se e deve-se dizer de forma rígida e marcada, tornando necessário o apagamento ou, pelo menos, a amenização das divisões simbólicas necessárias à ritualidade da campanha eleitoral, uma vez que é imperativo parecer – até mesmo, simular – que a vitória é fruto de uma ação coletiva, gerando a maior identidade possível entre a figura executiva máxima do Estado e o projeto comum da(s) nação(ões) governadas.

Há, portanto, uma expectativa de pacificação das animosidades, divergências e contradições em prol das alianças, colaborações e harmonia nesses pronunciamentos, marcando linguístico-discursivamente um Nós que figura como a fusão do Eu com todos

os Não-eu, sem exclusividades. Esse Nós é a expressão simbólica do imaginário de um único corpo coletivo que reconhece que todos e todas devem estar igualmente representados (na diferença), como – potencialmente – iguais; pelo menos, no sentido político-jurídico. Tal estratégia de consenso decorre, enfim, da tentativa de reversão do estímulo ao dissenso, marca do processo eleitoral.

Não obstante, a *função inclusiva*, presente nessas SDR, do Nós oscila bastante e demarca a constituição de algumas comunidades de ação diferentes. A primeira delas demarca a ideia de povo como nação e pode ser representada pela fórmula NÓS = EU + POVO BRASILEIRO, como visto na SDR 13, onde o Nós-Brasil tem alegria, dor, força, miséria, esperança e medo. A segunda, pela ideia de governo, através da fórmula NÓS = EU + GOVERNO, exemplificada nas SDR 14 e 15, nas quais o Nós é agente de transformação. A terceira, nas SDR 14 e 16, demarca-se a ideia de união entre governo e povo para solucionar problemas nacionais históricos, como a miséria e o subdesenvolvimento econômico, associados à fome e ao desemprego. Dessa forma, o movimento de inclusão realizado pelo Nós constrói um imaginário de união em torno de sujeitos coletivos diferentes, segmentados, ainda, pela ideia de representantes e representados, do modo mais especular possível, uma vez que possuem o mesmo objetivo: o de construir um plano de desenvolvimento e de inclusão para o Brasil.

Singer (2012) discute esta marca de inclusão do Nós, mas na perspectiva das Ciências Políticas, visto vez que ele afirma que o modelo político projetado por Lula visava, desde o início, como pudemos avaliar na Carta, diminuir a pobreza com a manutenção da ordem econômica vigente, adotando políticas de combate à miséria e ao desemprego pelo incentivo ao mercado interno, sem confronto com o capital financeiro.

Dessa forma, as oscilações do *Nós inclusivo* construído por Lula mostra-nos esse movimento de apagamento das diferenças entre as classes sociais, ensejando uma espécie de *política de despolitização*, a qual garantiria a ritualidade, o respeito às instituições e à tradição político-econômica, mas “romperia”, até certo ponto, a perspectiva – associada à burocracia formal e à gestão antipopular – dessas instâncias frente aos representados. *Política* porque garante as posições de proponente e oponente na cena pública; *despolitização* porque tende a esvaziar o debate. Não se deve confundir, de forma alguma, esse funcionamento discursivo com a *antipolítica*, que consiste na tentativa de romper com os pressupostos deliberativos institucionais da *polis* pela superação da polêmica rumo à violência e anulação do outro. Há, com isso, a representação simultânea de um sujeito coletivo e de si próprio como agente e integrante de uma coletividade: a nação.

Passemos à presença do *Nós de majestade e autor* na SDR 14. Como vimos com Dahlet (2016), este Nós pode ser considerado como uma ampliação do Eu a uma forma mais massiva e solene, tornando-se menos definida. Dito de outro modo, trata-se de uma forma autoinclusiva do Eu em uma comunidade estendida e ampliada. Essa operação é demarcada pela adjunção generalizante “todos”, fundamento simbólico da construção de um pacto nacional pós-eleição. Note-se também os sentidos de povo em oposição à elite e ao Estado na SDR 17. Como discutido anteriormente, a palavra povo varia de sentido a depender de sua relação com as FD’s, *loci* do sentido na linguagem. O campo enunciativo político em questão promove um efeito de sentido de nação, presente tanto neste pronunciamento quanto na Carta.

Não obstante, na SDR 17, a palavra povo aparece em conjunção com o *Nós inclusivo*, representando, por um lado, a união entre governo e população, e, por outro, a disjunção em relação às elites e ao próprio Estado. O conceito de povo, ao sobredeterminar o de classe sociais, apresenta mais concretude sob este ponto de vista, levando-nos a conhecer um sujeito social e político que atravessa diversas épocas históricas e políticas distintas. O povo emerge, então, como o outro explorado, excluído do sistema de produção; até mesmo, o miserável. Ou seja, povo, significado como pobre, simboliza uma formação discursiva da esquerda política que precisa – deve –, de alguma forma, relacionar seu projeto às assimetrias entre as classes sociais, opondo os pobres às elites, dadas as formas desiguais de apropriação da produção econômica coletiva. Por conseguinte, o povo significa também pela sua posição de oprimido, uma vez que, à revelia do Estado, é marginalizado e excluído de um conjunto de direitos fundamentais garantidos pela Constituição de 1988, conhecida pelo epíteto de “Constituição Cidadã”.

Em conclusão, o sujeito *presidente* é constituído por duas imagens simultâneas, a de *saber fazer* e a de *falar o saber*. A presença da *retórica da eletricidade* nas SDRs acima analisadas, projeta uma imagem de *expert*, daquele que ganhou as eleições porque sabe fazer melhor que seu adversário. A imagem de porta-voz do povo – brasileiro, pobre, oprimido – produz um efeito de autoridade à parte, pelo qual se fala o saber. Trata-se de um indivíduo que superou a miséria na vida pessoal e, em vista disso, saberia como fazer isso pela estrutura do Estado. Na voz do presidente, fala o Estado; na do porta-voz, fala o povo. O sujeito *Lula presidente* emerge da articulação dessas vozes.



### 3.4.1 O Eu presidente: o segundo mandato (2007-2010)

No pronunciamento de posse de seu segundo mandato, as mudanças sociais realizadas levaram não só Lula a se reeleger com números expressivos, mas, além disso, promoveram transformações consideradas importantes na sociedade brasileira. Interessanos, em especial, triangular as SDR do nosso *corpus*, os dados produzidos pelo Datafolha (2006) e as contribuições de Singer (2012) para o entendimento das movimentações internas da representatividade do Lulismo. Segundo o Datafolha (2006), Lula obteve, em 2002, 58,3 milhões de votos, o que equivale a 60,8% dos votos válidos, superando os 52,7 milhões de votos obtidos no segundo turno das Eleições Presidenciais de 2002, conseguindo ampliar sua base eleitoral. A distribuição territorial dos votos aponta, além disso, para o fato de Lula ter sido o primeiro presidente desde Juscelino Kubistchek a conseguir ser eleito sem ter sido o mais votado no estado de São Paulo.

O ex-presidente começou seu segundo mandato com 500 mil votos paulistas a menos do que em 2002, porém, conseguiu impressionantes 77% dos votos válidos nos nove estados nordestinos, quase 20 milhões de votos. O desempenho de Lula no Nordeste é a maior votação proporcional de um candidato em uma das cinco regiões do país nos pleitos realizados desde 1945. Essa região, sozinha, respondeu por 33% da votação de Lula. Esses dados corroboram a interpretação de Singer (2012), segundo a qual, a partir de 2006, ocorreu um realinhamento eleitoral que possibilitou o surgimento do lulismo como movimento político.

Singer (2012) defende que o lulismo opera uma rearticulação ideológica que transforma a centralidade do conflito na política brasileira. Antes, a partir do conflito entre direita e esquerda; depois, o antagonismo entre ricos e pobres, significando seu eleitorado menos por “trabalhadores” e mais por “pobres”. Esse modelo de dicotomização e polarização, não apenas político, mas fundamentalmente sócio econômico, aparece nas SDR abaixo, retiradas do pronunciamento de posse de Lula em 2007:

*SDR 18:* porque eu digo sempre que chegar onde eu cheguei, saindo de onde eu saí, eu só posso dizer que existe um ser superior que decide os destinos de **cada um de nós** e, por isso, eu estou aqui;

*SDR 19:* Em momentos muito difíceis, quando alguns imaginavam que o jogo tinha acabado, **o povo** entrava em campo e dizia claramente: **nós** construímos a democracia deste **País** e **nós** vamos sustentar a democracia deste **País**, custe o que custar, doa a quem doer;

*SDR 20:* Sou profundamente grato a essa convivência com meu companheiro José Alencar, **meu vice-presidente** da República. Este homem que, na minha opinião, também por obra de Deus, fez com que **nós** nos encontrássemos, e embora tivéssemos origens muito semelhantes, ele trilhou um caminho e eu trilhei outro;

*SDR 21:* Quero agradecer **aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres e aos homens** deste **País** que não só nos ajudaram a consolidar a democracia, mas saíram às ruas para conquistar aquilo que durante muitos e muitos anos **nós** tentávamos conquistar e não conseguíamos;

*SDR 22:* Eu tenho noção do que significa as coisas que **nós** fizemos, tenho noção que já **fizemos** muito;

*SDR 23:* E ter a certeza de que os **seus filhos** vão estudar numa escola de qualidade e que **os filhos das pessoas mais pobres deste País** têm que sonhar em ter acesso à mesma universidade do filho do mais rico deste País, porque é assim que **a gente** vai construir uma democracia forte, uma democracia sólida;

*SDR 24:* Agora, nessa minha relação com o **povo brasileiro**, desde quando eu comecei, no movimento sindical, em 1969, em nenhum momento difícil da minha história esse **povo** faltou com a solidariedade, com o companheirismo, assumindo, às vezes, a tarefa de fazer aquilo que **nós** não tínhamos condições de fazer;

*SDR 25:* **Aqueles** que apostarem no fracasso do **Brasil** serão derrotados. **Aqueles** que acreditarem que este **País** nasceu para ser um país de crescimento inibido, para ser um **país** de eterno pequeno crescimento, podem começar a se preparar porque este **País** vai ter um crescimento vigoroso. Mas não um crescimento como tivemos em outra época, em que o **País** crescia e o **povo** continuava **pobre**, o **País** crescia e não se distribuía o resultado desse crescimento. **Nós** temos que ter consciência de que o **País** precisa crescer, mas o que precisa crescer, também, concomitante com o crescimento da economia, com o crescimento da indústria, com o crescimento da agricultura, é o crescimento da melhoria da qualidade de vida das **nossas** crianças, das **nossas** mulheres, dos **nossos** jovens.

Há, nesses excertos, a presença de dois tipos de Nós, os quais já discutimos anteriormente: o *Nós inclusivo restrito* e o *Nós de majestade*. Com eles, dois movimentos: o primeiro, a construção imaginária de uma comunidade estendida a partir a ideia de povo/nação, como na SDR 19, na qual o povo aparece como agente histórico de transformação do país, e a ideia imaginária genérica de humanidade, em oposição a um ser superior divino, dando contornos a uma imagem Nós-povo de Deus, como na SDR 18. Na posição de sujeito enunciativo, um grupo maior, seja definido pela ideia de povo relacionada à nação brasileira, seja definido pela de povo-humanidade, relacionado a Deus. O segundo, a comunidade seletiva, com oscilações, como a relação com seu vice Presidente, simbolizada pela relação entre o Presidente operário e o Vice empresário, como na SDR 20; o Presidente e seu governo, como na SDR 22; o presidente e seu passado sindicalista, como na SDR 24; por fim, o presidente, seu governo e seu povo,

sendo que aqui o povo oscila entre um sentido nacional e um sentido de classe, como na SDR 23.

Como afirma Dahlet (2016), a possibilidade de dar consistência a um corpo coletivo único através do Nós sempre pode falhar, uma vez que o discurso político – ou qualquer outro – está sempre sujeito a divergências. Para evitar isso, evoca-se memórias, conquistas, sentimentos e valores socialmente considerados intocáveis. Na SDR 18, através da relação com a religião, como alicerce do senso comum na sociedade brasileira, constrói-se a ideia de vontade divina para a superação da pobreza. O que permite não apenas certa mitificação da trajetória pessoal, na qual assume o viés de escolhido, mas também uma reafirmação da mudança social aproveitando as brechas no sistema ao mesmo tempo que garantindo-o. Retoma-se, portanto, a memória autobiográfica para associá-la à memória nacional religiosa, espiritualista e ordeira, produzindo a ressignificação coletiva da sua história pessoal. Na SDR 19, evoca-se a memória coletiva pela metáfora esportiva, associando o futebol a conquistas históricas do povo brasileiro, como a democracia. A retomada constante das práticas e saberes cotidianos populares visa a potencializar a eficiência comunicativa e representativa.

Apesar da polarização presente na SDR 25, entre Aqueles (oposição) e Nós (Governo + Povo brasileiro + Povo de deus), ela não se configura como a tônica principal do discurso, pois esse pronunciamento exalta uma vitória sem precedentes na história do Brasil. Lula evoca a polarização do período eleitoral de maneira a contrapor projetos políticos distintos ao longo da história brasileira, como o projeto de crescimento econômico dos governos PSDB (principal partido de oposição ao PT), que vigorou durante a década de 1990, e seu projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda, iniciado a partir de 2003.

Na SDR 21, o enunciador descreve sua base de apoio por sujeito sociais genéricos, quais sejam: trabalhadores, estudantes, mulheres e homens. Retoma, com isso, um movimento presente nas SDR 25, 23 e 19, nas quais pode-se notar a ideia de povo como grupo oprimido. Desassocia, para tanto, o sentido de povo do de nacional e restringe seus grupos de apoiadores, relacionando-os a lutas históricas, ao combate à fome, aos direitos trabalhistas e à ampliação de direitos às mulheres e de políticas públicas educacionais. Todas demandas diretamente relacionadas ao subproletariado.

Ao sair do povo genérico enquanto nação para o povo restrito ao subproletariado, Lula opera um movimento de fechamento das massas abertas em massas fechadas. Se no seu primeiro mandato, ele construía, retoricamente, um imaginário de um “país de todos”,

ênfatizando a inclus3o dos exclu3dos, em seu segundo mandato, parece construir um imagin3rio de aprofundamento dessa inclus3o, atrav3s da rela3o entre produ3o de riqueza e combate 3 pobreza.

Embora oriundo do sindicalismo, como presidente, ele evoca pouco essa imagem, aparecendo apenas na SDR 24. Ainda assim, n3o no sentido de ênfatizar a condi3o oper3ria, mas a condi3o popular. Nesse ponto, curiosamente, a troca de “oper3rio” e “trabalhador” por “povo” parece garantir um processo argumentativo de diminui3o da densidade sem3ntica da polariza3o, diluindo a oposi3o em categorias marcadas pela desigualdade de riquezas, em prol da maior abstra3o conceitual e da pr3tica hist3rica dos grupos sociais. Povo, at3 certo ponto, aponta para certa idealiza3o metaf3sica da unidade, permitindo um arrefecimento dos sentidos de contradi3o. A rigor, o povo, mesmo o pobre, n3o se organiza, mas, sim, as categorias que o comp3em. Esse seria, possivelmente, o processo elementar que permite o que temos sugerido como *pol3tica da despolitiza3o*.

Por ter nascido no ber3o do sindicalismo brasileiro, em S3o Paulo, o Partido dos Trabalhadores, quando chega 3 Presid3ncia da Rep3blica, constr3i-se por interm3dio de um imagin3rio popular e n3o trabalhista. 3 esse giro, ou – nos termos de Singer (2012) – esse realinhamento, que constitui o lulismo enquanto uma ideia, para al3m de apenas um governo. Povo, no discurso do *Lula presidente*, n3o retoma a imagem biogr3fica do seu tempo de oper3rio paulista das d3cadas de 1970 e 1980, mas do homem nordestino pobre de antes. Podemos considerar a dicotomia entre “pobre” e “trabalhador” como falsa, no sentido de que o povo pobre 3 trabalhador, mas isto revela qual parcela dos trabalhadores est3 na constitui3o deste imagin3rio, o subproletariado, representado pela ideia de povo-pobre-exclu3do-oprimido constru3do pelo sujeito *presidente*.

As transforma3es da fala p3blica de Lula do sindicalismo 3 presid3ncia parecem seguir 3 risca os tr3s sentidos apontados por Piovezani (2015), a saber: do fogo para eletricidade; da guerra para o esporte; da polis para o oikos (como preferimos abordar o fen3meno). O sujeito presidente conduz o povo a um projeto de na3o ao inv3s de inflamar os trabalhadores contra um projeto colocado. Disputa com os advers3rios ao inv3s de atacar os inimigos. Cuida e acolhe o povo como se fosse um filho que necessita de investimento para crescer e gerar bons frutos ao inv3s da for3a e brutalidade das den3ncias e da luta contra o sistema. 3 nesse sentimento de seguran3a e inclus3o que Lula unifica essa parcela da classe trabalhadora extremamente fragmentada, precarizada e

regionalmente concentrada, como é o caso do subproletariado, a qual passa a se constituir como maioria política e ter seus interesses no centro imaginário do governo.

Por fim, o sujeito *Lula presidente*, através do discurso de tipo autoritário (ORLANDI, 1987), imerso em uma retórica da eletricidade, produz uma imagem de sujeito que *faz por que sabe, porque é*. Este tipo de discurso pode ser esquematizado como *A faz R a B, pois é X*. Sendo A o presidente, B, o povo e R, a política de enfrentamento da pobreza e X, o pobre. É um discurso que autoriza e orienta uma política, combate à pobreza pela sua institucionalização por parte do poder executivo, de modo que o Estado garantiria a continuidade da ação a partir da garantia da legitimidade da instituição. Assim, o referente “política de combate à pobreza” está aqui definido pela posição-sujeito *presidente* e é legitimado a partir da legitimidade de seu instrumento, o Estado.

### 3.5 O Eu após o fim dos governos PT na presidência: o candidato e o réu em 2018

No dia 5 de abril de 2018, foi decretada a prisão de Lula, que deveria, em vista disso, apresentar-se à sede da Polícia Federal em Curitiba no dia 6 de abril. O ex-presidente, contudo, não cumpriu a ordem judicial, não tendo se entregado no prazo determinado. Negou-se a sair do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista, em São Bernardo do Campo, onde estava alojado desde a emissão do mandado de prisão. Na manhã do dia 7 de abril, comparece ao Ato ecumênico em Homenagem a Dona Marisa Letícia, no mesmo local.

O evento acaba por adquirir ares, a um só tempo, de comício, protesto, missa, passeata, ocupação e ato de resistência. O pronunciamento de Lula (anexo 6) ocorre logo após a cerimônia religiosa, utilizando-se, para tanto, de um carro de som. Ao final do dia, Lula se entrega para membros da Polícia Federal posicionados do lado de fora da manifestação, cumprindo, enfim, a ordem de prisão. Seu pronunciamento estrutura-se em duas partes, apresentando-se como denúncia e anúncio simultaneamente. Para análise, selecionamos 10 (dez) sequências discursivas de referência (SDR), numeradas de 26 a 35. Expomos parte delas abaixo:

*SDR 26:* E eu fazia assembleia de manhã pra evitar que o **pessoal** bebesse um pouquinho à tarde. Porque quando **a gente** bebe um pouquinho, **a gente** fica mais ousado. Mesmo assim, não evitava porque **o cara** levava litro de conhaque dentro da mala e eu ainda passava e tomava uma dosezinha pra garganta ficar melhor, coisa que não aconteceu hoje (grifos nossos);

*SDR 27:* Em 1979, **este sindicato** fez uma das greves mais extraordinárias. E **nós** conseguimos fazer um acordo com a indústria automobilística que foi talvez o melhor (grifos nossos);

*SDR 28:* Não pensem que eu sou contra a Lava Jato não. A Lava Jato se pegar bandido, tem que pegar bandido mesmo, que roubou, e prender. **Todos nós queremos isso. Todos nós** a vida inteira dizíamos, só prende pobre, não prende rico. **Todos nós** dizíamos. E eu quero que continue prendendo rico (grifos nossos);

*SDR 29:* Então o juiz tem que ter, diferentemente de **nós**, a cabeça mais fria. Mais responsabilidade de fazer acusação ou de condenar (grifos nossos);

*SDR 30:* **Eles** não querem, não é porque **eu** vou ser eleito, **eles** não querem que **eu** participe apenas porque tem a possibilidade de **cada um de nós** se eleger. **Eles** não querem o **Lula**, **eles** não podem [inaudível] que **pobre** na cabeça deles [inaudível]. **Pobre** não pode andar de avião, **pobre** não pode fazer universidade, **pobre** nasceu, segundo a lógica deles, de comer e ter coisa de segunda categoria (grifos nossos);

*SDR 31:* Porque **nós** queremos mais casa, **nós** queremos mais escola, **nós** queremos menos mortalidade. **Nós** não queremos impedir a barbaridade que fizeram com a Marielle no Rio de Janeiro? **Nós** não queremos impedir a barbaridade que fazem com meninos negros na periferia desse país? Não **queremos** mais que volte a desnutrição, a mortalidade por desnutrição nesse país. **Nós** não queremos mais que um jovem não tenha esperança de entrar na universidade (grifos nossos);

Pode-se observar a presença de dois tipos de Nós, seguindo a tipologia de Dahlet (2016), o *Nós inclusivo ampliado* (NÓS = EU + VOCÊS + ELES) e o *Nós inclusivo restrito* (NÓS = EU + VOCÊS). Na SDR 28, destacamos a expressão “todos nós”, através da qual busca-se construir a ideia de um campo comum: todos são contra a corrupção, incluindo apoiadores e adversários do locutor. Nesse *Nós-contra a corrupção* o sujeito amplia-se de modo a indeterminar suas fronteiras, projetando-se sobre o público por um efeito de generalização pautado em um valor consolidado na sociedade brasileira: “bandido tem que ser preso”.

Já o *Nós inclusivo restrito* oscila entre diversos sujeitos coletivos distintos, dentre eles: o *Nós-homens*, presente na SDR 26, no qual Lula narra uma história de seu tempo de sindicalista e, indiretamente, responde a diversos discursos que circulam sobre ele ser alcoólatra; o *Nós-homem comum*, apresentado na condição de membro do “pessoal que bebe”, hábito usual na *doxa*; o *Nós-sindicalistas*, presente na SDR 27, apresentado quando Lula retoma seu passado, narrando sobre uma decisão difícil em uma greve na sua época de sindicalista, para aludir ao seu presente, também marcado por uma situação difícil; o *Nós-não-juízes*, presente na SDR 29, na qual ele discute como deve ser a ação de um juiz em comparação com a ação de pessoas comuns, como ele e o seu auditório.

Nas SDRs 26, 27, 28, 29, o Nós é constituído como agente de ações determinadas, tais como querer, fazer, ter, beber e conseguir. Diversas imagens de sujeitos coletivos dialogam entre si para produzir a ideia de *homem-comum*. O Eu constitui-se como Nós aqui para gerar um efeito de pertencimento que leva seu auditório a ter empatia com sua situação. O que fizeram com o Eu pode ser feito com o Nós. Este tipo de discurso tende a ser autoritário nos termos de Orlandi (1987), pois constitui-se como aquele que se realiza como agente exclusivo da ação. O sujeito transforma-se no lugar próprio do qual fala a posição que ele ocupa. Neste caso, emerge uma ideia de povo, definida a partir de ações que pertencem a um determinado cotidiano.

Nele fala a voz do *homem comum*, que bebe de vez em quando e, como tal, deve ser julgado que nem todos. Ademais, é anticorrupção e tem um passado de luta. Assim constituído, cria-se um efeito no qual o sujeito é confundido com o próprio saber. Ele é uma representação grupal consensual e estável que cria efeitos de evidência do sujeito político coletivo em favor da credibilidade enquanto porta-voz, o qual fundamenta-se a partir de um dispositivo de enunciação que projeta no imaginário uma relação simétrica de interlocução: sou como vocês. A fórmula esquemática desse sujeito é *A faz R, pois é como B*. Sendo A o Eu-Lula, R, as diversas ações e B, o auditório, simbolizado como lugar do *homem-comum*.

O *Nós inclusivo restrito* ocorre também nas SDR 30 e 31, mas é constituído de forma diferente a partir do discurso de tipo polêmico, segundo contribuições de Orlandi (1987). Na SDR 30, o *Nós-pobres* é constituído através da polarização com o *Eles-não pobres*. Dessa forma, pode ser sintetizado esquematicamente como *Se A é/quer o que B não é/quer*. Sendo A, *Nós-pobres* e B, *Eles não-pobres* (elite), sendo assim, pobre é e quer o que a elite não é e quer. Já na SDR 31, mantém-se a polarização Nós x Eles, mas agora constituindo o Nós como sujeito de desejo a partir da afirmação enfática do que o *Nós-povo* (não) quer.

Nesse sentido, ambas as sequências contribuem para a dupla estratégia de construção de si e de construção do outro através da polêmica. Lula primeiro constrói a ideia de si, como pessoa no plural – como classe social, como pobre – para somente depois construir o Eles, como adversário ligado às elites. Além disso, constrói a oposição do Nós em relação ao Eles, como polos, a fim de constituir e sustentar um antagonismo entre pobres e ricos. Na SDR 30, sobressai-se a referência histórica na descrição e comparação da elite atual à elite que nunca quis que pobre fizesse universidade.

Destarte, generaliza os atores denominados anteriormente no pronunciamento a partir de nomeações explícitas e confere-lhes uma tradição: a de historicamente não gostarem de pobres, dado que historicamente pertencem aos grupos abastados na sociedade brasileira, interessando-lhes, portanto, a manutenção do *status quo* por quaisquer meios. A história surge como fiadora do discurso político, funcionando como prova argumentativa dessa verdade. Importante notar que é possível diferenciar história, como temporalidade de um povo, de História, como campo de estudos acadêmico. Em qualquer dos sentidos, essa afirmação seria verdadeira para o enunciador.

Pelo exposto, em uma primeira análise, é possível enquadrar o discurso de Lula na modalidade argumentativa polêmica, conforme Amossy (2017), uma vez que ele promove, através da encenação de seu discurso, a dicotomização (Eles x Nós), a polarização (Eles contra Nós) e a desqualificação do outro (Eles não querem que Nós ou não nos querem). A função argumentativa da polêmica enquanto estratégia argumentativa, nesse caso, é a de protesto, utilizada como forma de acusar e denunciar.

A polêmica pública permite apontar erros e levantar-se contra seus adversários. O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança. Como é inscrito em uma relação de poder, ele acontece como ato de resistência. O discurso de tipo polêmico aparece, então, como um meio de ação coletiva. Ressurge como forma de criar uma ilusão de unidade em torno de um princípio comum, fazendo com que grupos com muitas divergências possam juntar-se em torno de uma mesma pauta, como, por exemplo, a da liberdade de Lula. Exacerba um conflito de opiniões para contribuir com a tentativa de derrubada de um determinado *status quo*, nesse caso.

A polêmica que divide também conecta, a constituição de um inimigo em comum pode gerar uma unidade. A direção que o sujeito enunciativo dá ao referente “prisão” tem uma força persuasiva que reside no fato de colocar um objeto problemático, a prisão de Lula, em relação a um objeto já integrado nas representações do auditório, a ideia de que a elite não gosta de pobre. Dessa maneira, o novo é colocado em evidência a partir do estabelecimento de uma relação familiar com o antigo, o habitual.

Disputando simbolicamente tanto o referente crime quanto o referente juiz, desloca-os do campo jurídico para o campo político, *locus* simbólico e imaginário da sua *expertise*. Um “crime político” não significa, necessariamente, um “crime jurídico”. Aquele seria da ordem do incômodo ideológico causado a adversários e/ou inimigos. Este seria da ordem da transgressão às normas republicanas, sendo tipificados por lei. De modo semelhante, o juiz da política seria o povo, voz deliberativa do comum, instância



democrática máxima; o de direito seria o representante do Estado responsável por fazer valer as leis, não podendo antagonizar-se com o réu de um processo. Lula (re)apropriasse, com isso, do debate a respeito das funções e limites institucionais do Judiciário, circulante na *doxa* e na mídia durante o seu processo jurídico, para subverter a lógica do primeiro e reforçar a do segundo como estratégia argumentativa, ressignificando os papéis discursivos para denunciar a pessoalidade de um ritual que deveria ser impessoal.

Na SDR 30, o Eles é utilizado como uma forma de demarcar e instaurar uma polarização para desqualificação desse interlocutor. A afirmação enfática constrói-se a partir da repetição de premissas que são consideradas aceitas e plausíveis para o seu público. Pode-se depreender do trecho “eles não querem”, o qual enfatiza a dicotomia Eles/Nós, a analogia<sup>27</sup> entre Lula e pobre, colocando-os em um patamar de igualdade. Logo, da premissa à conclusão, não querer Lula seria como não querer o pobre.

É interessante observar a relação de similaridade que fundamenta o exemplo, partindo da autoridade do passado para estabelecer uma analogia com o presente. Essa autoridade do passado decorre da relação que o público estabelece com o *ethos* do orador. No intuito de justificar a analogia Lula igual a pobre, o enunciador resgata o passado pessoal, a infância pobre e a migração do Nordeste, com a ideia que foi construída ao longo de seus dois governos de que, enquanto presidente, suas prioridades eram o combate à fome e à miséria.

A partir SDR 30, através da dicotomização Nós x Eles, constrói-se uma desqualificação do “Eles”, fazendo uso, para tanto, de argumentos *ad hominem*. Ao enfatizar que “Eles não querem que Nós tenhamos as coisas que Nós queremos ter”, o orador constrói dois polos discursivos opostos, um com o qual se identifica e o outro, ao qual tem repulsa. Este tipo de argumento parece estar cada vez mais presente no discurso político, com foco na desqualificação do adversário. Tal discurso, portanto, tem apresentado cada vez mais pertinência *ethótica* do que lógica com o processo de mediação das instâncias deliberativas.

Em síntese, o *Nós inclusivo restrito* da tipologia autoritária e polêmica visa a constituir um *Nós-pobre em luta* no qual o sujeito coletivo é definido pelas suas ações e em polarização com um Eles com o qual possui interesses opostos. Segundo Amossy (2018), o auditório pode ser considerado como uma entidade variável determinada pelo

---

<sup>27</sup> De acordo com Fiorin (2017, p. 64), estamos tomando analogia aqui como raciocínio que funciona por correspondência através de semelhanças. Ele compara uma situação com outra a fim de ressaltar semelhanças, pontos em comum e com isso produzir inferências que levam à uma determinada tese.

locutor de acordo com o objetivo de sua empreitada argumentativa, o que não ocorre como um processo necessariamente consciente. As regras de troca argumentativa são distintas quando ou se tem um auditório face a face ou se tem uma auditório virtual. Em presença, a argumentação realiza-se a partir das reações e objeções do outro; em ausência, a partir de uma projeção imaginária dessas reações.

Lula começa seu pronunciamento denominando quem é seu público imediato, em uma *proximidade-distante*, definindo para quem fala através de três estratégias, as quais discutiremos logo abaixo. Além disso, constrói um auditório virtual, uma *distância-próxima*, que se realiza em três campos, os quais aprofundaremos a seguir. Nas SDR 30 e 31, os dois tipos de interação, face a face e virtual, realizam-se por dois aparatos distintos, respectivamente, como são os casos do carro de som e da transmissão audiovisual via televisão e internet.

O auditório é uma ficção verbal, uma vez que, seja pela ausência, seja pela presença, passa por um imaginário construído pelo orador. Logo, a construção do auditório é em si uma estratégia argumentativa, já que o discurso articula tanto a forma com que o orador projeta seu público quanto a imagem que ele constrói de si próprio. Essa imagem projetada de si próprio almeja fazer o auditório reconhecer-se e, dessa forma, sentir-se contemplado. Assim, consideramos que a imagem projetada pelo Nós nas SDRs 30 e 31 é a de *pobre em luta*

A primeira estratégia de constituição do auditório imediato é o uso dos vocativos “companheiras e companheiros”, retomando-os ao longo de toda a fala. Essa é uma marca retórica, *ethótica*, do ex-Presidente, amplamente (re)conhecida pelo público de forma geral, responsável por demarcar a origem sindicalista da vida política de Lula, além de mostrar uma proximidade com seus interlocutores, como discutimos anteriormente. Outro elemento interessante sobre o uso destes vocativos é a diferenciação de gênero presente neste pronunciamento. Em resposta a uma acusação histórica do feminismo, de que as palavras genéricas no masculino excluem a representação do feminino, surge a demanda da demarcação da diferenciação de gênero. Podendo ser um dos motivos pelos quais o vocativo passou a ser utilizado nas duas formas por Lula.

A segunda estratégia de construção do auditório imediato são as recorrentes *designações nominais explícitas*, principalmente, no início do pronunciamento, embora mantenham-se ao longo da fala como na seguinte passagem: “Alguém prepara uma nominata para mim que eu vou citando as pessoas”. Há, inclusive, um pedido de desculpa, no caso de eventualmente ter se esquecido de citar algum presente no palanque. Há uma

ênfase em citar e saudar o máximo de pessoas possível. Esse público nomeado é composto, principalmente, por personalidades políticas, artistas e militantes sindicais e de movimentos sociais presentes no evento no qual ocorreu seu discurso.

Essas designações decorrentes do uso de nomes próprios é uma forma de definir os alocutários com precisão, fazendo-os sentirem-se representados, reconhecidos e legitimados como voz política naquele acontecimento histórico, bem como seus partidos, instituições e grupos sociais. Estavam presentes movimento sociais como o MST (Movimento dos Sem Terra) e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto); partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores), o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e o PC do B (Partidos Comunista do Brasil); e centrais sindicais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e a Intersindical (Central da Classe Trabalhadora).

A proximidade com seu público causada por uma interpelação direta, mais personalizada, garante como efeitos a intimidade e a empatia. Há nomeações, por exemplo, dos três pré-candidatos à presidência em 2018 presentes no Evento, com o recurso enfático e o uso de descrições pormenorizadas para qualificar Fernando Haddad (PT), Manuela d'Ávila (PC do B) e Guilherme Boulos (PSOL). Há uma tentativa de, reconhecendo-se líder, apontar potenciais novos líderes, a nova geração política, os quais seriam capazes de representar o Nós, apesar das distintas orientações partidárias, e mesmo ideológicas, entre os três. Manifesta-se, aí, um claro movimento performativo da linguagem, o de criar líderes pela autoridade da fala do líder, como uma espécie de unção, escolha ou eleição simbólica dos sucessores. Articula-se a isso o fato de transparecer na fala um intuito de campanha eleitoral, antecipando a encenação política prevista para ocorrer no fim do ano de 2018.

Ademais, as denominações marcam na memória histórica quem esteve presente no Evento. Luta-se contra o esquecimento ao mesmo tempo em que projeta-se o futuro. Revela-se, nesse sentido, dado o reconhecimento da importância do acontecimento, uma migração do enunciador para a temporalidade futura para olhar para o próprio Evento como passado, modificando a forma de agir no presente. Essa multitemporalidade na movimentação enunciativa cria, desde já, a aura de um encontro mítico, o qual perdurará na história – e na História – e poderá ser significado como acontecimento fundador de uma posição política coletiva. Emerge um *Nós inclusivo* mais abstrato, idealizado e consistente, capaz de superar divergências em prol do bem maior do povo e positivado por um posicionamento de resistência.

Consolida-se também o campo enunciativo político da esquerda, incluindo distintos matizes. Nesse processo, a memória torna-se política e a enunciação, coletiva, via voz do Lula. Juntamente com as designações dos nomes próprios, há as descrições de algumas das pessoas citadas que ali estavam presentes, o que acaba por revelar a imagem que projeta de seu interlocutor, podendo também ser considerado um recurso de aproximação deste público imediato, estabelecendo, assim, vínculos mais sólidos.

Uma terceira estratégia de construção do auditório imediato decorre dos usos de pronomes pessoais e possessivos. Lula utiliza bastante a primeira pessoa do singular, intercalando-as muitas vezes com a primeira pessoa do plural. Ou seja, ele faz uma mistura do Eu com o Nós em um movimento constante ao longo de todo o material de análise. O uso contínuo da forma “a gente”, comum no português brasileiro para designar a primeira pessoa do plural, contribui para a diminuição da formalidade do pronunciamento.

Além disso, há uma constante interpelação direta de interlocutores, tanto imediatos como virtuais, através da forma pronominal “você” e “vocês”. O uso do plural e do singular do pronome “você” pode implicar uma diferença de projeção do auditório, sendo que a forma singular pode indicar o auditório virtual, o qual está assiste ao Evento de casa, permitido pela proximidade-distante provocada pelos aparatos de transmissão audiovisuais e marcado por essa interpelação singularizada; a forma no plural, por sua vez, pode indicar o auditório imediato, composto por uma multidão, sendo referido, portanto, como diversos, devido à distância-próxima provocada pelo palanque. O plural também pode ser compreendido como uma designação do todo do auditório projetado pelo interlocutor, tanto virtual quanto imediato.

*SDR 32:* Por isso **companheiros**, eu não tenho lugar no meu coração para todo mundo. Mas eu quero que **vocês** saibam, se tem uma coisa que eu aprendi a gostar é da minha relação com o **povo**. Quando eu pego na mão de um de vocês, quando eu abraço um de vocês, quando eu beijo ---porque agora eu beijo homem e mulher igualzinho--- quando eu beijo um de vocês, eu não estou beijando com segundas intenções. Eu estou beijando porque quando eu era presidente, eu dizia, eu vou voltar para onde eu vim e eu sei quem são meus **amigos eternos** e quem são os amigos eventuais;

A SDR 32 exemplifica bem as estratégias de construção do auditório discutidas acima através de três processos: primeiro, o uso do vocativo companheiros; segundo, a interpelação direta através do uso do pronome vocês; e, terceiro, a descrição do público através do termo “amigos eternos”. Com isso, podemos observar os efeitos de

proximidade que se dão tanto pelo uso do vocativo “companheiros” quanto pela interpelação direta através do pronome vocês, que pode aqui se relacionar tanto com o auditório imediato quanto com o virtual. A analogia estabelecida entre o termo “vocês” e o termo “povo” indica a imagem que o interlocutor projeta de seu público. Além disso, há a reafirmação que o locutor vem do mesmo lugar que o povo e que este, ao mesmo tempo o interlocutor virtual e o imediato, são seus “amigos eternos”. Ou seja, pessoas de grande estima para o interlocutor, novamente corroborando uma estratégia discursiva que visa o efeito de proximidade.

Quanto às estratégias de construção do auditório virtual, é importante destacar que ele se constitui com base em três campos. O primeiro campo seria um auditório que está assistindo via internet e que concorda ou tem uma tendência a concordar com o interlocutor. Esse auditório virtual seria parecido com o auditório imediato e ele é designado pela forma pronominal “você”. Tanto este campo quanto o auditório imediato, os quais são destacados nas SDR 30 e 31, podem ser compreendidos como interlocutores denominados através da formulação “*Nós-pobre em luta*”.

Para construir o auditório virtual do segundo campo, composto pelos adversários do interlocutor, foram mobilizadas diferentes estratégias. A qualificação de adversários não é utilizada pelo locutor, embora possa ser verificada implicitamente, pois os interesses daqueles são diferentes dos “nossos”. Constrói-se a oposição e polarização com esse auditório. Uma estratégia de designação deste campo do auditório virtual são as designações nominais explícitas que se referem tanto à esfera jurídica quanto à midiática. Da esfera jurídica, foram citados procuradores, desembargadores do TRF-4, o juiz federal Sérgio Moro (responsável pelo processo, condenação e mandado de prisão de Lula), o Ministério Público e o setor da Polícia Federal vinculado à Lava Jato. Da esfera midiática, foram designados o Jornal Nacional, principal programa jornalístico da Rede Globo de Televisão, a Record TV, a Rede Bandeirantes, O Globo, a Revista Veja e a Folha de São Paulo.

Essas nomeações revelam a ideia de que Lula não está polarizando apenas com outros políticos, mas também com a mídia corporativa e o poder judiciário. É interessante destacar que não há nenhuma menção a políticos ou movimentos marcados pela ideologia de direita. Outra estratégia é a utilização da terceira pessoa do plural para designar esse conjunto de corporações, instituições e personalidade jurídicas, atribuindo certa homogeneidade ao grupo adversário, não distinguindo-os por características singulares.

SDR 33: É com essa crença, **companheiros**, de cabeça erguida, como eu estou falando com vocês, que eu quero chegar lá e falar para o delegado: estou à sua disposição. E a **história, a história**, daqui a alguns dias, vai provar que quem cometeu crime foi o delegado que me acusou, foi o juiz que me julgou e foi o Ministério Público que foi leviano comigo;

O terceiro campo, por seu turno, é composto por uma entidade abstrata na qual o locutor, ao se propor a dialogar com ela, enseja um certo distanciamento em relação aos outros campos do auditório virtual e do auditório imediato. Este campo pode ser denominado como a própria história, como exemplificado na SDR 33. É interessante discutir como se constrói, a um só passo, um efeito de proximidade ao usar o vocativo *companheiros* e interpelá-los pelo pronome “vocês” e um efeito de distanciamento ao usar um tom profético para colocar a história como um sujeito que provará algo a seu respeito. Aqui, a história está em terceira pessoa, ou seja, não é interpelada diretamente, mas é colocada na cena discursiva como um agente. Isso pode nos levar a supor que ela é vista como uma entidade para a qual o pronunciamento se dirige, como uma entidade que corrobora o interlocutor a fim de garantir autoridade ao seu dizer.

O *tom profético* de alguém que fala para o futuro ou para o “além” produz um efeito de distanciamento em relação à temporalidade do dito e constrói este terceiro campo de interlocução virtual. Há, assim, além de um diálogo com o auditório, um diálogo com a H(h)istória. Fala-se com essa entidade personificada, dotada de razão e intencionalidade, para, de um lado, lhe garantir autoridade e, de outro, fundamentar a sua defesa. A História ora é o vocês encarnado simbolicamente no público, com quem se fala, ora é o Eles fiador da verdade e da justiça, de quem se fala. Portanto, este auditório virtual realiza-se na H(h)istória, como palco; com a H(h)istória, como interlocutora; e sobre a H(h)istória, como referente sobre o qual se fala.

Os diversos movimentos do Nós em pronunciamentos de Lula atribuem distintos sentidos à palavra povo, tais como: a ideia de *povo trabalhador*, no sujeito enunciativo sindicalista; de *povo brasileiro*, evocando uma totalidade nacional, pela voz do sujeito enunciativo candidato a Presidente e Presidente no primeiro mandato; de *povo pobre* e *povo oprimido*, evocados pelo sujeito enunciativo do segundo mandato de Presidente. Neste último pronunciamento, vemos a aproximação da palavra ao sentido de oprimido, mais especificamente, no sentido de exclusão. Vemos também a presença do sentido de *povo pobre*, mas os efeitos de sentidos que o Nós evoca ao se relacionar com a palavra povo, nas SDR 30 e 31, podem ser associados a uma fração da população em luta por seus direitos. Por isso, a fim de clivar esse Nós, sintetizamo-lo como *Nós pobre em luta*.

Pode-se caracterizar o pronunciamento de Lula em 2018, a partir de Piovezani (2015), entre a “retórica do fogo” e “retórica da eletricidade”, pois, ao mesmo tempo em que seu discurso é inflamado, provocando ações nas massas e objetivando um *fazer-fazer*, é um discurso conduzido, dialogado, que visa a atingir um público distante através de efeitos de proximidade, objetivando um *fazer-saber*. Como discutido, ele também relaciona-se tipologicamente com o discurso autoritário e o discurso polêmico, uma vez que o sujeito é definido tanto em oposição ao adversário quanto por uma ação realizada.

Um elemento que corrobora e exemplifica este tipo de interpelação sobre o auditório é o uso do pronome “você”, tanto no plural quanto no singular, para interpelar diretamente o público. O singular indicaria a retórica da eletricidade, que é a marca do discurso ameno, singularizante, que chega à casa das pessoas. Um discurso conduzido, de tipo autoritário, marcado por um sujeito que define-se pelo seu fazer e se legitima por um saber. O plural indicaria a retórica do fogo, a qual inflama as multidões voltando-se para as massas. Um discurso de força, generalizante, que chega ao corpo coletivo. Um discurso provocativo, de tipo polêmico, marcado por um sujeito que define-se a partir da polarização entre adversários e legitima-se por representar.

*SDR 34:* Eu cometi esse **crime** que **eles** não querem que eu cometa mais. É por conta desse **crime** que já tem uns dez processos contra mim. E se for por esses **crimes**, de colocar pobre na universidade, negro na universidade, pobre comer carne, pobre comprar carro, pobre viajar de avião, pobre fazer sua pequena agricultura, ser microempreendedor, ter sua casa própria, se esse é o **crime** que eu cometi, eu quero dizer eu vou continuar sendo **criminoso** nesse país porque vou fazer muito mais. Vou fazer muito mais;

*SDR 35:* A minha idade é **enfrentá-los** de olho no olho e eu vou **enfrentá-los** aceitando cumprir o mandado. Eu quero saber quantos dias **eles** vão pensar que estão me prendendo. E quanto mais dias eles me deixarem lá, mais **Lula** vai nascer nesse país e mais gente vai **querer brigar** nesse país porque a democracia não tem limite, não tem hora pra gente **brigar**.

As transformações na fala pública a partir da transição metafórica da guerra para o esporte materializa simbolicamente as disputas entre atores políticos no espaço público na contemporaneidade, migrando de uma relação entre inimigos para uma entre adversários. Porém, devido às características do nosso *corpus*, há um outro ângulo possível, da *transição metafórica do tribunal para a rua*. Na SDR 35, o verbo enfrentar e o verbo brigar são utilizados em um contexto intradiscursivo que produz uma imagem relacionada à esfera jurídica. Lula vai cumprir o mandado de prisão e se defender dentro dos limites instituídos pelo Estado. Apesar de falar em “briga”, a perspectiva de ação não

é a eliminação do adversário através da força, mas através da argumentação, pois o enunciador coloca-se dentro do jogo jurídico e aceita obedecer a esse poder, jogando dentro de suas regras, não contra elas ou fora delas. A busca é pela justiça, e não pela destruição do Judiciário. O termo briga possui um caráter mais popular do que o termo luta, mais ligado ao campo enunciativo da esquerda devido ao conceito marxista de *luta de classes*. Podemos relacionar isso à constituição do Nós de Lula enquanto *povo como homem-comum*.

Através de efeitos de aproximação pela constituição do Nós por *inclusão restrita*, este sujeito coletivo traz que, por saber provar sua inocência, sabe se defender no tribunal, dentro das regras do Estado. Relaciona-se, então, com a retórica da eletricidade, uma vez que visa a conduzir uma ação a partir da legitimação de si como autoridade de um saber-fazer. O Nós Lula dentro do discurso de tipo autoritário constrói-se como um sujeito de saber, que legitima sua autoridade através de atributos pessoais. Sabe *poque é e faz*. Soube enfrentar a pobreza enquanto estadista, pois enfrentou a pobreza enquanto indivíduo. Se o seu crime foi enfrentar a pobreza, da ordem do político, vai saber se defender dele perante um tribunal.

Porém, dada a predicação do que é o seu crime presente na SDR 34, como um crime de fazer políticas de combate à pobreza e ao subdesenvolvimento, desloca-se a imagem do tribunal, relacionada à esfera jurídica, para a da rua, relacionada à esfera política. O termo “crime”<sup>28</sup>, tomado como um saber jurídico, pode ser compreendido como toda ação ou omissão ilícita, para as quais a lei comina sanção de natureza penal. Portanto, uma forma de o Estado responsabilizar um indivíduo por uma penalidade.

Ao deslocar o significado de crime para o campo do saber político, estabelece-se a estratégia de retirar a conotação negativa do termo, simbolizando-o como uma política acertada em benefício de um coletivo, o povo pobre e oprimido, e do qual ele se orgulha e se responsabiliza. Por isso, decide se submeter ao mandado de prisão. É uma forma de coletivização de sua “briga” individual. A “rua” aparece como cenário de ação coletiva que constitui e é constituído pela História. Discursivamente, a história aqui é tomada como *palco*, cenário dos desdobramentos dos acontecimentos; como *interlocutora*, na imagem de juíza que o julgará; e como referente, *objeto* sobre o qual se fala.

O Nós Lula oriundo do discurso de tipo polêmico constrói-se como um sujeito em oposição a um adversário. Por ser pobre e querer o bem do pobre, ele incomoda e é

---

<sup>28</sup> Definição retirada da versão online do Dicionário Houaiss, a qual poderá ser encontrada no seguinte endereço virtual: <<https://www.dicio.com.br/crime/>>



incomodado pela elite que o acusa. Através de efeitos de generalização, de um distanciamento-próximo, para interpelação de diversos públicos específicos em conjunto, esse sujeito coletivo traz a cena institucional jurídica para as ruas, visto que este é o palco onde o povo se constitui como ator político. Relaciona-se, para tanto, com a retórica do fogo, no sentido de estimular um fazer no público.

Em suma, o pronunciamento de Lula no Ato Ecumênico em Homenagem a Dona Marisa Letícia produz uma imagem dentro de um campo enunciativo político, encenando um tribunal, no qual o *orador* seria um réu que está argumentando em sua própria defesa; o *auditório* seria um júri, com a possibilidade de interferir de alguma forma em sua sentença; os *adversários* seriam os acusadores, ou a promotoria, que se utilizam de artifícios considerados injustos pelos orador; e, por último, o *juiz* seria a História, uma entidade abstrata com autoridade e capacidade de fazer justiça acima dos defeitos dos homens, visto que estes possuem um olhar restrito à polarização do seu tempo histórico.

A articulação sincrônica de dois dispositivos de fala pública, o palanque e a transmissão ao vivo por vídeo, presente no pronunciamento de Lula em 2018, faz com que sejam mobilizadas ambas as estratégias de fala pública, o *discurso eloquente*, da força, com gestos fortes e potência na voz ligados ao arquétipo do macho, e o *discurso mais íntimo*, mais próximo, mais brando de conversas particulares em tom ameno ligadas ao arquétipo da fêmea. Dessa forma, o orador articula efeitos de proximidade e de distanciamento. Efeitos de esquentar e de amenizar o discurso, de inflamar e de conduzir. Indo e voltando da polis para o oikos, da eloquência e da força, do cuidado e do carinho, produzindo as imagens do homem comum e, ao mesmo tempo, do excepcional; do profeta da revolta e, ao mesmo tempo, do *expert* no combate à pobreza; enfim, do réu de um processo injusto que, ao mesmo tempo, acusa o juiz que o julga.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS SENTIDOS DO LULISMO AMPLIADO

O uso massivo do *Nós inclusivo restrito* nos pronunciamentos de Lula é um fenômeno que podemos relacionar à discussão de Courtine (2015) de transformação das massas abertas em massas fechadas a partir da constituição do sujeito enunciativo *líder*. Quando sindicalista, Lula constitui-se como *porta-voz* dos operários; quando presidente, do povo – enquanto nação, excluídos e pobres –; e, em 2018, quando réu e candidato, dos pobres em luta. Dessa forma, as oscilações do *Nós inclusivo restrito* construído por Lula permitiu-nos mostrar esse movimento de repolarização através do deslocamento de um vocabulário trabalhista sindical, o qual enfatizava as diferenças entre as classes sociais, para um vocabulário popular, focado nas diferenças entre ricos e pobres.

Sugerimos que essa transição enunciativa ao longo do tempo histórico decorre de uma espécie de *política de despolitização*, a qual garantiria a ritualidade, o respeito às instituições e à tradição político-econômica, mas “romperia”, até certo ponto, com a perspectiva da burocracia formal da gestão antipopular dessas instâncias frente aos representados. Consideramos política porque garante as posições de proponente e oponente na arena pública/política. Falamos em despolitização porque entendemos que o movimento de porta-voz a líder, de fogo para eletricidade, embora mantenham-se sempre concomitantes, foram acompanhados pelo esvaziamento do debate ideológico.

Apesar disso, consideramos fundamental diferenciar despolitização de *antipolítica*, sob pena de criarmos uma falsa simetria que assemelharia o movimento da esquerda de ruptura radical para a esquerda de negociação democrática ao movimento vivido no país atualmente da direita democrática para a direita antidemocrática, com a clara tentativa de romper com os pressupostos deliberativos institucionais da *polis* pela superação da polêmica rumo à violência e anulação do outro, conforme discutido por Morais (2020).

Lula, como pudemos notar ao longo do texto, utiliza muito pouco o recurso do *Nós inclusivo ampliado*, o que pode significar que ele tende a delimitar precisamente o seu público. Talvez esteja aí uma das chaves do seu sucesso retórico. O *Nós de majestade e autor*, fundamento simbólico da construção dos pactos nacionais após as eleições, apareceu apenas na/pela posição discursiva *Eu-presidente*.

Quanto aos sentidos da palavra povo, há uma ampla variação semântica caso consideremos cada sujeito enunciativo analisado, pois, para se constituir enquanto porta-voz de um povo, torna-se necessário que o Eu se constitua como um Nós determinado.

Tal termo, conforme pudemos avaliar, apresentou diversas definições em nosso *corpus*, a saber: como *massa de trabalhadores*, no sujeito sindicalista; como *eleitor*, no sujeito candidato; como *nação, excluído, oprimido e pobre*, no sujeito presidente; e como *pobre, excluído, oprimido e sujeito em luta*, no sujeito pós-presidente. Dessa forma, o sujeito enunciativo, ao se coletivizar pelas operações do Nós enquanto porta-voz do povo ao longo de sua história, materializa posições enunciativas que atravessam relações que mobilizam ideias relacionadas às classes sociais, à nacionalidade e ao poder.

Ao longo de sua história como figura política, Lula oscilou entre o “fogo” e a “eletricidade”, o “discurso polêmico” e o “discurso autoritário”, produzindo-se como sujeito pela articulação contraditória entre a imagem do *profeta da revolta* e do *expert em combater a pobreza/fazer greve*. A primeira imagem, constitui-se no porta-voz pelo qual fala-se os interesses do povo, significado como pobre, excluído, oprimido, trabalhador e que anseia se legitimar como voz e por uma personalidade política que possa representá-la. Lula procura assumir esse lugar simbólico: sendo povo, representa-o e opõe-se aos que não o são, ao Eles (elite). A segunda imagem vincula-se a um sujeito fundado por um saber-fazer excepcional. Trata-se, portanto, de uma imagem legitimada por uma narrativa de superação. Como indivíduo, Lula superou a pobreza; como Presidente, combateu a pobreza. *Ele é porque possui um saber-fazer*.

Apesar das oscilações e mudanças, a retórica de Lula permanece entre o fogo e a eletricidade, com dominância de um sobre o outro em determinados momentos históricos. No seu período de sindicalista e no pronunciamento anterior à sua prisão, pode-se perceber a dominância da retórica do fogo e do discurso polêmico, embora haja um claro diálogo com a retórica da eletricidade e o discurso de autoridade. Na posição de presidente, há uma inversão, em que a domina a retórica da eletricidade em relação à do fogo, e o discurso autoritário sobredetermina o polêmico. Em 2018, o fogo domina a eletricidade, e o polêmico submete o autoritário.

Em conclusão, consoante Singer (2012; 2018) é possível analisar o lulismo como um movimento político que realiza uma política de massas nos moldes da revolução passiva, como discutido no primeiro capítulo. O subproletariado brasileiro, sua base social, devido às suas características estruturais, atua na esfera política historicamente como massa, a qual tem na figura do líder carismático seu porta-voz, sua forma de fazer política. Há nesta constituição do líder carismático o estímulo a uma perspectiva de cultura anticrítica, segundo Ab’Saber (2014), uma vez que ela se caracteriza por não estimular os conflitos, mascarando certas desigualdades estruturais a partir da inclusão

via consumo, colocando para segundo plano uma perspectiva de luta antissistêmica. Sustentado por esta fração da classe trabalhadora, o lulismo hegemonizou por 13 anos a política brasileira, promovendo mudanças sociais sem mobilização popular e sem radicalização dos conflitos sociais entre as classes.

Entretanto, esse movimento acabou por gerar a reação dos setores médios da sociedade, os quais sentiram-se ameaçados pela perda do *status quo* relativo. O que provocou grandes mudanças na cultura política brasileira das últimas décadas ao repolarizar o discurso político a partir do embate entre ricos e pobres, ou, simbolizado de outra forma, entre lulistas/petistas e antilulistas/antipetistas.

Fruto dessa interface teórica constante, e da análise de alguns pronunciamentos oriundos de diferentes momentos dos mais de 40 anos de história política de Lula, propomos uma ampliação dos sentidos do lulismo, que se referem apenas ao *Lula presidente*. Sugerimos, com isso, que a retórica lulista pode ser lida como um *fogo conduzido*, de maneira que, ao mesmo tempo em que costuma inflamar seu público, ele o faz conduzindo-o como se dentro de um jogo. A defesa de seus projetos políticos ocorre sempre dentro dos limites da política e como uma forma de conciliação. Lula sempre atuou dentro das regras da democracia, suas normas e instituições, perpassando as esferas sindical, estatal e jurídica. Porém, ao jogar este jogo, traz seus adversários, sejam eles de classe, de política partidária ou jurídicos, para o terreno que domina: a política.

Dessa forma, a *política de despolitização lulista* articula contraditoriamente modalidades discursivas políticas tanto *polêmicas* quanto *despolêmicas*, pois o dissenso produzido a partir da *polêmica* contribui para a mudança e o consenso produzido a partir da *despolêmica* contribui para a manutenção da ordem. Assim, ao mesmo tempo, a articulação entre as tipologias discursivas *polêmica* e *autoritária*, consoante Orlandi (1987), presente em seus pronunciamentos, como discutido ao longo do último capítulo, constrói a posição-sujeito de líder de uma classe social em conjunto com a de porta-voz de um povo. Esta articulação materializa na imagem de Lula, tanto como ativista de uma causa quanto como representante de um povo, um sujeito político que se inflama pela defesa de causas e que conduz para soluções dentro da ordem, nos limites da *polis*, e que se legitima na medida em que legitima as instituições através das quais ele *fala com/ pelo* seu público.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, T. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2014.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise econômica no Brasil (1979-1989)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; tradução: Rosalice Botelho, Wakim Souza Pinto et al. São Paulo: Contexto, 2017. 224.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A – Revista eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p. 129-144, nov. 2011.

AMOSSY, R. *Argumentação no discurso*. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018. 288 p.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A – Revista eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p. 129-144, nov. 2011.

AMOSSY, R. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Trad. Ângela Maria Silva da Corrêa. *EID&A – Revista eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.13, p. 227-244, jan/jun. 2017.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011. 272p

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução do grego, introdução e notas do Prof. Mário da Gama Kury. 3 ed. Brasília: UNB, 1997. 317p.

AUSTIN, J. L. *Quando Dizer é Fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136 p.

AVRITZER, Leonardo. *Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

BADIOU, Alain. Twenty-four notes on the uses of the word “people”. In: Badiou, Alain. *What is a people?* Nova Iorque: Columbia University Press, 2016, pp. 21-30.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

BARRETT, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (Org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 235-64.

BENVENISTE, É. *O aparelho formal da enunciação*. In: BENVENISTE, É. Problemas de Linguística Geral II. Tradução de Marco Antônio Escobar. Campinas: Pontes Editores, 2006, pp. 81-90.

BONIN, Robson. Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope. G1 Online. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>>. Acesso em: 15/07/2020.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

BUTLER, Judith. We, the people — thoughts on freedom of assembly. In: Badiou, Alain. *What is a people?* Nova Iorque: Columbia University Press, 2016, pp. 49-64.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). História da virilidade. (1. A invenção da virilidade, da antiguidade às Luzes). Petrópolis: Ed: Vozes, 2013. 614 p.

COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014. 250 p.

COURTINE, J.-J. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução de Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz. 2006. 160 p

COURTINE, J.-J. *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Jean-Jacques Courtine, Carlos Piovezani, (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 341 p.

COURTINE, J.-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução de Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. *Revista Policromias*, Junho, 2016. p. 14-35

DATAFOLHA. *Eleições 2002*. Intenções de voto para Presidente. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/datafolha/>>. Acesso em: 10. jun.2004.

DATAFOLHA. *Lula mantém liderança, mas com menor vantagem em relação a Alckmin*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, 29.jun.2006a. Disponível em: <[http://datafolha.folha.uol.com.br/po/intvoto\\_pres\\_29062006.shtml](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/intvoto_pres_29062006.shtml)>. Acesso em: 10. jul. 2006.

DATAFOLHA. *Preso, Lula mantém liderança em disputa pela Presidência*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, 16. abril, 2018. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/04/1965039-pres-lula-mantem-lideranca-em-disputa-pela-presidencia.shtml>>. Acesso em: 10. jul. 2006.

DAHLET, P. O discurso político e o sujeito coletivo: fachadas do nós. In: EMEDIATO, W. *Análises do discurso político*. Belo Horizonte: Editora FAE/UFMG, pp. 214-40.

DAHLET, P. Apagar as divisões, celebrar o consenso: a governança discursiva na era neoliberal. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 125-138, maio 2014

DAHLET, P. (Re)produzir o inquestionável: nominalização, generalização e naturalização no discurso neoliberal. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 8, p. 206-221, jun.2015.

DE SOUZA, W. E. Retórica, argumentação e discurso. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001.

EMIR, Aquiles. TVT processa emissoras que utilizaram suas imagens na prisão de Lula. Maranhão Hoje Online, 9 de abril de 2018. Disponível em: <<http://maranhaohoje.com/tvt-processa-emissoras-que-utilizarem-suas-imagens-na-cobertura-da-prisao-de-lula/>>. Acesso em: 15/07/2020.

FIORIN, J. L. *Argumentação*. – 1. ed., 3 reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2017.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. In: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, pp. 264-98.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

HALL, S. Codificação/decodificação. In: HALL, Stuart; SOVIK, Liv (org.). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003a, p.387-404

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. Tradução Fernando Alonso de Almeida; Irene Ernest Dias. Niterói: EdUFF, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da conversação: princípios e métodos*. Tradução Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LUISA, Ingrid; ROSSINI, Maria Clara. 3 perguntas para entender a soltura de Lula. Super Interessante Online, 09 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/3-perguntas-para-entender-a-soltura-de-lula/>>. Acesso em: 15/07/2020.

MACHADO, Leandro. Como foi o primeiro 'Lula livre' em 1980, quando ex-presidente foi preso pela ditadura. BBC News Brasil Online. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50297742>>. Acesso em: 15/07/2020.

MENEZES, W. A. Faces e usos da argumentação. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, 2001.

MENEZES, W. A. *Argumentação e discurso político eleitoral no Brasil (1994- 1998): mudança, conservação, tradição e utopia*. 2000. 191f. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2000.

MIOTELLO, V. *Povo enquanto palavra: construção de uma identidade*. In: Soeli Maria Schreiber da Silva. (Org.). *Sentidos do povo*. São Carlos: Claraluz Editora, 2006, v., p. 93-114.

MORAIS, A. R. A. *A estética da intolerância: extremismo político e arte no Brasil atual*. *Revista Rua*, Campinas-SP, v. 24, nº 2, pp. 499-524, 2018b. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8653498/18553>>. Acesso em: 16/08/2019.

MORAIS, A. R. A. *Intolerância e alteridade*. *Contemporânea* (uma quase revista), Florianópolis, v. 8, pp. 8-9, 2018a.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. *Nós x eles: a polarização argumentativa na política brasileira contemporânea*. In: PIRIS, Eduardo Lopes; RODRIGUES, Maria das Graças (Orgs). *Estudos de argumentação no Brasil hoje: modelos teóricos e analíticos*. Natal: EDUFRN, 2020, pp. 340-68.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. *O discurso político da extrema direita brasileira na atualidade*. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 20 (1), pp. 152-72, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/12129>. Acesso em: 15/07/2020.

NOBRE, Marcos. *Ponto-Final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo: Todavia, 2020.

ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas: Pontes, p.251-273, 2011.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987

ORLANDI, E. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009. 100p.

ORLANDI, E. *A noção de povo que se constitui em diferentes discursividades*. In: SILVA, SOELI M. S. da (org). *Sentidos do Povo*. São Carlos: Claraluz, 2006.

ORLANDI, E. *Maio de 1968: Os Silêncios da memória*. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes – 4 edição Campinas: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. *Paráfrase e Polissemia: a fluidez dos limites do simbólico*. *Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade)*. Nº4. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, pp. 09-19.



PADIGLIONE, Cristina. Cobertura à espera da prisão de Lula rendeu audiência à TV. TelePadi Uol e Folha de São Paulo Online. 11 de abril 2018. Disponível em: <<https://telepadi.folha.uol.com.br/cobertura-espera-da-prisao-de-lula-rendeu-audiencia-tv/>>. Acesso em: 15/07/2020.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Orlandi - 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. *As massas populares são um Objeto Inanimado?* In ORLANDI, Eni (Org.). *Análise de Discurso*; Michel Pêcheux. Campinas-SP: Pontes, 2011.

PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. In: ACHARD, P. et al. (Org.) *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes – 4 edição Campinas: Pontes Editores, 2015.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação*. A nova retórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

PIOVEZANI C. F. Metamorfoses do Discurso Político Contemporâneo: por uma nova perspectiva de análise. *Revista da Abralin*, v. 6. n1.p. 111-128. jan/jun.2007.

PIOVEZANI C. F. *A voz do povo: uma longa história de discriminações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. 295 p.

PLANTIN, C. *A argumentação: História, teorias, perspectivas*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola editorial, 2008.

REDAÇÃOVEJA. Lula deixa cadeia após 580 dias; veja como foi. Veja Online. 08 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/lula-deixa-cadeia-apos-580-dias-veja-como-foi/>>. Acesso em: 15/07/2019.

SCHREIBER DA SILVA, S. M. *O povo fala na TV: o político na argumentação*. Sentidos do Povo. 1ed.São Carlos: Claraluz, 2006, v. 1, p. 31-56.

SERRANO, Pedro. *Autoritarismo e golpes na América Latina: Breve Ensaio Sobre Jurisdição e Exceção*. São Paulo: Alameda, 2016.

SINGER, A. *Os Sentidos do Lulismo Reforma Gradual e Pacto Conservador*. Cia. das Letras, SP, 2012

SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: companhia das letras, 2018.

SOUZA, J. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*, São Paulo: Editora Leya, 2017. 242p.

SOUZA, J. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive?* Belo Horizonte: UFMG. 2009

TERRA, E.; NICOLA, J. de. *Minigramática*. São Paulo: Scipione, 2007.

VITALE, M. A. Memória retórico-argumentativa: encontro entre Perelman e Pêcheux. *Linha D'Água (Online)*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 156-172, dez. 2016. <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v29i2p156-172>>. Acesso em: 10. jul. 2006.

ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos modernos: Discurso e representação política*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

## **ANEXO I: TRANSCRIÇÃO DA CENA EXTRAÍDA DO FILME "ABC DA GREVE", DE LEON HIRSZMAN.**

Na qual o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luís Inácio Lula da Silva discursa aos trabalhadores grevistas em São Bernardo do Campo, em 1979. A onda de greves no ABC entre 1978 e 1980 representou o ressurgimento da mobilização dos trabalhadores no Brasil e um passo importante na redemocratização do país.

Agora companheiros, companheiros, depois de dois dias de ausência nós voltamos aqui. A diretoria do sindicato volta para assumir a greve que nós começamos no dia 13. Todos vocês sabem o que fazer amanhã de manhã, todos! Todos vocês sabem o que fazer. Nós fizemos 10 dias consecutivos, 10 dias! Ninguém pode ter esquecido isso. Existe um trabalho, existe um trabalho a ser feito nos bairros, existe um trabalho a ser feitos nos pontos de ônibus e o que é mais importante: ninguém ir à porta da fábrica! Agora, é um pedido que eu faço, não saiam em passeata. Não saiam em passeata. Saiam daqui direto para as suas casas. Estamos entendidos?

**ANEXO II: TRANSCRIÇÃO DA CENA EXTRAÍDA DO FILME "TRABALHADORES PRESENTE", DE JOÃO BATISTA DE ANDRADE, DOCUMENTÁRIO SOBRE A GREVE DE ÔNIBUS EM SÃO PAULO (1979)**

Companheiros, ontem, ontem à noite no sindicato de Osasco quando discutíamos a festa oficial feita pelo governo no Pacaembu, eu dizia aos trabalhadores de Osasco que pra cada jogador de futebol famoso que estivesse servindo de palhaço no Pacaembu, nós traríamos um dirigente sindical aqui. E que pra cada um inconsciente que fosse no Pacaembu nos traríamos 10 trabalhadores com consciência aqui. E me parece, me parece que a coisa aconteceu, aconteceu exatamente porque hoje nesse país já não se engana mais o trabalhador como se engara em outros tempos. É chegado o momento, companheiros, de olharmos pra frente e vermos o que está acontecendo nessa terra. Diziam que o salário da classe trabalhadora era culpado pela inflação, arrocharam durante 15 anos o nosso salário e a inflação continua tão alta como estava antes de 1974. A serviço das multinacionais, acabaram com os direitos sagrados que o trabalhador tinha, ou o mais importante que era a estabilidade no emprego. E a serviço das multinacionais, foi implantado nessa terra, o fundo de garantia por tempo de serviço que só presta para fazer o patrão mandar o trabalhador embora com muito mais facilidade. E basta que a gente veja a situação dos funcionários públicos hoje, quando o governo oferece 30% de aumento e desconta 20. E o trabalhador iriam receber 8 vírgula não sei o que em cima do salário atual. Basta olhar pra frente e ver a situação dos lixeiros, aquele que carrega lixo das autoridades lá no Pacaembu e de todo não ter o que comer. Basta ver os motoristas de ônibus que estão manifestando, o estado de miséria em que o governo levou todos aqueles que vivem de salário. Fez com que nesse campo, no dia 1 de maio de 1979, nós vivêssemos o momento maior da classe trabalhadora brasileira.

### **ANEXO III: CARTA AO POVO BRASILEIRO (2002)**

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo.

Ao contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no mundo.

A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer.

A nítida preferência popular pelos candidatos de oposição que têm esse conteúdo de superação do impasse histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente.

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas.

Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional.

O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade, há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de horizontes claros, ficaram intranquilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em águas turvas.

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranquilidade e compromisso com o Brasil.

Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo, para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque especulativo de proporções inéditas.

Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo.

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os investimentos em

infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às nações em desenvolvimento.

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico.

Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos trabalhadores.

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.



Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos.

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos mais necessitados.

O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa, oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações.

Para esse fim, é fundamental a criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à Presidência da República.

Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais.

Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social.

O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a ideia de uma terceira década perdidas.

O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis.

Luiz Inácio Lula da Silva

São Paulo, 22 de junho de 2002

**ANEXO 4: PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SESSÃO SOLENE DE POSSE NO CONGRESSO NACIONAL BRASÍLIA – DF, 01 DE JANEIRO DE 2003**

Excelentíssimos senhores chefes de Estado e de Governo; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; excelentíssimo senhor presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet; Excelentíssimo senhor vice-presidente da República, José Alencar; excelentíssimo senhor presidente da Câmara dos Deputados, deputado Efraim Morais; excelentíssimo senhor presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; senhoras e senhores ministros e ministras de Estado; senhoras e senhores parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.

"Mudança": esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades, diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu país o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela Nação com a qual a gente sempre sonhou: uma Nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.

Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da

negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.

O Brasil é um país imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento, de fato, estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.

Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.

Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.

Este é um país extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo, em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.

O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade; provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.

Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome;

proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.

Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana. Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, soja, farinha, frutos, o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio; são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos.

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas, com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão

estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.

Hoje, tantas áreas do país estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem, muito bem, deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o país volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.

Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.

Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado. Da mesma forma, é necessário incrementar, e muito, o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infraestrutura voltada para o escoamento da produção.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.

Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o país cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.

Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que encontre canais de expressão em nosso Governo.

Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo, com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.

O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.

Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.

Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do país. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões de brasileiros e brasileiras.

Sob a minha liderança, o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.

Eu, que tive a honra de ser parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais que o país demanda de todos nós.

Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer, em todos os domínios, um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte.

Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista. Significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.

Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.

O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo dos séculos, uma Nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da região Centro-Oeste. Esta é uma Nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo. Onde judeus e árabes conversam sem medo. Onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.

Esta Nação, que se criou sob o céu tropical, tem que dizer a que veio: internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo.

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.

As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à Alca, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Europeia, na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de país em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores, privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçar-nos-emos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. Não perderemos de vista que o ser humano é o destinatário último do resultado das negociações. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.

A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.

O Mercosul, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.

Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico e tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os



arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem, hoje, situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.

Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Europeia e os seus Estados-membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outras.

Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.

A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.

As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo

entre os seus membros permanentes. Enfrentaremos os desafios da hora atual, como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.

Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico, do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação, da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiente.

Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.

É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas, decorrente de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crisparam o país e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.

Por isso, início este mandato com a firme decisão de colocar o governo federal em parceria com os estados, a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com as diferenças.

O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa história, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa Bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores

e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.

Estamos começando hoje um novo capítulo na história do Brasil, não como Nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como Nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como Nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como Nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.

Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o país do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.

O que nós estamos vivendo hoje, neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.

Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu país.

Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste país no dia-a-dia dos próximos quatro anos.

Viva o povo brasileiro!

## **ANEXO 5: PRONUNCIAMENTO À NAÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA CERIMÔNIA DE POSSE PALÁCIO DO PLANALTO, 1º DE JANEIRO DE 2007**

Meus queridos brasileiros e brasileiras,

É com muita emoção que eu subo a este Parlatório para conversar um pouco com vocês. Hoje é para mim um dia de profunda emoção. Primeiro, porque ser Presidente da República do meu País, eu recebo isso como uma bênção de Deus, porque eu digo sempre que chegar onde eu cheguei, saindo de onde eu saí, eu só posso dizer que existe um ser superior que decide os destinos de cada um de nós e, por isso, eu estou aqui.

Mas estou aqui, também, por causa de vocês. Eu sou profunda e eternamente grato ao comportamento do povo brasileiro nesses quatro anos do meu mandato. Em momentos muito difíceis, quando alguns imaginavam que o jogo tinha acabado, o povo entrava em campo e dizia claramente: nós construímos a democracia deste País e nós vamos sustentar a democracia deste País, custe o que custar, doa a quem doer.

Sou profundamente grato a essa convivência com meu companheiro José Alencar, meu vice-presidente da República. Este homem que, na minha opinião, também por obra de Deus, fez com que nós nos encontrássemos, e embora tivéssemos origens muito semelhantes, ele trilhou um caminho e eu trilhei outro: ele foi para a vida empresarial e se transformou num grande empresário, um dos maiores do nosso País, e eu trilhei o caminho do movimento sindical. E, por conta de vocês, eu me transformei numa pessoa importante na política brasileira, e quis Deus que um belo dia eu encontrasse o José Alencar em Belo Horizonte, ouvi um pronunciamento dele e, depois que o ouvi falar, eu saí de lá convencido de que nós tínhamos encontrado um jeito de unificar capital e trabalho na Presidência da República e na Vice-Presidência, e saí de lá convencido de que eu tinha conquistado o meu vice. E sou profundamente grato pela lealdade, pelo companheirismo e pela compreensão que este homem tem, da defesa dos interesses nacionais, dos interesses brasileiros.

Sou profundamente grato à compreensão da dona Marisa Letícia que, nesses quatro anos, esteve junto comigo, nos bons e nos maus momentos. E, certamente, José Alencar e eu somos gratos também à dona Mariza, a esposa do José Alencar, porque certamente nos momentos difíceis ela era o ombro, o consolo e a consciência política para nos afirmar: “Continuem lutando, porque a única coisa que vale, que compensa, é a gente

continuar lutando para garantir as conquistas que esse povo tão sofrido vem conquistando ao longo dos anos”.

Sou muito grato aos companheiros do Congresso Nacional, aos deputados e senadores que ajudaram com que o debate político, mesmo quando estava mais radicalizado, não atrapalhasse que as coisas de interesse da nossa Nação fossem votadas e conseguimos aprovar praticamente tudo o que o governo mandou ao Congresso Nacional e, certamente, o Congresso Nacional, pela sua pluralidade, pela sua prática democrática e por ser a consciência do povo brasileiro no dia das eleições, continuará ajudando para que este País continue dando certo e crescendo.

Quero agradecer aos trabalhadores, aos estudantes, às mulheres e aos homens deste País que não só nos ajudaram a consolidar a democracia, mas saíram às ruas para conquistar aquilo que durante muitos e muitos anos nós tentávamos conquistar e não conseguíamos.

Eu me lembro de que quando fui dirigente sindical, a gente tinha até dificuldade de entrar no Congresso Nacional. Neste Palácio, nem pensar. Hoje, os trabalhadores conquistaram não apenas o direito de fazer acordos salariais melhores do que faziam antes, os trabalhadores conquistaram um aumento de salário mínimo que é o maior dos últimos 30 anos, os trabalhadores conquistaram o direito de entrar nesta Casa como se esta Casa fosse a casa deles, porque não pode ser diferente, o palácio de um governo tem que ser o palácio do povo brasileiro.

Eu sinto orgulho, porque normalmente os palácios presidenciais são feitos para um determinado tipo de gente e, na minha concepção, o palácio do Presidente da República precisa receber rainhas, precisa receber reis, precisa receber príncipes, precisa receber empresários, pequenos, grandes e médios, precisa receber deputados, senadores, governadores, mas este Palácio precisa se habituar, a partir do meu governo, a receber aqueles que vivem nas ruas catando o papel que nós jogamos, para reciclar e fazer desse trabalho penoso a sua sobrevivência com dignidade.

Este Palácio precisa aprender a receber as minorias marginalizadas deste País. Este Palácio precisa aprender a receber os negros, os índios, as mulheres. E este Palácio precisa aprender a receber aqueles que, muitas vezes, não conseguem nem passar perto do Palácio, quanto mais entrar nele.

E fazemos isso porque queremos consolidar a democracia brasileira de tal forma, numa relação sadia e produtiva com a sociedade, participando das conferências nacionais, ouvindo o povo, porque é com a sabedoria popular que o governante aprende a errar

menos e a acertar mais, e vou continuar governando desse jeito: ouvindo cada vez mais, porque eu aprendi que, na sua sabedoria divina, Deus fez a gente com uma boca para falar menos e dois ouvidos para escutar mais, e isso falta um pouco na política nacional.

Por fim, meus companheiros e companheiras, se me permitem tratá-los assim, eu quero dizer para vocês que os quatro anos que temos pela frente são quatro anos mais compensadores, mas, ao mesmo tempo, mais difíceis do que os primeiros quatro.

Eu tenho noção do que significa as coisas que nós fizemos, tenho noção que já fizemos muito. Mas, ao mesmo tempo, tenho noção que diante das necessidades do povo e diante da quantidade de décadas e décadas de dívida social com o povo brasileiro, mesmo fazendo muito, nós fizemos muito menos do que aquilo que precisa ser feito para que a gente possa tornar o Brasil um país mais justo, mais equânime, onde todas as pessoas possam conquistar a cidadania plena, com o direito de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer, a tomar café de manhã, almoçar, jantar, tirar férias e cuidar da sua família. E ter a certeza de que os seus filhos vão estudar numa escola de qualidade e que os filhos das pessoas mais pobres deste País têm que sonhar em ter acesso à mesma universidade do filho do mais rico deste País, porque é assim que a gente vai construir uma democracia forte, uma democracia sólida.

Quero agradecer a todos vocês. Eu digo sempre que se tem uma coisa que eu aprendi a respeitar, ao longo desses 30 anos de vida política, foi a relação com o povo. Eu, na política, já fui enganado muitas vezes. Muitas vezes, a gente vê as pessoas próximas da gente desaparecerem. Agora, nessa minha relação com o povo brasileiro, desde quando eu comecei, no movimento sindical, em 1969, em nenhum momento difícil da minha história esse povo faltou com a solidariedade, com o companheirismo, assumindo, às vezes, a tarefa de fazer aquilo que nós não tínhamos condições de fazer.

Quero dizer a vocês que esses próximos quatro anos serão quatro anos de muito trabalho. E vamos trabalhar mais do que trabalhamos no primeiro, porque já conhecemos os caminhos das pedras, já conhecemos onde é que as coisas, muitas vezes, emperram. E nós, que sabemos que a economia brasileira precisa crescer, gerar empregos e distribuição de renda, sabemos que precisamos destravar o País para que ele possa crescer, para que ele possa gerar a quantidade de empregos, e empregos formais, com carteira assinada, porque aí, sim, o trabalhador brasileiro vai estar mais qualificado e vivendo um pouco melhor.

Quero agradecer aos nossos convidados que estão aqui. Muita gente importante, eu estou vendo daqui muita gente que veio, nesta segunda-feira chuvosa, prestigiar esta

posse, que lamentavelmente a gente não conseguiu mudar e continua sendo no dia 1º de janeiro, quando poderia ser numa sexta-feira, para a gente fazer, realmente, uma grande festa.

Quero olhar na cara de cada homem e de cada mulher e dizer para vocês: eu e o companheiro José Alencar, se for necessário, daremos a nossa vida para que a gente possa cumprir cada palavra e cada compromisso que assumimos com vocês, para que a gente possa fortalecer a democracia do nosso País, para que a gente possa garantir que a parte mais pobre da população seja tratada com o respeito e com a decência que deveria ter sido tratada há muito tempo, porque se assim o fosse nós não teríamos a quantidade de pobres que temos no Brasil.

Quero dizer para vocês que sou Presidente de todos, sem distinção de credo religioso, sem distinção de compromissos ideológicos. Sou Presidente de todos sem me preocupar com a origem social de cada um. Mas não se enganem, mesmo sendo Presidente de todos eu continuarei fazendo o que faz uma mãe, eu cuidarei primeiro daqueles mais necessitados, daqueles mais fragilizados, daqueles que mais precisam do Estado brasileiro.

Por isso, meus companheiros e companheiras, eu vou parar por aqui, dizendo a vocês – porque depois eu vou descer aí para dar um abraço em vocês – que nós, este mês, já lançaremos o pacote de propostas para o desenvolvimento deste País. Isso foi discutido com empresários, com trabalhadores, e nós queremos fazer com que o Brasil crie um momento de confiança e de otimismo.

Aqueles que apostarem no fracasso do Brasil serão derrotados. Aqueles que acreditarem que este País nasceu para ser um país de crescimento inibido, para ser um país de eterno pequeno crescimento, podem começar a se preparar porque este País vai ter um crescimento vigoroso. Mas não um crescimento como tivemos em outra época, em que o País crescia e o povo continuava pobre, o País crescia e não se distribuía o resultado desse crescimento. Nós temos que ter consciência de que o País precisa crescer, mas o que precisa crescer, também, concomitante com o crescimento da economia, com o crescimento da indústria, com o crescimento da agricultura, é o crescimento da melhoria da qualidade de vida das nossas crianças, das nossas mulheres, dos nossos jovens. É o crescimento da oportunidade para uma educação de qualidade, é o crescimento de uma distribuição de renda em que o povo possa viver com mais dignidade, viver melhor e cuidar da sua família.

Eu estou convencido de que o que aconteceu no Rio de Janeiro na semana passada é resultado de um processo de degradação da estrutura da sociedade brasileira, causada, quem sabe, pela perda de valores, quem sabe por problemas que precisam ser resolvidos a partir de dentro da nossa casa, porque é preciso que a família brasileira seja a base, o alicerce, dessa sociedade pujante que nós queremos criar. Se dentro da família houver desagregação, se pai e mãe não se entenderem, se filho e pai não se entenderem, tudo vai ficar mais difícil, e não será a polícia que vai resolver. O que vai resolver é cada um de nós voltar os nossos olhos para o que aconteceu no Rio de Janeiro e não ficar culpando o governo do estado, não ficar culpando o Presidente da República ou o prefeito da cidade, porque aquilo que está acontecendo é resultado de erros históricos acumulados por toda a sociedade brasileira, que precisa, também, a sociedade como um todo, assumir a responsabilidade de ajudar os estados, os municípios e o governo federal, a encontrar uma solução definitiva. Eu não creio que tenha, no Brasil, nenhuma alma que possa compactuar com a barbaridade que foi feita por alguns facínoras.

O que eu queria dizer para vocês, e quero aproveitar porque eu sei que o governador Sérgio Cabral está aqui, como também quero falar para os governadores de outros estados: eu vou discutir com o meu Ministro da Justiça, porque essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum. Isso é terrorismo e tem que ser combatido com uma política forte e com uma mão forte do Estado brasileiro. Aí já extrapolou o banditismo convencional que nós conhecíamos. Quando um grupo de chefes, de dentro da cadeia, consegue dar ordens para fazer uma barbaridade daquelas, matando inocentes, eu quero dizer ao meu governo e aos governos estaduais: nós precisamos discutir profundamente, porque o que aconteceu no Rio de Janeiro foi uma prática terrorista das mais violentas que eu tenho visto neste País e, como tal, tem que ser combatida. Se tem uma coisa que nós precisamos garantir é o direito de homens livres e honestos, homens trabalhadores, saírem de casa de manhã e voltarem para casa à tarde com o sustento da sua família. Nós não podemos continuar permitindo a inquietação dentro de cada casa, a inquietação dentro de cada cidade ou de cada estado, e essa é uma tarefa que não é de um homem e não é de um partido, é de toda uma nação, de todos os estados e de todas as cidades.

Eu tenho certeza de que nós teremos quatro anos de muito otimismo neste País, de muito crescimento. Por isso, em meu nome, em nome de José Alencar, da minha Marisa e da Mariza do José Alencar, em nome do meu governo, em nome dos meus Ministros, em nome do povo brasileiro, eu quero, mais uma vez, dizer: obrigado, meu



Deus, por vocês existirem e terem a compreensão que vocês têm, porque só vocês podem ajudar este País a dar o salto de qualidade que o nosso País precisa.

Muito obrigado. Feliz Ano Novo e amanhã é dia de nós dizermos, em alto e bom som: deixa o homem trabalhar, senão o País não cresce como precisa crescer. Um abraço.

## **ANEXO 6: TRANSCRIÇÃO DO PRONUNCIAMENTO DE LULA ANTES DE SE ENTREGAR A PRISÃO, 7 DE ABRIL DE 2019, SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP.**

Queridas companheiras e queridos companheiros... Eu não sei se esse som aumenta um pouquinho mais, porque isso facilitaria minha voz já rouca. Querido companheiro Vagner [Freitas], presidente da CUT, querido companheiro Aloízio Mercadante, ex-senador, ex-deputado federal, ex-ministro da Ciência e Tecnologia, ex-ministro da Educação, ex-ministro da Casa Civil da presidenta Dilma... porra, se eu tivesse tantos títulos assim, eu seria presidente da República.

Companheiro Guilherme Boulos, nosso companheiro que está iniciando uma jornada sendo candidato a presidente da República pelo PSOL, mas é um companheiro da mais alta qualidade, que vocês têm que levar em conta a seriedade desse menino.

Eu digo 'menino' porque ele só tem 35 anos de idade, e, quando eu fiz a greve de 78, eu tinha 33 anos de idade e consegui, através da greve, chegar a criar um partido e virar presidente. Você tem futuro, meu irmão, é só não desistir nunca.

Quero cumprimentar essa garota, essa garota bonita, garota militante do PC do B, que também está fazendo a sua primeira experiência como candidata a presidenta da República pelo PC do B --e que eu acho um motivo de orgulho e uma perspectiva de esperança para esse país ter gente nova se dispondo a enfrentar a negação da política, assumindo a política e dizendo: 'nós queremos ser presidente da República para mudar a história do país'.

Quero agradecer a companheira dessa mulher, possivelmente a mais injustiçada das mulheres que um dia ousaram fazer política nesse país. A injustiçada pelo jeito de governar, acusada de não saber conversar, acusada de não saber fazer política... Mas eu quero ser testemunha de vocês: a Dilma foi a pessoa que me deu a tranquilidade de fazer quase tudo o que eu consegui fazer na Presidência da República pela confiança, pela

seriedade e pela qualidade e competência técnica da Dilma. Eu sou grato, grato de coração, porque não teria sido o que foi se não fosse a companheira Dilma. Portanto, Dilma, você sabe que eu serei profundamente, para o resto da vida... repartirei o meu sucesso na Presidência com Vossa Excelência, independentemente do que aconteça nesse mundo.

Quero cumprimentar, o meu querido companheiro Fernando Haddad. Ele viveu o melhor período de investimento na educação brasileira nesse país. Quero cumprimentar

o meu companheiro Celso Amorim, o companheiro que certamente foi mais importante ministro das Relações Exteriores que esse país já teve, que colocou o Brasil como protagonista mundial durante todo o nosso governo.

Quero parabenizar o nosso companheiro Ivan Valente, deputado pelo PSOL, companheiro que está aqui. Quero cumprimentar o nosso valoroso, extraordinário João Pedro Stédile, presidente coordenador do Movimento Sem Terra. Quero cumprimentar, eu não tenho o nome, mas o presidente do companheiro do PSOL, o Juliano, jovem presidente do PSOL. Quero cumprimentar o nosso querido escritor Fernando de Moraes, que está escrevendo a biografia do meu governo --que nunca termina, porra! Eu estou quase para morrer e ele não termina a minha biografia.

Quero cumprimentar o nosso querido companheiro Paulo Pimenta, líder do PT, o homem que tem o blog dos deputados mais importantes de Brasília e o cidadão que melhor tem enfrentado o Moro e a operação Lava Jato naquilo que são os defeitos dela. Parabéns, companheiro Pimenta.

Quero cumprimentar o índio mais esperto do Brasil, o presidente do Piauí, o governador do Piauí -- o companheiro Wellington [Dias] está cumprindo o terceiro mandato e, pelo andar das pesquisas, ele está a caminho de cumprir o quarto mandato como governador do estado do Piauí.

Quero aqui cumprimentar o companheiro Emídio [de Souza], tesoureiro do PT, ex prefeito de Osasco, que tem trabalhado incansavelmente pra gente recuperar o papel do PT na história deste país. Quero cumprimentar o companheiro Orlando Silva, presidente, ou melhor, deputado do PC do B. Quero cumprimentar o nosso companheiro [Edson Carneiro] Índio, que é da Intersindical -- é um companheiro de muita qualidade.

Quero cumprimentar o presidente da CTB [Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil], que está aqui, o companheiro Adílson [Araújo], que é um companheiro também muito importante no movimento sindical. Quero cumprimentar a nossa companheira Gleisi Hoffmann, a nossa querida presidenta do nosso partido.

Quero cumprimentar o companheiro Luiz Marinho, presidente do PT, ministro do Trabalho, ministro da Previdência. Eu vou contar duas coisas do Marinho. O Marinho foi catador de algodão, catador de café e catador de amendoim em Santa Fé. O Marinho foi pintor na Volkswagen. O Marinho foi presidente deste sindicato, o Marinho foi presidente da CUT. O Marinho foi certamente o mais importante ministro de Trabalho do meu governo e foi melhor ministro da Previdência, que foi ministro que acabou com a fila na

Previdência. E o Marinho foi o melhor prefeito que São Bernardo teve. E agora é o nosso presidente estadual.

Quero cumprimentar o nosso senador, nosso querido Lindbergh [Farias]- grande Lindbergh, que eu conheci ainda na campanha para derrubar o Collor. Tentei tirá-lo do PC do B para levar para o PT, mas a minha relação de amizade com o João Amazonas era tão forte que eu não tive coragem de conversar com ele.

Quero cumprimentar, aqui -- gente, eu não tenho nome de todo mundo--, eu quero chamar aqui o Wagner [Santana], presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e companheiro Moisés [Selerges]. Ah, é que está ali atrás e eu não estou vendo: o nosso companheiro senador da república -- não, vereador, mas futuro senador, Eduardo Suplicy. Olha eu não posso falar que ele teve uma tontura, porque isso não é recomendável para quem está sendo o candidato, viu? Eu vou dizer que você estava ali sentado conversando com eleitores, está bem?

Eu pedi para vir aqui o companheiro de Sergipe, que é o companheiro vice-presidente do PT que tem a incumbência de coordenar as caravanas da cidadania por todo o território nacional e vocês têm acompanhado pela internet o companheiro Márcio [Macedo]. Eu pedi para vir aqui dois sindicalistas porque eu nasci nesse sindicato. Quando eu cheguei aqui, esse sindicato era um barraco. Esse prédio foi construído já na nossa diretoria. Aqui, para vocês saberem, eu fui diretor de uma escola de madureza que tinha 1.800 alunos. Vocês pensam que eu sou só torneiro mecânico? Pode dizer: 'diretor de escola com 1.800 alunos também'.

E a minha relação com esse sindicato... aqui está o Paulão, que é vice-presidente do sindicato e é presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos e é da secretaria do movimento sindical do PT. Eu não tenho nome de nada, estou chutando de improviso o que eu estou vendo.

Mas eu queria aproveitar, Wagner, a tua presença aqui, para que esse pessoal soubesse que, na minha consciência, parte das conquistas da democracia brasileira a gente deve a este sindicato dos metalúrgicos a partir de 1978. Aqui foi a minha escola, aqui eu aprendi sociologia, aprendi economia, aprendi física, química e aprendi a fazer muita política porque, no tempo que eu era presidente deste sindicato, as fábricas tinham 140.000 professores que me ensinavam como fazer as coisas. Toda vez que eu tinha dúvida, eu ia na porta da fábrica perguntar para a peãozada como fazer as coisas nesse país. Na dúvida, não erre. Na dúvida, pergunte. E se você perguntar, a chance de você acertar é muito maior.

E o Wagner é o companheiro que está cedendo este prédio pra gente fazer toda a nossa campanha. E quero agradecer ao Moisés. O Moisés é o companheiro do Wagner, é o diretor financeiro do sindicato e é um companheiro que nunca se negou a contribuir com o movimento social, a contribuir com outras tarefas da democracia -- não para partido político, mas para o movimento social. Este sindicato nunca negou absolutamente nada. Então eu quero uma salva de palmas para esses companheiros que são um sustentáculo da nossa luta. Este sindicato, diferente de outros sindicatos, tem quase 283 diretores. Para ser diretor deste sindicato, as pessoas têm que ser eleitas pelo chão da fábrica, pra um comitê. Se não tiver no chão da fábrica, não é eleito. E depois de eleito no membro do comitê, se escolhe os que vão ser diretores do sindicato. E tem a diretoria executiva, mas tem 283 pessoas que são diretores e que são conselheiros. Se a gente fizesse isso em todo sindicato do Brasil, certamente a gente teria muito menos pelego no movimento sindical brasileiro.

Eu fiz questão de citar eles porque às vezes o cara compra o alimento, lava o alimento, cozinha o alimento, leva pra gente comer e a gente sai sem saber quem nutre o alimento. Então foi esses guerreiros aqui que deram essa possibilidade extraordinária de a gente estar aqui fazendo isso.

A segunda coisa é que eu confesso que vivi os meus melhores momentos políticos nesse sindicato. Eu nunca esqueci a minha matrícula do sindicato: a minha matrícula é 25986, de outubro, de setembro de 1968. E de lá pra cá, eu mantenho uma relação com este sindicato que, eu acho, é a relação mais forte, porque qualquer presidente tem aqui - - Vicentinho já foi presidente, Menegueli já foi presidente, Guiba já foi presidente, Zé Nobre já foi presidente, Feijó já foi presidente, quem mais? O Guiba já falei, agora o Wagnão. E por todos eles eu sou tratado como se ainda fosse presidente deste sindicato pela relação que nós ficamos. Mas aqui... o Rafael, foi o penúltimo presidente aqui.

Eu queria dizer pra vocês que eu estou contando isso para tentar chegar ao que eu quero dizer pra vocês. Em 1979, este sindicato fez uma das greves mais extraordinárias. E nós conseguimos fazer um acordo com a indústria automobilística que foi talvez o melhor.

E eu tinha uma comissão de fábrica com 300 trabalhadores, o acordo era bom e eu resolvi levar o acordo para a assembleia. E resolvi pedir para a comissão de fábrica ir mais cedo para conversar com a peãozada. E eu fazia assembleia de manhã pra evitar que o pessoal bebesse um pouquinho à tarde. Porque quando a gente bebe um pouquinho, a gente fica mais ousado. Mesmo assim, não evitava porque o cara levava litro de conhaque

dentro da mala e eu ainda passava e tomava uma dosezinha pra garganta ficar melhor, coisa que não aconteceu hoje.

Pois bem, nós começamos a colocar o acordo em votação e 100 mil pessoas no estádio da Vila Euclides não aceitavam o acordo. Era o melhor possível: a gente não perdia dia de férias, a gente não perdia 13º salário e tinha 15% de aumento, mas a peãozada estava tão radicalizada que queria 83 ou nada -- e nós conseguimos.

Passamos um ano sendo chamados de pelegos pelos trabalhadores, a gente, Guilherme, ia na porta de fábrica, a peãozada... Oh, Jorge Viana, está aqui o meu querido senador do Acre, que eu não vi -- ele é baixinho. Nosso querido companheiro, foi governador, prefeito, agora é senador do Acre. Obrigada pela presença.

Olha, para falar em nome dos artistas daqui, para citar todos, eu queria que o nosso Osmar Prado viesse aqui. Ele é o decano. Olha, tem muita gente aqui. E tem a mulherada do Pará, a mulherada do Pará também está aqui. Mas eu citei Osmar Prado porque o Osmar Prado é um artista de uma qualidade irrepreensível. O que Deus não deu de tamanho para ele, deu de inteligência e de capacidade artística. E ele já fez papéis extraordinários, mas tem um que eu nunca esqueço, que ele era motorista e era tratado como se fosse chamado de Tabaco, e o Tabaquinho marcou a minha vida. E eu fico mais feliz porque ele tem uma posição política extraordinária. E eu acho que esse aqui tem lado, esse tem lado e é com essa gente que a gente vai construir a nova política deste país.

[Osmar Prado pede o microfone] posso dizer uma coisinha sobre o Tabaco? Olha, o Tabaco tinha três mulheres --e ainda o que tinha por fora, aí eu pedi ao autor que desse o final do Tabaco, ele sendo traído -- porque todo traidor um dia é traído. E aí aparece a mulher do Tabaco, com uma penca de filho, grávida -- e eu digo: 'mulher como é que você está grávida? Faz mais de um ano que eu não vou lá'

[Lula continua] isso é vingança das mulheres, vingança. Porque o homem pensa que só ele é esperto, mas as mulheres também são espertas. Então, companheiros e companheiras, nós conseguimos... [Lula interrompe para pedir que socorram uma pessoa que passa mal no chão]

Mas eu ia dizendo pra vocês que nós não conseguimos aprovar a proposta que eu considerava boa, e o pessoal então passou a desrespeitar a diretoria do sindicato. E eu ia na porta da fábrica e ninguém parava, e a imprensa escrevia: 'Lula fala para os ouvidos moucos dos trabalhadores'.

Nós levamos um ano para recuperar o nosso prestígio na categoria e eu fiquei pensando com ar de vingança: os trabalhadores dizem que podem fazer 100 dias de greve,

400 dias de greve, que eles vão até o fim, pois eu vou testá-los em 1980. E fizemos a maior greve da nossa história: a maior greve, 41 dias de greve. Com 17 dias de greve, eu fui preso, e os trabalhadores começaram, depois de alguns dias, a furar a greve. E nós então... eu sei que o Tuma, eu sei que o doutor Almir, eu sei que doutor Vilela iam dentro da cadeia e falavam para mim: ‘você tem que acabar com a greve’, e eu dizia ‘eu não vou acabar com a greve; os trabalhadores vão decidir por conta própria’.

O dado concreto é que ninguém aguentou 41 dias, porque, na prática, o companheiro tinha que pagar leite, tinha que pagar conta de luz, tinha que pagar gás. A mulher passou a cobrar dele o dinheiro do pão, ele então começou a sofrer pressão, não aguentou. Mas é engraçado porque, na derrota, a gente ganhou muito mais, sem ganhar economicamente, do que quando a gente ganhou economicamente. Significa que não é dinheiro que resolve o problema de uma greve. Não é 5%, não é 10%, é o que está embutido de teoria política, de conhecimento político e de tese política numa greve.

Agora, nós estamos quase que na mesma situação, eu estou sendo processado e eu tenho dito claramente: o processo do meu apartamento, eu sou o único ser humano que sou processado por um apartamento que não é meu. E ele sabem que O Globo mentiu quando disse que era meu. A Polícia Federal da Lava Jato, quando fez o inquérito, mentiu que era meu. O Ministério Público, quando fez a acusação, mentiu dizendo que era meu. E eu pensei que o Moro ia resolver, e ele mentiu dizendo que era meu. E me condenou a nove anos de cadeia. É por isso que eu sou um cidadão indignado. Porque eu já fiz muita coisa nos meus 72 anos, mas eu não os perdoou por ter passado para a sociedade a ideia de que eu sou um ladrão.

Deram a primazia dos bandidos fazerem um Pixuleco pelo Brasil inteiro. Deram a primazia dos bandidos chamarem a gente de Petralha. Deram a primazia de criar quase que um clima de guerra negando a política nesse país. Eu digo todo dia: nem um deles tem coragem ou dorme com a consciência tranquila da honestidade, da inocência, que eu durmo. Nem um deles. Eu não estou acima da Justiça. Se eu não acreditasse na Justiça, eu não tinha feito um partido político. Eu tinha proposto uma revolução nesse país. Mas eu acredito na Justiça, numa Justiça justa, numa Justiça que vota um processo baseado nos autos do processo, baseado nas informações das acusações, das defesas, na prova concreta que tem a arma do crime.

O que eu não posso admitir é um procurador que fez um PowerPoint e foi para a televisão dizer que o PT é uma organização criminosa que nasceu para roubar o Brasil e

que o Lula, por ser a figura mais importante desse partido, o Lula é o chefe. E, portanto, se o Lula é o chefe, diz o procurador: “Eu não preciso de provas, eu tenho convicção”.

Eu quero que ele guarde a convicção dele para os comparsas deles. Para os asseclas deles, e não para mim. Não para mim. Certamente um ladrão não estaria exigindo provas. Estaria de rabo preso, com a boca fechada, torcendo para a imprensa não falar o nome dele.

Eu tenho mais de 70 horas de Jornal Nacional me triturando. Eu tenho mais de 70 capas de revistas me atacando. Eu tenho mais de milhares de páginas de jornais e matérias me atacando. Eu tenho mais a Record me atacando. Eu tenho mais a Bandeirantes me atacando. Eu tenho mais a rádio do interior, a rádio do [inaudível]. E o que eles não se dão conta é que quanto mais eles me atacam, mais cresce a minha relação com o povo brasileiro.

Eu não tenho medo deles. Eu até já falei que gostaria de fazer um debate com o Moro sobre a denúncia que ele fez contra mim. Eu gostaria que ele me mostrasse alguma coisa de prova. Eu já desafiei os juízes do TRF-4. Que ele fosse para um debate na universidade que ele quiser, no público que ele quiser, provar qual é o crime que eu cometi nesse país.

E eu às vezes tenho a impressão, e tenho porque sou um construtor de sonho... Eu, há muito tempo atrás, eu sonhei que era possível governar esse país envolvendo milhões e milhões de pessoas pobres na economia, envolvendo milhões de pessoas nas universidades, criando milhões e milhões de empregos nesse país.

Eu sonhei, eu sonhei que era possível um metalúrgico sem diploma de universidade, cuidar mais da educação do que os diplomados e concursados que governaram esse país.

Eu sonhei que era possível a gente diminuir a mortalidade infantil levando leite, feijão e arroz para que as crianças pudessem comer todo dia. Eu sonhei que era possível pegar os estudantes da periferia e colocar nas melhores universidades desse país. Para que a gente não tenha juiz e procurador só da elite. Daqui a pouco nós vamos ter juízes e procuradores nascidos na favela de Heliópolis, nascido em Itaquera, nascido na periferia. Vamos ter muita gente dos Sem Terra, do MTST, da CUT formado.

Esse crime eu cometi. Eu cometi esse crime que eles não querem que eu cometa mais. É por conta desse crime que já tem uns dez processos contra mim. E se for por esses crimes, de colocar pobre na universidade, negro na universidade, pobre comer carne, pobre comprar carro, pobre viajar de avião, pobre fazer sua pequena agricultura, ser



microempreendedor, ter sua casa própria, se esse é o crime que eu cometi, eu quero dizer eu vou continuar sendo criminoso nesse país porque vou fazer muito mais. Vou fazer muito mais.

Companheiros e companheiras, eu, em 1990, em 1986, eu fui o deputado constituinte mais votado na história do país. E nós ficamos descobrindo que dentro do PT, Manuela, companheiros, o Ivan era do PT na época, havia uma desconfiança que só tinha poder no PT quem tinha mandato. Quem não tivesse mandato era tido... Eu não citei o senador Humberto Costa que eu vi aqui, Humberto Costa senador de Pernambuco, eu esqueci de citar para vocês. Ninguém me deu nominata. A Fátima [Bezerra] é do Rio Grande do Norte, ela será a futura governadora do Rio Grande do Norte. Esse aqui, junto com Paulo Pimenta, é o companheiro que mais briga e mais denuncia a Lava Jato. O [Miguel] Rossetto foi ministro do Trabalho e da Previdência e talvez será o governador do Rio Grande do Sul nessas eleições agora.

Está aqui nossa companheira Jandira Feghali que é uma companheira extraordinariamente combativa, tá? O Glauber Rocha... É Braga, é Braga. Alguém prepara uma nominata para mim que eu vou citando as pessoas. Então, companheiros, quando eu percebi que o povo desconfiava que só tinha valor no PT quem era deputado, Manuela e Guilherme, sabe o que eu fiz? Deixei de ser deputado. Porque eu queria provar ao PT que eu ia continuar sendo a figura mais importante do PT sem ter mandato. Porque se alguém quiser ganhar de mim no PT, só tem um jeito, é trabalhar mais do que eu e gostar do povo mais do que eu. Porque se não gostar, não vai ganhar.

Pois bem, nós agora estamos num trabalho delicado. Eu talvez viva o momento de maior indignação que um ser humano vive. Não é fácil o que sofre a minha família. Não é fácil o que sofrem os meus filhos. Não é fácil o que sofreu a Marisa. E eu quero dizer que a antecipação da morte da Marisa foi a safadeza e a sacanagem que a imprensa e o Ministério Público fizeram contra ela. Tenho certeza. Porque essa gente eu acho que não tem filho, eu acho que não tem alma e não tem noção do que sente uma mãe e um pai quando vê um filho massacrado, quando vê um filho sendo atacado. E eu então, companheiros, resolvi levantar a cabeça.

Não pensem que eu sou contra a Lava Jato não. A Lava Jato se pegar bandido, tem que pegar bandido mesmo, que roubou, e prender. Todos nós queremos isso. Todos nós a vida inteira dizíamos, só prende pobre, não prende rico. Todos nós dizíamos. E eu quero que continue prendendo rico. Eu quero. Agora, qual é o problema? É que você não pode fazer julgamento subordinado à imprensa. Porque no fundo, no fundo, você destrói

as pessoas na sociedade, na imagem das pessoas, e depois os juízes vão julgar e falam “Eu não posso ir contra a opinião pública porque a opinião pública está pedindo pra cassar”.

Quem quiser votar com base na opinião pública, largue a toga e vá ser candidato a deputado. Escolha um partido político e vá ser candidato. Ora, a toga é um emprego vitalício. O cidadão tem que votar apenas com base nos autos do processo. Aliás, eu acho que ministro da Suprema Corte não deveria dar declaração de como vai votar. Nos Estados Unidos, termina a votação e você não sabe o que o cidadão votou exatamente para que ele não seja vítima de pressão. Imagina um cara ser acusado de suicídio e não tenha sido ele o assassino. O que que a família do morto quer? Que ele seja morto, que ele seja condenado. Então o juiz tem que ter, diferentemente de nós, a cabeça mais fria. Mais responsabilidade de fazer acusação ou de condenar. O Ministério Público é uma instituição muito forte, por isso esses meninos, que entram muito novos, fazem um curso de direito, depois fazem três anos de concurso, porque o pai pode pagar, esses meninos precisavam conhecer um pouco da vida, conhecer um pouco de política para fazer o que eles fazem na sociedade brasileira. Ter uma coisa chamada responsabilidade.

E não pensem que, quando eu falo assim, eu sou contra. Eu fui presidente e indiquei quatro procuradores. E fiz discurso em todas as posses. E eu dizia: quanto mais forte for a instituição, mais responsáveis os seus membros têm que ser. Você não pode condenar a pessoa pela imprensa para depois você julgá-la. Vocês estão lembrados que quando eu fui prestar depoimento lá em Curitiba eu disse pro Moro: você não tem condições de me absolver porque a Globo está exigindo que você me condene e você vai me condenar. Pois bem, eu acho que tanto o TFR-4 quanto o Moro, a Lava Jato e a Globo, elas têm um sonho de consumo. O sonho de consumo é que, primeiro, o golpe não terminou com a Dilma. O golpe só vai concluir quando eles conseguirem convencer que o Lula não possa ser candidato a presidente da República em 2018. Eles não querem, não é porque eu vou ser eleito, eles não querem que eu participe apenas porque tem a possibilidade de cada um de nós se eleger. Eles não querem o Lula, eles não podem [inaudível] que pobre na cabeça deles [inaudível]. Pobre não pode andar de avião, pobre não pode fazer universidade, pobre nasceu, segundo a lógica deles, de comer e ter coisa de segunda categoria.

O sonho de consumo deles é a fotografia do Lula preso. Ah, eu fico imaginando a tesão da Veja colocando a capa minha preso. Eu fico imaginando a tesão da Globo colocando a fotografia minha preso. Eles vão ter orgasmos múltiplos. Eles decretaram a

minha prisão. E deixa eu contar uma coisa pra vocês. Eu vou atender o mandado deles. Eu vou atender porque eu quero fazer a transferência de responsabilidade. Eles acham que tudo o que acontece nesse país, acontece por minha causa. Eu já fui condenado a três anos de

cadeia. [Corte no vídeo] chegando a hora de a onça beber água e os camponeses mataram o fazendeiro e eles acham que essa frase minha era a senha.

O que eu quero transferir de responsabilidade? Eles já tentaram me prender por obstrução de justiça, não deu certo. Eles agora querem me pegar numa prisão preventiva, que é uma coisa mais grave, porque não tem habeas corpus. O Vaccari já está preso há três anos, o Marcelo Odebrecht já gastou R\$ 400 milhões e não teve habeas corpus. Eu não vou gastar um tostão. Mas eu vou lá com a seguinte crença: eles vão descobrir pela primeira vez o que eu tenho dito todo dia, eles não sabem que o problema desse país não chama-se Lula. O problema desse país chama-se vocês, a consciência do povo, o Partido dos Trabalhadores, o PC do B, o MST, o MTST... Eles sabem que tem muita gente.

E aquilo que nossa pastora diz, e eu tenho dito todo discurso: não adianta tentar evitar que eu ande por esse país porque tem milhões e milhões de Lulas, de Boulos, de Manuela, de Dilma Rousseff para andar por mim. Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta tentar parar os meus sonhos porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês. Não adianta achar que tudo vai parar no dia que o Lula tiver infarte. É bobagem porque o meu coração baterá pelo coração de vocês e são milhões de corações.

Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou mais um ser humano. Eu sou uma ideia. Uma ideia misturada com a ideia de vocês.

E eu tenho certeza que companheiros como os Sem Terra, MTST, os companheiros da CUT, do movimento sindical [corte]. E essa é uma prova. Eu vou cumprir o mandado e vocês vão ter que se transformar, cada um de vocês, vocês não vão mais chamar Chiquinha, Joãozinho, Zezinho, Robertinho, todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por esse país.

Vamos fazer definitivamente uma regulação dos meios de comunicação para que o povo não seja vítima das mentiras todo santo dia. Eles têm que saber, que vocês, quem sabe, são até mais inteligentes do que eu, e poderão queimar os pneus que tanto queima, fazer as passeatas que tanto vocês [inaudível], fazer as ocupações no campo e na cidade...

Parecia difícil a ocupação de São Bernardo e amanhã vocês vão receber a notícia de que ganharam o terreno que vocês invadiram.

Portanto companheiros, eu tive chance agora, eu estava no Uruguai, entre Livramento e Rivera. E as pessoas diziam assim pra mim: Lula, você dá uma voltinha ali, é só atravessar a rua, finge que você vai comprar um “uisquizeiro”, você está no Uruguai junto com Pepe Mujica e vai embora e não volta mais e pede asilo político. Ô Lula, você pode ir na embaixada da Bolívia, pode ir na embaixada do Uruguai. Ô Lula, vai na embaixada da Rússia, vai na embaixada e de lá você pode ficar falando. E eu falei eu não tenho mais idade. A minha idade é enfrentá-los de olho no olho e eu vou enfrentá-los aceitando cumprir o mandado. Eu quero saber quantos dias eles vão pensar que estão me prendendo. E quanto mais dias eles me deixarem lá, mais Lula vai nascer nesse país e mais gente vai querer brigar nesse país porque a democracia não tem limite, não tem hora pra gente brigar.

Por isso eu estou fazendo uma coisa muito consciente, mas muito consciente. Eu falei para os companheiros, se dependesse da minha vontade eu não iria, mas eu vou. Eu vou porque eles vão dizer a partir de amanhã que o Lula está foragido, que o Lula está escondido. Não, eu não estou escondido. Eu vou lá na barba deles, para eles saberem que eu não tenho medo, para eles saberem que eu não vou correr e para eles saberem que eu vou provar a minha inocência. Eles têm que saber disso, tá?

E façam o que quiserem, eu vou terminar com uma frase que eu peguei em 1982, com uma menina de dez anos em Catanduva, que eu não sei quem é. E essa frase não tem autor. A frase dizia: “Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a chegada da primavera”. Porque nós queremos mais casa, nós queremos mais escola, nós queremos menos mortalidade. Nós não queremos impedir a barbaridade que fizeram com a Marielle no Rio de Janeiro? Nós não queremos impedir a barbaridade que fazem com meninos negros na periferia desse país? Não queremos mais que volte a desnutrição, a mortalidade por desnutrição nesse país. Nós não queremos mais que um jovem não tenha esperança de entrar na universidade. Porque esse país é tão cretino que foi o último do mundo a ter uma universidade. O último. Todos os países mais pobres tiveram. Porque eles não queriam que a juventude brasileira estudasse e falassem que custava muito fazer escola. E se perguntar quanto custou não fazer há 50 anos atrás.

Então eu quero que vocês saibam que eu tenho orgulho, profundo orgulho, de ter sido o único presidente da república sem ter um diploma universitário, mas sou o

presidente da república que mais fez universidades na história desse país para mostrar para essa gente que não confunda inteligência com quantidade de anos na escolaridade.

Isso não é inteligência, é conhecimento. Inteligência é quando você sabe tomar decisão. Inteligência é quando você tem lado. Quando você não tem medo de descobrir com os companheiros aquilo que é prioridade. E a prioridade desse país é garantir que esse país volte a ter cidadania. Não vão vender a Petrobras. Vamos fazer uma nova Constituinte, vamos revogar a lei do petróleo que eles estão fazendo. Não vamos deixar vender o BNDES, não vamos deixar vender a Caixa Econômica, não vamos deixar destruir o Banco do Brasil, e vamos fortalecer a agricultura familiar que é responsável por 70% do alimento que comemos nesse país.

É com essa crença, companheiros, de cabeça erguida, como eu estou falando com vocês, que eu quero chegar lá e falar para o delegado: estou à sua disposição. E a história, a história, daqui a alguns dias, vai provar que quem cometeu crime foi o delegado que me acusou, foi o juiz que me julgou e foi o Ministério Público que foi leviano comigo.

Por isso companheiros, eu não tenho lugar no meu coração para todo mundo. Mas eu quero que vocês saibam, se tem uma coisa que eu aprendi a gostar é da minha relação com o povo. Quando eu pego na mão de um de vocês, quando eu abraço um de vocês, quando eu beijo ---porque agora eu beijo homem e mulher igualzinho--- quando eu beijo um de vocês, eu não estou beijando com segundas intenções. Eu estou beijando porque quando eu era presidente, eu dizia, eu vou voltar para onde eu vim e eu sei quem são meus amigos eternos e quem são os amigos eventuais.

Os de gravatinha, que iam atrás de mim, agora desapareceram. Quem estão comigo são aqueles companheiros que eram meus amigos antes de eu ser presidente da República. São aqueles que comiam rabada aqui no Zelão, que comiam frango com polenta no Demarchi, aqueles que tomavam caldo de mocotó no Zelão. Esses continuam sendo nossos amigos.

Aqueles que têm coragem de invadir um terreno para fazer casa. Aqueles que têm coragem de fazer uma greve contra a Previdência, aqueles que têm coragem de ocupar um campo para fazer uma fazenda produtiva. Aqueles que, na verdade, precisam do estado. Então companheiros, eu vou dizer uma coisa para vocês, vocês vão perceber que eu sairei dessa maior, mais forte, mais verdadeiro e inocente porque eu quero provar que eles é que cometeram o crime. Um crime político, de perseguir um homem que tem 50 anos de história política. E por isso eu sou muito grato.

Eu não tenho como pagar a gratidão, o carinho e o respeito que vocês têm dedicado a mim nesses tantos anos. E quero dizer a você Guilherme e à Manuela que, para mim, é motivo de orgulho pertencer a uma geração que está no final dela vendo nascer dois jovens disputando o direito de ser presidente da república desse país. Por isso companheiros, um grande abraço. Pode ficar certo, esse pescoço aqui não baixa, a minha mãe já fez um pescoço curto para ele não baixar e não vai baixar porque eu vou de cabeça erguida e vou sair de peito estufado de lá porque vou provar a minha inocência.

Um abraço, companheiros, obrigado, mas muito obrigado a todos vocês pelo o que vocês me ajudaram. Um beijo querido, muito obrigado.